



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



TESE DE DOUTORADO

A CRISE DE 2008 E AS REPERCUSSÕES NOS REGIMES DE PROPRIEDADE E USO DA TERRA NO MATOPIBA.

Rio de Janeiro

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)

A crise de 2008 e as repercussões nos regimes de propriedade
e uso da terra no MATOPIBA.

Daniela da Silva Egger

Sob a orientação do Professor
Dr. Sergio Pereira Leite

Tese apresentada como
requisito parcial para
obtenção do título de Doutor,
ao Programa de Pós-
Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro
2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

EE28ac Egger, Daniela da S., 1982-
A CRISE DE 2008 E AS REPERCUSSÕES NOS REGIMES DE
PROPRIEDADE E USO DA TERRA NO MATOPIBA. / Daniela da
S. Egger. - Rio de Janeiro, 2023.
180 f.: il.

Orientador: Sergio Pereira Leite.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE
(CPDA), 2023.

1. Matopiba. 2. Demanda Global por terras. 3.
Crise de 2008. 4. Cerrado. 5. Ajuste Espacial. I.
Pereira Leite, Sergio , ..., orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA) III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE (CPDA)

DANIELA DA SILVA EGGER

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

TESE APROVADA EM 19/04/2023.

Prof. Dr. SERGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ) (*Orientador*).

Prof.^a Dr.^a LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (CPDA/UFRRJ).

Prof.^a Dr.^a KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ).

Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (FFP/UERJ).

Prof. Dr. VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR (UNILA).



Emitido em 20/04/2023

DOCUMENTOS COMPROBATORIOS N° 1572/2023 - DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 20/04/2023 12:00)

KARINA YOSHIE MARTINS KATO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ####63#9

(Assinado digitalmente em 20/04/2023 10:06)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ####64#1

(Assinado digitalmente em 20/04/2023 15:21)

SERGIO PEREIRA LEITE
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)
Matrícula: ####63#9

(Assinado digitalmente em 21/04/2023 11:24)

PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: #######807-##

(Assinado digitalmente em 20/04/2023 14:15)

VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ####.###.500-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: 1572, ano: 2023, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATORIOS, data de emissão: 20/04/2023 e o código de verificação: 433df56bd3

Aos meus familiares paternos, (Egger), que me ensinaram na prática a força da dignidade de todo trabalho realizado.

Aos meus familiares maternos, (Silva), que me ensinaram, desde o afeto, a providência das mulheres na centralidade do Cuidado.

Aos meus familiares, paternos e maternos, que, deste dia em diante, podem fazer parte das famílias que têm, entre os seus, doutores e doutoras.

Aos meus familiares, meu companheiro André Campos Búrigo e enteados Antônio e Pedro, que me agraciam, com amor, a simplicidade da vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Sergio Pereira Leite, pela oportunidade de convívio ao longo destes anos. Muito obrigado por ter compartilhado minha trajetória acadêmica no CPDA, fornecendo inúmeras oportunidades de pesquisa e aprendizado com paciência, afeto e cuidado. Da mesma forma, agradeço a todos os professores e professoras do programa, com os quais convivi e aprendi durante o curso e que, de forma coerente, souberam lidar com as dificuldades dos estudantes durante o período que sucedeu o golpe de 2016, ainda mais agravado pelas contingências provocadas pela pandemia de covid-19.

Esta tese também é fruto de um conjunto de relações afetuosas e de trabalho com pessoas com quem tive oportunidade de interagir durante o processo de elaboração da pesquisa e muito me ajudaram a entender o desafio analítico de pensar o cerrado. São essas pessoas um coletivo de pesquisadores e pesquisadoras que se debruçaram sobre o tema das águas a partir da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e do Tribunal Permanente Popular dos Povos do Cerrado, finalizado em 2022. Meus agradecimentos, portanto, à médica Raquel Rigotto (UFC), à médica Ada Aguiar (UFCA), ao sanitarista André Monteiro (Fiocruz), ao sanitarista Franco Souza (ABRASCO), à socióloga Diana Aguiar (UFBA), à socióloga Maiana Maia (FASE) e ao geógrafo e cartógrafo Eduardo Barcellos (IFBA). Neste coletivo, a partir de redes de trocas, diálogos e convergências, com a Pastoral da Terra (CPT), com a Campanha em Defesa do Cerrado e com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) formamos, por um período, nos anos de 2020 e 2021, um grupo que refletiu e escreveu sobre o “sacrifício das águas” do cerrado pelo agronegócio e seus impactos. Sendo estas reflexões e mesmo publicações coletivas, que muito me impulsionaram para realizar a tese em meio as dificuldades que enfrentava, me mostraram novos horizontes e possibilidades de pesquisa, mesmo sem poder ir a campo, como eu pensava no início do doutorado. A essas pessoas, meu afeto e agradecimento profundo!

Muito obrigado aos colegas de turma de doutorado do CPDA, que foram de fundamental importância nesta trajetória, em especial às companheiras e amigas, Aline Borghoff Maia, Luiza Passos Trabuco, Ariane Cristina Brugnara e Patrícia de Araújo Silva. Nossa ciranda de mulheres sábias, desde cuidados, acolhimentos e bons *drinks*, foi fundamental.

Gostaria de registrar meu agradecimento à compreensão e ao apoio de todos os parceiros(as) do GEMAP (Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas), do qual faço parte, cujo projeto de pesquisa submetido ao CNPQ, realizado as mãos dos vários membros e membras do grupo, com enorme apoio do meu orientador Sergio Pereira Leite, me impulsionaram, oportunizando inclusive trabalho de campo na região estudada na minha pesquisa de tese. A vocês do GEMAP, meu muito obrigado pelas trocas e partilhas.

Agradeço à minha família, estendida, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Ao meu companheiro André, que nos momentos mais críticos da construção da tese ficou ao meu lado me dando suporte necessário com muito afeto e respeito. À Yolanda Freire, parceira de jornada que muito tem me ensinado sobre os caminhos da vida. Aos meus amigos e amigas, que sempre em atitude de amor e amizade confiaram no meu processo e na certeza da minha entrega.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela possibilidade de bolsa que fundamentou minha permanência no programa de pós-graduação. Com este agradecimento também gostaria de reafirmar minha defesa inegociável da ciência autônoma e da universidade pública e gratuita. Agradeço ainda os membros da minha qualificação de doutorado, Paulo Alentejano, professor, amigo e companheiro de reflexão no pensamento geográfico e a Karina Kato, professora que tanto admiro em sua robusta trajetória acadêmica.

Agradeço com especial atenção a todas as pessoas representantes da diversidade dos povos do cerrado com os quais tive a enorme honra de dialogar ao longo desta trajetória, que de modo simples me ensinaram a complexidade dos seus modos de viver me mostrando algo primordial ao pensamento por trás da tese: embora diversos, comuns!

Por fim, destaco que o agradecimento de um processo extremamente coletivo na construção desta tese se constitui em enorme desafio. Pois, *como o rio decifra o segredo do chão, que nasce dos outros, e sabe seguir junto com os outros e outros se prolongando*, agradeço, com os versos do poeta e ribeirinho Tiago de Melo, a todas as pessoas que, nos encontros da vida, me apoiaram a seguir no desafio desta tese. Mesmo que eu não consiga aqui nominá-las, registro que foram muitas, com as quais convivi e as quais sequer conheci, mas sem dúvida me inspiraram:

*A bênção das águas do cerrado, onde moram os encantados:
Mãe do ouro negro d'água e Boitatá, quem afrontar o rio, o Caboclo arranhará!
(Canto do Barranqueiro Josemar Alves Durães)*

RESUMO

Os movimentos do capital no espaço trazem interpretações para o sentido de sua produção sob o capitalismo, e tratam da circulação do capital e seus desdobramentos como um mecanismo de “alívio”, que recebe o nome de “ajuste espacial”, às suas crises de circulação e envolve mecanismo da captura de “novos” territórios. O ano de 2008 é um marco temporal de crise que abalou as economias nacionais e o mercado mundial como um todo, o que promoveu, devido e efeito da queda na rentabilidade, uma migração de capitais financeiros para outros setores, atraindo consigo a expansão da área plantada das *commodities* ocasionando a compra e aquisição de parcelas de terras. Desde então assistimos a uma demanda global que se voltou para a agricultura e, por sua vez, para suas áreas de expansão em busca de rendimentos maiores. No Brasil, percebemos essa mudança espacial da atividade capitalista com a expansão da fronteira agrícola no cerrado, em especial na produção espacial do MATOPIBA, voltada para atender as necessidades de outras regiões e economias, que revela os vários mecanismos da necessidade do capital de (re)produzir o espaço. Isso foi possível com a criação de um mercado dinâmico de terras no MATOPIBA com a presença de capitais financeiros especulativos, dentre outros mecanismos de articulação público-privada nos territórios, delineando uma dinâmica de disponibilização socioespacial baseada na expansão territorial através de variadas estratégias de aquisição das terras. Este processo, entretanto, ocorre sobre territórios que tradicionalmente são ocupados por diversas populações, impondo novas regras de acesso e uso das terras antes comuns, provocando mudanças nos regimes de propriedade ao incidir sobre as formas de uso da terra preestabelecidas.

PALAVRAS CHAVES: crise de 2008, demanda global por terras, MATOPIBA.

ABSTRACT

The movements of capital in space bring interpretations to understand the meaning of its production under capitalism, and deal with the circulation of capital and its consequences as a “relief” mechanism, which is called “spatial adjustment”, to the crises it causes. circulation crises and involves a mechanism for capturing “new” territories. The year 2008 is a period of crisis that shook the national economies and the world market as a whole, which promoted, due to the effect of the drop in profitability, a migration of financial capital to other sectors, attracting with it the expansion of the area plantation of commodities leading to the purchase and acquisition of plots of land. Since then, we have witnessed a global demand that turned to agriculture and, in turn, to its expansion areas in search of higher yields. In Brazil, we perceive this spatial change in capitalist activity with the expansion of the agricultural frontier in the cerrado, especially in the spatial production of MATOPIBA, aimed at meeting the needs of other regions and economies, which reveals the various mechanisms of the need for capital (re) produce the space. This was possible with the creation of a dynamic land market in MATOPIBA with the presence of speculative financial capital, among other public-private articulation mechanisms in the territories, outlining a dynamic of socio-spatial availability based on territorial expansion through various acquisition strategies. of the lands. This process, however, occurs in territories that are traditionally occupied by different populations, imposing new rules for accessing and using previously common lands, causing changes in property regimes by affecting pre-established land use forms.

KEYWORDS: 2008 crisis, global demand for land, MATOPIBA.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Índices de preços das <i>commodities</i> 1992-2010.....	26
FIGURA 2 – Contratos Futuros – posições compradas (EUA), 2008.....	32
FIGURA 3 – Soja: posições compradas nos contratos em aberto.....	33
FIGURA 4 – Milho: posições compradas nos contratos em aberto.....	33
FIGURA 5 - Preço médio real dos grãos no período 2000/2008 –US\$2007/tonelada.....	35
FIGURA 6 - Índices de preços de <i>commodities</i> agrícolas selecionadas.....	36
FIGURA 7 – Brasil – número de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais por unidade da federação 2013/2017.....	49
FIGURA 8 – Investimentos estrangeiros no Brasil 2000-2011.....	61
FIGURA 9 -Investimento estrangeiro direto (IED), em US\$ bilhões, 1995-2014.....	63
FIGURA 10 – Investimento Estrangeiro Direto (IED): Agronegócio, Produção Agrícola e Área Plantada – 1996 – 2014.....	64
FIGURA 11 – Expansão da agricultura na região de Barreiras/BA entre os anos de 1985 e 2010 (área plantada e número de pivôs centrais)	88
FIGURA 12 - Área plantada com soja por microrregião (2015) (MATOPIBA).....	93
FIGURA 13 – MATOPIBA – Número de conflitos de 1996 a 2017.....	96
FIGURA 14 – Mudança de uso do solo – 2009/2019 (MapBiomass coleção 5.0)	111
FIGURA 15 - Preço da terra cidades do MATOPIBA (2003-2013).....	134

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – mapa mundial do aumento dos preços dos alimentos entre 2007 e 2008.....	38
MAPA 2 – Disponibilidade mundial de terras e água para agricultura.....	59
MAPA 3 – O cerrado brasileiro.....	66
MAPA 4 - Delimitação do MATOPIBA proposta pelo GITE/Embrapa.....	85
MAPA 5 - MATOPIBA – Categorias legalmente atribuídas das microrregiões.....	86
MAPA 6 – Empresas com presença de capital estrangeiro no MATOPIBA (2018)	92
MAPA 7 - Representação de áreas contínuas do cerrado em relação as regiões hidrográficas.....	116
MAPA 8 - Concentração fundiária na Bahia – detalhe Oeste (2007-2011)	130
MAPA 9 – Mapa Oeste Baiano (BA).....	144
MAPA 10 – Pivôs Centrais do estado da Bahia em 2013, detalhe Oeste circulado.....	147
MAPA 11 – Principais rios do Oeste Baiano (BA).....	149
MAPA 12 - Mapa do balanço hídrico quantitativo da expropriação das águas nos territórios do Oeste da Bahia, 2014.....	152

LISTA DE FOTOS

FOTO 1- Correntes/Sul do Piauí, 2014.....	18
FOTO 2- Balsas/Maranhão, 2014.....	19
FOTO 3- Travessia Lizarda/ Tocantins e Balsas/Maranhão, 2014.....	19
FOTO 4- Lizarda/Tocantins (limítrofe ao Parque Estadual do Jalapão)	20
FOTOS 5 e 6- Pedro Afonso/Tocantins - casa de comunidade rural a beira do rio Sono, 2014.....	21
FOTO 7- manifestação na III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, 2016.....	113
FOTO 8- contraste cerrado e terra desmatada na região do MATOPIBA.....	132
FOTO 9- Vista da estrada no MATOPIBA, entre São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, no Oeste da Bahia, 2018.....	132
FOTO 10- Correntão utilizado para derrubar o Cerrado para monocultivos, 2010....	137
FOTO 11- Pivô central utilizado para irrigação de monocultivos.....	142
FOTO 12- Manifestantes tomam as principais ruas de Correntina para denunciar o sumiço das águas na região, 2017.....	150

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Empresas investidoras e de capital financeiro que adquiriram terras no Cerrado brasileiro (2018)	74
QUADRO 2 – Municípios do Estado da Bahia com maior área ocupada por pivôs em 2013.....	148

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Empresas com presença de capital estrangeiro no MATOPIBA 2018.....	95
TABELA 2- Preços de Terras (R\$/ha), valores correntes, municípios Oeste Baiano (2008-2019)	135

LISTA DE SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

AGU – Advocacia Geral da União

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CGPLAC - Coordenação-Geral de Planos e Cenários do MAPA

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito (aquisição das terras por estrangeiros)

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEMAP - Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Sociais

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (vinculado à Embrapa)

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED - Investimentos Estrangeiros Diretos

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Bahia)

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MATOPIBA - é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP – Medida Provisória

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

OXFAM - Oxford e Famine (Oxford Committee for Famine Relief/Comitê de Oxford para o Alívio da Fome)

PDA Matopiba – Plano de Desenvolvimento Agropecuário de regiões do Maranhão,

Tocantins, Piauí e Bahia

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PL - Partido Liberal

PLC – Projeto de Lei Complementar

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PT - Partido dos Trabalhadores

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSL - Partido Social Liberal

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

SAU - Sistema Aquífero Urucuia

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1. A GEOGRAFIA DA CRISE DE 2008 E A ALTA DO PREÇO DOS ALIMENTOS.....	25
1.1 A CRISE E O PREÇO DOS ALIMENTOS.....	27
1.2 A ALTA DO PREÇO DOS ALIMENTOS E O AGRONEGÓCIO GLOBAL.....	31
1.3 A CRISE DE 2008 E A DEMANDA GLOBAL POR TERRAS.....	39
1.4 O BRASIL NA DINÂMICA GLOBAL DE DEMANDA POR TERRAS.....	49
CAPÍTULO 2. A DEMANDA POR TERRAS NO CERRADO BRASILEIRO: ANTIGOS CONTORNOS, NOVOS AGENTES.....	55
2.1 A AQUISIÇÃO DE TERRAS NO CERRADO: OS ANTIGOS CONTORNOS, NOVOS AGENTES.....	65
2.1.1 Os novos agentes na aquisição de terras no Cerrado.....	71
2.2 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA E O MATOPIBA.....	83

CAPÍTULO 3. A PRODUÇÃO ESPACIAL DO MATOPIBA E AS REPERCUSSÕES NOS REGIMES DE USO DA TERRA E DO TERRITÓRIO.....	110
3.1 A DINÂMICA DE DISPONIBILIZAÇÃO ESPACIAL NO MATOPIBA: TERRAS “MARGINAIS, VAZIAS E DISPONÍVEIS”?.....	118
3.2 O USO DOS COMUNS E AS REPERCUSSÕES NOS REGIMES PROPRIEDADE E USO DA TERRA E DO TERRITÓRIO NO OESTE BAIANO: O EXEMPLO DAS ÁGUAS.....	138
CONCLUSÕES.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160

Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o lugar.

J. G. Rosa. Grande sertão: veredas (1956).

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a montagem do território colonial com os sistemas de *plantations*, de reservas territoriais, o princípio de *uti possidetis*¹, a organização do trabalho baseada na exploração escrava da mão de obra, entre outros, constituiu um sistema socioespacial no território que nunca se dissolveu. E, até os dias de hoje, conserva seus mecanismos, que (re)produzem desigualdades sociais históricas, na concentração da renda e da terra, em diversas escalas, onde a terra, como base material da reprodução desse sistema, é o “nó”.

Os dados publicados em 2018² demonstraram que o Brasil possui uma média de 453 milhões de hectares de terra com seus usos considerados de natureza privada. Isso corresponde a pouco mais da metade do território nacional, chegando à soma de 53% do território. Segundo o mesmo documento, o Brasil tem 28% de suas terras privadas com tamanho superior a 15 módulos fiscais. Dados ainda mais delicados demonstraram que as terras improdutivas declaradas no ano de 2010 chegavam à ordem de 66 mil imóveis com 175,9 milhões de hectares (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Segundo dados apresentados pela Oxfam (2019)³, o Brasil tem uma das estruturas fundiárias mais desiguais do mundo, com 45% da área rural nas mãos dos donos de menos de 1% das propriedades.

Assim entendemos como a concentração fundiária não é uma novidade na história brasileira e se ressignifica a cada momento, o mesmo podendo ser dito desta fase mais recente, na inserção do Brasil na dinâmica da demanda global por terras. Para nós, se a colonização foi um marco inicial de transformação dos usos das terras e do território, hoje vive-se uma outra fase, com a presença da articulação em diversas escalas e ações – *clusters, tradings, joint ventures* – de grandes empresas do agronegócio à escala global e, sobretudo, com os fundos de investimentos na aquisição de terras.

Assim, destacamos que, desde 2008, com a eclosão da crise, observamos o processo de expansão de investimentos incidindo no avanço da fronteira agrícola e, por sua vez, nos usos da terra no Brasil. Isso vem, progressivamente, integrado às cadeias

¹ Princípio adotado com o Tratado de Madri de 1750, que definia que tinha direto a terra quem a ocupasse efetivamente, criando uma intensa e violenta disputa pela terra no território colonial sobre os territórios indígenas.

² Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass, organizadoras. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

³ Oxfam: Relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina, 2019.

globais de valor, associados ao capital transnacional. Não podemos dizer, contudo, que este processo não existia, mas a velocidade, escala global de integração e proporção no volume de transações de terras são as faces mais recentes deste processo, inserindo o Brasil em uma dinâmica global de negócios: a corrida por terras.

Para atentarmos a esse processo devemos observar que grande parte da produção brasileira de *commodities* agrícolas está vinculada atualmente a conglomerados. Dados do Atlas do agronegócio (2018) demonstraram como algumas destas empresas como SLC Agrícola (404 mil hectares), Grupo Golin/Tiba Agro (300 mil ha), Amaggi (252 mil ha), BrasilAgro (177 mil ha), Adecoagro (164 mil ha), Terra Santa (ex-Vanguarda Agro, 156 mil ha), Grupo Bom Futuro (102 mil ha) e Odebrecht Agroindustrial (48 mil ha) exploram o mercado de terras, tanto para produção de *commodities* quanto para especulação financeira (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018).

Muitas foram as notícias do *boom* de investidores transnacionais em terras no país, causando euforia e alarmes nos noticiários e influenciando os mercados locais de terras. A respeito desta movimentação a que estamos nos referindo, temos marcos mais recentes. Segundo informações, mais de 30 milhões de hectares de terra foram adquiridos no mundo por um total de 490 proprietários. Esses dados, são sistematizados pela Grain (2016) ao contar do processo da corrida mundial por terras. A estimativa da Grain é de que entre os anos de 2008 e 2016 40 milhões de hectares de terras tenham sido transacionados no mundo. O volume das transações em 2016 era da ordem de 35 milhões de hectares, chegando à soma de 40 milhões de hectares de terras transacionadas por 490 empresas em 78 países. Esta dinâmica informou sobre o interesse crescente em terras cujo marco temporal tem relação com a crise de 2008. A esse respeito Sassen (2016), considerando a geografia dessas aquisições e disputas, mostrou que os negócios com terras aumentaram desde 2008, especialmente, nos países do Sul Global.

Para o caso brasileiro chamou a atenção de ser um país protagonista, principalmente como destino das aquisições, mas também como comprador. Importa, contudo, destacar que este avanço no Brasil, além de localizado no tempo, se deu e ainda se dá localizado no espaço, e ocorre principalmente nos cerrados brasileiros. Este bioma, que apresenta atualmente os maiores índices de desmatamento do país, com 178 milhões de hectares registrados como propriedade privada, tem apenas 7% de sua área protegida. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), entre 2000 e 2015 a perda de cobertura vegetal no cerrado avançou a um ritmo alarmante, e estima-se que 52% do bioma tenha sido degradado ou sofrido perdas irreversíveis (ATLAS DO

AGRONEGÓCIO, 2018). Dados da plataforma MapBiomas apontam no cerrado que o cultivo de grãos como soja, milho e sorgo saltou, entre 2008 e 2018, de 7,4 milhões para 20,5 milhões de hectares.

Boa parte desta dinâmica de expansão esboçada acima se deu, no cerrado brasileiro, sobre uma região conhecida como MATOPIBA, nome que junta as siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com uma área de 400 mil km², considerada em muitos anúncios como a “última fronteira agrícola” do país. Todos esses fatores, materializados em uma região desenhada pelo mercado de terras das empresas e investidores diretos e indiretos, imprimem nos territórios preteritamente ocupados uma intensa e massiva transformação das relações e dinâmicas socioespaciais que, para nós, indicam uma forte e crescente mudança nos usos da terra, alterando os regimes de propriedade e gerando inúmeros conflitos em diversas ordens e camadas de poder, cuja centralidade é o controle dessas terras. Em uma geometria espacial simples dos conflitos: quanto mais esses investimentos se traduzem em dinâmicas de disponibilização espacial das terras, sobrepondo-se aos usos tradicionais, maiores são a tensão e suas consequências.

Observamos ainda um agravante deste contexto, contudo, que é a fragilidade dos mecanismos de controle do Estado sobre o território brasileiro. Atualmente, em ações estruturais, de cunho econômico e político nas esferas privada e pública, articuladas em escala global, vê-se a disponibilização espacial e a legitimação crescente da presença do capital internacional privado em território nacional brasileiro, sobretudo em justificativa à expansão do agronegócio.

Se no Brasil, por um lado, observa-se a persistência da concentração fundiária, por outro vê-se a crescente financeirização da terra provocando transformações recentes na dinâmica produtiva e no mercado de terras, materializada na aquisição de terras para sua conversão em imóveis rurais pelo capital financeiro no país. Por consequência, uma série de questões provocadas a partir dessa expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA resulta, consequentemente, na persistência da violência, no avanço sobre os territórios tradicionalmente ocupados, na devastação ambiental e, por sua vez, na precarização territorial.

A construção desta proposta de tese foi motivada por trabalho de campo na região do MATOPIBA. O primeiro trabalho de campo foi no ano de 2014, antes mesmo da pesquisa se iniciar, feito entre os estados de Tocantins, saindo de Palmas e seguindo, entre

o Maranhão e Piauí, até se encerrar no Oeste da Bahia. Entre as chapadas e os baixões⁴, vimos a “paisagem da soja”, do algodão e da cana-de-açúcar (fotos 1, 2 e 3) entre hectares sem fim de plantações e em meio a porções de cerrado ainda em pé (foto 4), cercados e emplacados como propriedades privadas. No sobe e desce das chapadas, deparamo-nos, nos baixões, com um conjunto considerável de comunidades tradicionais, camponesas, das mais diversas formas de organização e uso da terra e do território, dada a riqueza habitada naqueles territórios (fotos 5 e 6).

Outro aspecto que saltava aos olhos eram as águas. Rios e rios, áreas alagadiças, como os brejos de Buritis e tantas outras diversidades dos corpos hídricos expressada em “abundância” de águas daquela região. Já em 2014, observamos um contraste muito significativo de formas de viver e conviver com o cerrado. Nas chapadas o cerrado se transformava, principalmente, em soja, algodão e cana, e nos baixões o cerrado era modo de vida traduzida em produção de alimentos, tradições, usos comuns, com regimes coletivos de compreensão do território e dos recursos, principalmente a terra, entre muitos povos. Como se fossem dois mundos antagonicamente distintos e extremamente contrastantes.

FOTO 1- Correntes/Sul do Piauí, 2014.



Fonte: Acervo da autora (2014).

Voltamos do campo, impactados com as paisagens e algumas expressões recorrentes ouvidas durante diálogos: “os estrangeiros estão tomando conta de tudo...não está mais valendo a pena, estão tomando conta de tudo”, nos contou um fazendeiro,

⁴ Baixões é como são chamadas as terras baixas, são os locais onde a terra é mais fértil e úmida. É onde vivem as populações tradicionais do cerrado de toda diversidade, onde vivem e cultivam legumes, verduras, frutas e pasto. Além disso, as vazantes e os brejos, com seus buritizais e babaçuais, garantem o sustento das práticas extrativistas, que também compõem as práticas tradicionais e os modos de vida dos povos dos Cerrados.

produtor de soja e sorgo, que informou ter vindo do Pontal do Paranapanema – região de São Paulo, e que tinha saído de lá em busca das terras baratas do Sul do Piauí. Explicou que o vizinho que eu pude ver após viajar alguns quilômetros era do Sudão e completou: “*mais à frente dele tem da França, até da China a senhora vai encontrar*”.

FOTO 2- Balsas/Maranhão, 2014.



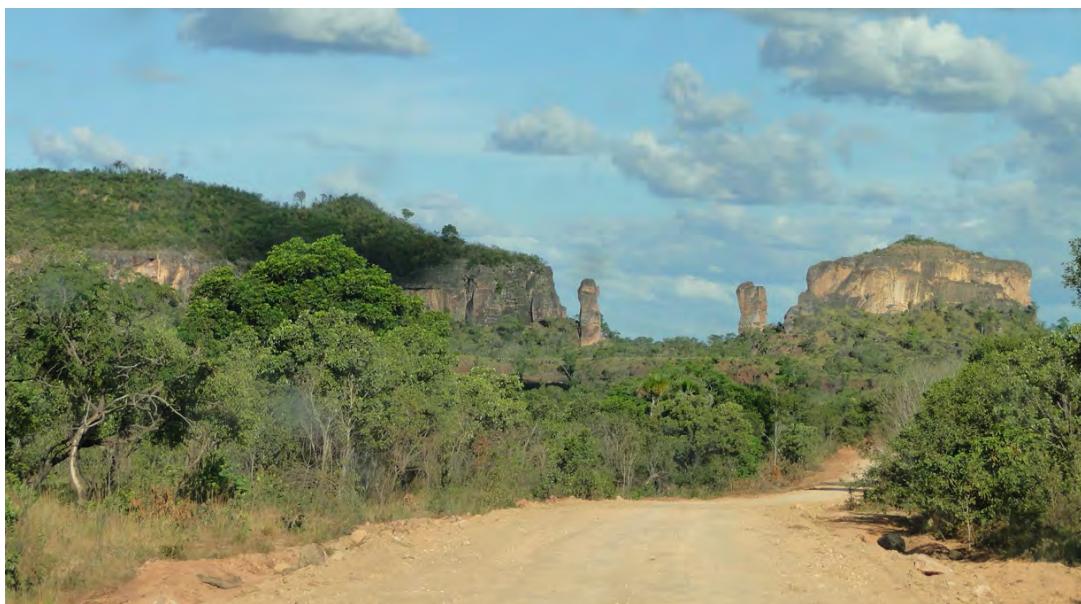
Fonte: Acervo da autora (2014).

FOTO 3 - Travessia Lizarda/ Tocantins e Balsas/Maranhão, 2014.



Fonte: Acervo da autora (2014).

FOTO 4 - Lizarda/Tocantins (limítrofe ao Parque Estadual do Jalapão)



Fonte: Acervo da autora (2014).

Mais adiante, em um baixão, ouvimos, em uma pequena comunidade, cuja vida se mantinha da “*pesca no rio, plantação e cata de frutos e sementes dos gerais*” que quem havia “*tomado conta de tudo*” tinha sido a Bunge, empresa conhecida do agronegócio global. Neste caso, contaram que “*tomaram conta*” observando conflitos por terras engendrado pela chegada da Bunge na região do rio Sono, afluente do rio Tocantins, no município de Pedro Afonso/TO. Essa região tem ainda um conjunto de povos e comunidades tradicionais que vivem à beira do rio Tocantins, cujos modos de vida variam desde a pesca e o extrativismo até o manejo de agriculturas e gado – este último é realizado na “solta”⁵ -, sem, contudo, derrubarem o cerrado. Neste mesmo baixão encontramos também um gato do mato, um tatu-bola, dois casais de araras azuis e uma coruja-buraqueira, animais típicos do bioma cerrado, o tatu-bola, inclusive, em extinção.

A pesquisa para este doutorado sem dúvida foi motivada pelo que observamos ao longo das centenas de quilômetros percorridos durante o trabalho de campo em 2014. As leituras sobre a expansão do agronegócio naquela região nos levaram a conhecer, pela primeira vez, a expressão MAPITO, que posteriormente, consolidou-se em MATOPIBA. Consoante a esse processo estavam um conjunto de literaturas sendo produzidas sobre as dinâmicas de expansão do agronegócio no Brasil que já apontavam para um aumento

⁵ O sistema de criação de gado Geraizeiro se caracteriza pela capacidade de utilização de todos os ambientes e paisagens do Cerrado. Os gados são criados soltos e coletivamente. Todos os animais de uma comunidade são manejados juntos nos Gerais, cuja alimentação é nas pastagens naturais e complementada quando necessário.

expressivo dos investimentos em terras, que foram ao longo do tempo se desdobrando cada vez mais e tornando-se um campo vasto de estudos que nesse trabalho tratamos como dinâmica global de terras.

FOTOS 5 e 6 – Pedro Afonso/Tocantins -
casa de comunidade rural à beira do rio Sono, 2014.



Fonte: Acervo da autora (2014).



Fonte: Acervo da autora (2014).

O projeto de pesquisa, então, foi construído, quando do início do doutorado, tendo em vista buscar uma abordagem que nos permitisse compreender essa dinâmica e, de certa forma, caracterizá-la. Desta maneira construímos uma proposta de pesquisa que envolvia mais dois trabalhos de campo, um realizado em 2018, no Oeste da Bahia. Este campo deu base ao conjunto de reflexões apresentadas nos capítulos seguintes desta tese e foi realizado com membros e membras do Grupo de Pesquisa de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas – GEMAP do CPDA, no âmbito do projeto de pesquisa “Expansão do ‘Agronegócio’, Estrangeirização de Terras e Ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro”, oriundo do Edital Universal do CNPq de 2016, coordenado por Sergio Pereira Leite. Neste trabalho de campo observamos os atores governamentais e empresariais privados do agronegócio, dando perspectivas para dimensionar os agentes de investimentos com terras na região, de modo que entendemos que esta tese foi possível a partir das oportunidades de pesquisa advindas do projeto do CNPq destacado acima.

Cabe destacar que o contexto de produção desta pesquisa sofreu inúmeros impactos externos que determinaram ajustes no objeto inicialmente pensado, assim como na metodologia proposta que foi possível executar.

A conjuntura nacional ao longo do período de realização desta tese teve um apanhado de processos que foi reeditando a pesquisa e, também, a nossa capacidade de responder às perspectivas e possibilidades sobre o tema. No ano de entrada no doutorado, cinco meses após, o Brasil viveu um golpe político, jurídico e midiático que desembocou no *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) eleita diretamente pelo voto. E assumiu seu vice, Michel Temer do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os desdobramentos desse processo foram ímpares na história recente da democracia brasileira: prisões, escândalos, eleições para presidência do país, até a geometria de poder, que desembocara na chegada à presidência de Jair Messias Bolsonaro eleito pelo extinto Partido Social Liberal (PSL), fundido ao Democratas, que desde fevereiro de 2022 criou o União Brasil. Atualmente o Ex-Presidente é do Partido Liberal (PL), embora tenha passado uma parte considerável de seu mandato sem partido.

Nesta ocasião, vale lembrar, a ciência, com destaque aos programas de pós-graduação, sofreu duro golpe com o corte de mais de 200 mil bolsas de pesquisa no país e, ainda mais cortes, que sucederam fragilizando e sucateando ainda mais as universidades e as condições da realização de pesquisa no país.

Crise econômica, fiscal, cambial também foram constantes, tanto em escala nacional, como também na global. Foram tantos acontecimentos de ordem conjuntural que muitas destas, de fato incidiram no tema da pesquisa. Por último e não por fim, a maior parte da pesquisa da tese foi realizada em condições de isolamento social, durante uma crise humanitária e sanitária de proporção global, cujas mortes somadas no mundo em detrimento dos impactos das contaminações do novo corona vírus é da ordem de 6,2 milhões de mortes no mundo e mais de 690 mil no Brasil.

Este processo impediu a realização do segundo trabalho de campo planejado e trouxe dificuldades de muitas ordens. Para dar conta da proposta da pesquisa, foram feitos ajustes na metodologia pensada para o trabalho da tese. Baseada na revisão bibliográfica e em análises de dados, foi tomado como ponto de destaque desenvolver a perspectiva sobre a crise de 2008, que se tornou parte fundamental da tese, como apresentamos no capítulo 1. Este capítulo aborda as convergências da crise que desencadeou movimentos importantes do capital na demanda global por terras. Em seguida, nos concentramos em mostrar como este processo ganha materialidade, mostrando, no capítulo 2, os desdobramentos da crise de 2008 através dos movimentos do capital nos cerrados, em especial do MATOPIBA, recorte do trabalho observando a expansão da fronteira agrícola. Por fim, seguimos na proposta reduzindo a escala de análise ao desenvolver uma abordagem, no capítulo 3, da produção espacial do MATOPIBA, trazendo exemplos das repercussões no usos da terra e do território, acrescido das informações oriundas do relatório de pesquisa do CNPq a que nos referimos acima.

Os ajustes necessários ao tema da pesquisa de doutorado refletiram nos resultados apresentados, tendo em vista que compreender de forma pormenorizada para melhor caracterizar as mudanças nos regimes de propriedade e usos da terra e do território no MATOPIBA exigia uma experiência de campo e investigação nos territórios que pelos impedimentos dos contingentes sanitários, e pelas dificuldades impostas pelo contexto dos últimos anos, fragilizaram a proposta de desenvolvimento da pesquisa possível.

O último ano de realização da tese foi ainda atravessado pelas fortes disputas do período eleitoral no país para a presidência da república, tendo como seu resultado o retorno do PT ao poder, com presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pela terceira vez presidente do país, em uma disputa acirrada e extremamente agressiva entre a sociedade.

A pesquisa não se seguiu como o proposto, mas temos uma tese construída em um contexto de muitos processos coletivos e individuais, resultado da observação e reflexão possível sobre o tema que começamos a pesquisar. Após estes anos, vimos que as

hipóteses levantadas da expansão sobre as terras de uso comum e sua transformação nos regimes de propriedade através das mudanças dos usos, associada a um processo de expropriação ambientado pelo mercado financeiro, com forte relação com o agronegócio e associado a cadeia global de investimentos em terras, que movimentou no espaço desde crise de 2008, se confirmaram.

Para compreender estas dinâmicas em escala de território nacional, desde a crise de 2008, consideramos as seguintes hipóteses de observação: (i) o aumento de investimentos, que redinamizou o processo especulativo da terra como ativo financeiro no Brasil, especialmente no cerrado na região de fronteira, o MATOPIBA; (ii) esse aumento significativo no volume de investimentos e transações com terras que apontou para mudanças nas condições da propriedade da terra; e (iii), os mecanismos recentes dessa apropriação, que resultou em mudanças de regime dos usos da terra.

Veremos nos capítulos a seguir que o aumento de investimentos em terras no País, através da proposta teórica de análise apresentada, a partir da perspectiva do ajuste espacial e da convergência das crises na produção da expansão da fronteira. Tendo em conta as contribuições da acumulação por expropriação e das dinâmicas das expulsões geradas neste processo de dinâmicas fundamentais que tornam possível os investimentos financeiros da demanda global por terras e, por sua vez, para mantê-los. A este processo, nominamos neste trabalho de dinâmica de disponibilização espacial.

Em síntese, para nós, a tese trata desse fenômeno que tem pontos fundamentais de análise e reflexão: a crise de 2008 como *start*; os vários processos de acumulação por expropriação e, consequência dos dois pontos anteriores, as alterações nos regimes propriedade através de uma mudança ou parcial transformação na função da propriedade da terra, confirmada pelo mecanismo de “alívio” da crise.

CAPÍTULO 1

A GEOGRAFIA DA CRISE DE 2008 E A ALTA DO PREÇO DOS ALIMENTOS

O ano de 2008 é um marco histórico da crise que abalou as economias nacionais e o mercado mundial como um todo. Toda a comunidade internacional passou a observar os vários fenômenos que ocorriam nos anos anteriores. Economistas e especialistas afirmam que, até hoje, 2023, a economia mundial sofre os impactos provocados por aquelas crises, ou melhor, pela convergência delas.

Para tanto, atentos à complexidade metodológica em abordar o tema crise neste trabalho, vamos considerar que vivemos uma atualização de um processo de crise sistêmica que envolve as dimensões econômico-financeiras, políticas e ecológicas, multifacetada e com desdobramentos distintos em tempos e escalas no mundo.

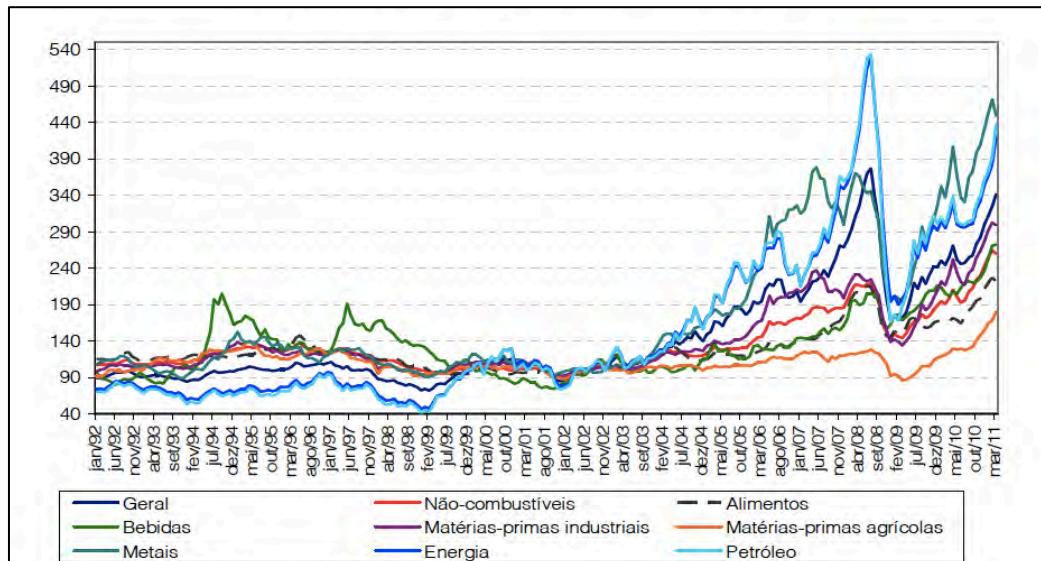
De acordo com Svampa (2013), destacamos, que mesmo antes de sucederem a entrada da América Latina e de países do Sul Global em uma nova ordem econômica e político-ideológica, provocada pelo *boom* de preços internacionais de matérias-primas e mercadorias (figura 1) devido às demandas exigidas pelos países centrais e pelas potências emergentes, já havia ocorrido um desgaste e a construção de um panorama de crise e esgotamento de ciclo. Para ela, esta ordem consolidou um estilo de desenvolvimento neoextrativista⁶ que gera vantagens comparativas, e um certo crescimento econômico, ao mesmo tempo que produz novas assimetrias sociais, econômicas, ambientais e político-culturais em escala global.

Vale considerar que para a autora essas assimetrias, favorecem o ambiente de crises que aconteciam naquele momento, e se expressaram com tantos impactos, que tem

⁶ Baseados em Gudynas (2015), consideramos que ao analisar as transformações da Natureza na América Latina, o autor sustenta-se teoricamente na contradição entre crescimento econômico e devastação ambiental, retomando os debates fundados nos anos de 1970 sobre os limites da natureza e a expansão do consumo dos recursos não-renováveis. A crítica mais forte que se fazia, naquele momento, era sobre o fortalecimento das políticas ambientais neoliberais, que, com base na economia ambiental, monetariza a natureza, tornando-a capital e patrimônio natural e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de mensuração das condições ambientais apropriáveis pelo mercado (posteriormente difundido com terminologia Economia Verde). A reflexão sobre uma inserção dependente da América Latina no capitalismo globalizado se fazia presente de maneira embrionária, compreendendo-a como região exportadora de matérias-primas na desigual divisão internacional do trabalho e *locus* de investimentos geradores de grandes impactos ambientais (GUDYNAS, 2015).

seus impactos destacados nos desajustes provocados na economia mundial, nos territórios, no meio ambiente e na relação com a Natureza, marcando conflitos de diversas ordens, sobre os modelos de desenvolvimento vigente, as fronteiras e a própria democracia.

FIGURA 1– Índices de preços das *commodities* 1992-2010.



Fonte: ApexBrasil, 2011, elaborado pela ApexBrasil a partir dos dados do FMI.

O estudo sistemático das crises do sistema capitalista é, portanto, de fundamental importância, e reconhecemos as tradições teóricas e metodológicas que se debruçam nesta proposta. Entretanto, ressaltamos que nosso objetivo neste capítulo não será o estudo pormenorizado de seu comportamento, mas dos impactos da crise de 2008, assim como recolheremos elementos que nos permitem uma aproximação da explicação dos fenômenos provocados pela crise, em especial: (i) a alta do preço dos alimentos também ocorrida no mesmo ano e (ii) as dinâmicas da crise no território, quando observamos que a fase atual do capitalismo, como sistema político hegemônico mundial, se alimenta, ainda, da conquista de territórios na produção do espaço. Não apenas territórios vistos como extensões de terras como no passado, mas sim territórios produtivos.

1.1 A CRISE E O PREÇO DOS ALIMENTOS.

O primeiro elemento significativo para a reflexão que propomos, se vincula a que, como afirmaram importantes analistas, como Paul Krugman, Nobel em economia no ano de 2008, a crise que estourou em 2007/8 caracterizou-se como a principal crise econômica e financeira internacional desde 1929, quando todas as bolsas do mundo sofreram uma baixa muito significativa. Crocetti (2016) mostrou que, em 2008, a baixa das bolsas no mundo chegou entre 25 e 35%, sendo ainda maior para as bolsas dos países mais industrializados, chegando até 60% como a China, passando por 50% para a Rússia e para a Turquia (CROCETTI, 2016).

Para o autor, o que ocorria, naquele momento era um processo intenso de montagem de dívidas privadas, que não se originava de outro momento, mas corroborando na criação pura de capital fictício (securitizações de derivativos, *subprime*, ancoragem em fundos etc.), que explodiu de país em país, começando nos EUA. O autor demonstrou que como efeito deste processo os EUA somavam em dívidas públicas e privadas cifras da casa do trilhão, que chegaram, em 2008, ao montante de 50 trilhões de dólares, ou seja, 350% do seu PIB (CROCETTI, 2016).

Esta crise de 2008, para muitos analistas, é a responsável por impulsionar a recessão global em que entrou a economia mundial. Devemos assim considerar na nossa reflexão e como elemento da análise, portanto, o marco temporal de setembro de 2008, quando da falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, fundado em 1850. Os impactos deste momento ocasionaram um efeito em cascata, outras grandes instituições financeiras quebraram através de um processo que ficou conhecido mundialmente no mercado internacional como a “*crise dos subprimes*”, tendo no mercado imobiliário estadunidense e norte-americano o seu epicentro. Esta crise foi considerada uma “bolha” cuja lógica, segundo Mota (2013), está pautada em um processo de financeirização, que se constitui em “*um arranjo financeiro distorcido, baseado na criação de riqueza artificial*” (MOTA, 2013:56).

Assim, consideramos nesta perspectiva, em acordo com Mazzucchelli (2008), que observamos o fluxo da economia vinculado ao setor financeiro, representando um afastamento ou mesmo ruptura entre a economia financeira e a real, dando ênfase aos recursos meramente especulativos que criam capital através de transações bancárias envolvendo empréstimos e cobranças de juros, como no caso das hipotecas *subprimes*. Segundo Mazzucchelli (2008) esses produtos financeiros alcançaram o valor de 20

trilhões de dólares em 2001 e de 38 trilhões em 2006. Já os serviços financeiros cresceram de 220 trilhões em 2001 para alcançar a cifra de 380 trilhões em 2006, o que equivale a mais de cinco vezes o PIB mundial, ou seja, o grosso da economia mundial torna-se mais virtual que real (MAZZUCCHELLI, 2008).

Ademais, embora não estivesse previsto, a capacidade de pagar as dívidas geradas, neste momento, se esgota e a crise irrompe. As consequências desses episódios são complexas e impactam o mundo de maneiras muito singulares. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), citados por Mota (2013), a crise financeira de 2008 elevou o número de desempregados de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao final de 2009. Vários são os impactos provocados por esta crise e muitas as interpretações que podemos fazer sobre e a partir dela.

De acordo com Rubio (2015) se tratou de uma crise estrutural provocada pelo esgotamento de uma forma de exploração e organização do trabalho. Assim como Rubio, muitos pesquisadores defendem que o fenômeno da crise de 2008 tenha sido, em verdade, uma “convergência de crises” (SVAMPA, 2013), que se iniciou no âmbito energético com o aumento do preço do petróleo em 2003, seguida da crise dos *subprimes* em 2007/2008, também chamada de crise imobiliária. Estas convergências, segundo as autoras, derivaram em uma crise alimentar que desembocou na alta dos preços dos alimentos entre maio e junho de 2008, e logo, meses depois, a derrocada do Lehman Brothers em setembro do mesmo ano.

Observando esta perspectiva aos processos de crise imobiliária, David Harvey (2014) atenta para a fusão das contradições do espaço com as contradições do sistema capitalista. Primeiramente, afirma que o capitalismo passa periodicamente por “crises de sobreacumulação”, devido à dificuldade de os excedentes produzidos pelo capital serem absorvidos de forma lucrativa. Harvey se dedica longamente a explicar as raízes das crises capitalistas, relacionadas às bolhas do sistema de créditos e sobrevalorização das terras. Produz-se, então, a expansão da demanda efetiva de determinadas mercadorias, fechando um ciclo de circulação do capital que se materializa no espaço, provocando ajustes necessários. Este processo passa, necessariamente, por atos de “despossessão” das populações por um aumento considerável no valor da terra (HARVEY, 2015).

Em verdade, o final do ano de 2008 se transformou, segundo Rubio (2015), em uma crise produtiva que levou à quebra de empresas e seguiu em 2009, em países desenvolvidos e, em 2010, afetou os países mais frágeis da União Europeia, no final do mesmo ano e início de 2011.

Nesta geografia da crise, um amplo conjunto de países foram arrastados, gradativamente, gerando uma forte queda da rentabilidade. Vários setores levados à falência. Vale destacar, que, no âmbito do agronegócio, entretanto, a então chamada crise dos alimentos, comportou-se atraindo consigo o incremento dos preços e muitas oportunidades para seletos grupos do setor empresarial financeiro e transnacional agroalimentar. A alta dos preços impulsionou a expansão da área plantada, Rubio (2015), em um primeiro momento nos países desenvolvidos, principalmente os EUA e, também, ocasionou a compra de parcelas de terras fora das fronteiras nacionais por parte de grupos diversos de países emergentes, buscando uma forma de assegurar as suas demandas nacionais de alimentos.

Este processo nos faz refletir sobre que, apesar do cenário de convergência de crises e de dificuldades em vários setores da economia capitalista, o setor agroalimentar, quer dizer, o agronegócio mundial, não enfrentou uma crise produtiva que provocasse queda da rentabilidade e a falência. Desta maneira, podemos indicar a importância que a crise de 2008 tem para que possamos analisar as transformações ocorridas neste setor que imprime uma geografia ao materializar-se no território, promovendo a criação de regiões específicas, como uma “dinâmica de ajuste espacial da crise” (HARVEY, 2005).

Em *A produção capitalista do espaço*, Harvey (2005) traz interpretações úteis para o entendimento do sentido da produção do espaço sob o capitalismo, ao que vai chamar de “ajuste espacial”. Ele trata da circulação do capital, dos modelos nos quais o valor das mercadorias em circulação sempre aumentaria e, consequentemente, suas taxas de lucro, acumulação. Ao considerar essa dinâmica, Harvey (2005), trata a questão espacial como um mecanismo de “alívio” às crises de circulação do capital. Essa ideia apresenta o ajuste espacial envolvendo a captura de “novos” territórios, o que significa a obtenção de um novo mercado para o capital acumulado em mercadorias (terras).

Aqui, há um elemento importante – a constatação da necessidade inexorável de se produzir espaço para salvaguarda do capitalismo é necessariamente expansiva (HARVEY, 2005). Desta forma, este novo espaço tende a formar-se em escala mundial, ao mesmo tempo integrando e desintegrando as escalas locais, homogeneizando e fragmentando. Harvey (2015) também apreende de uma maneira renovada a função desempenhada pelo Estado, atualizando sua percepção de um papel expansivo territorialmente, para uma análise mais contemporânea ao demonstrar a capacidade e alcance internacional dos capitais, ainda centralizados nos países mais ricos, mas ao mesmo tempo mais globalizados, menos atrelados a sua origem, o que vemos constantemente nos processos das dinâmicas globais do agronegócio.

Assinalamos que os impactos da crise de 2008 não se confirmaram no setor agroalimentar, como no imobiliário e em outros tantos setores da economia. Não houve uma crise produtiva que promovesse um declive nos preços, a sobreposição dos alimentos, o decrescimento das áreas plantadas, ou a falência massiva dos empresários do setor. Muito menos ocasionou uma recessão nas empresas comercializadoras de grãos, ou produtoras de sementes, ou até mesmo nas já conhecidas distribuidoras de sementes, fertilizantes, insumos, maquinários e agrotóxicos.

Para Rubio (2015), este processo poderia explicar o que chama de caráter anti-cíclico da agricultura, segundo o qual a “*demandado* deste setor cai menos que os demais setores devido ao caráter essencial dos alimentos” (RUBIO, 2015:72). Para ela isto pode nos levar a compreender o motivo pelo qual esse setor se comportou de maneira diferente durante a crise, e constituiu, portanto, uma saída para a crise mundial, assim como a energética mediante a produção de combustíveis, ou na questão da financeirização.

Neste sentido, chegamos ao núcleo de reflexão da proposta deste trabalho, que associa a crise de 2008 e a alta de preço dos alimentos, pois é o que coloca o território, ou melhor, alguns seletos e “*disponíveis*” territórios (como veremos nos próximos capítulos) e, por sua vez, também os alimentos, como um âmbito estratégico para a saída daquela crise.

1.2 A ALTA DO PREÇO DOS ALIMENTOS E AGRONEGÓCIO GLOBAL.

O agronegócio⁷, devemos chamar a atenção, sempre esteve vinculado à trajetória do petróleo, mais precisamente, a partir do modelo mecânico-químico derivado da revolução verde. Para que possamos refletir, cabe destacar que as grandes transformações ocorridas no campo da produção dos alimentos em larga escala vêm, em grande medida, do comportamento do petróleo.

A partir dos anos de 1980 e por mais de vinte anos, podemos considerar que o preço do petróleo não passou dos 23 dólares o barril. Esta etapa foi um período em que os EUA exerceram o controle sobre o hidrocarboneto, tirando a força de países do Oriente Médio e da própria OPEP. Porém logo nos inícios dos anos 2000 a diminuição alarmante das reservas de petróleo nos EUA e no México (sua zona de influência), impulsionou os norte-americanos a buscar novas reservas de petróleo, chegando ao extremo de iniciar a Guerra do Iraque. Cabe destacar que a derrota enfrentada no Iraque pelos EUA levou, já por meios de 2003, a alguns impactos nos preços dos alimentos e nas matérias-primas como o combustível e os preços de fertilizantes. Entretanto, o que vimos de “novo” neste momento, foi, portanto, o processo de incentivo à produção de agrocombustíveis, fundamentalmente milho, para produzir etanol nos Estados Unidos e biodiesel na Europa, como medida para reduzir o preço dos hidrocarbonetos a curto prazo e substituí-lo parcialmente como energia a médio prazo.

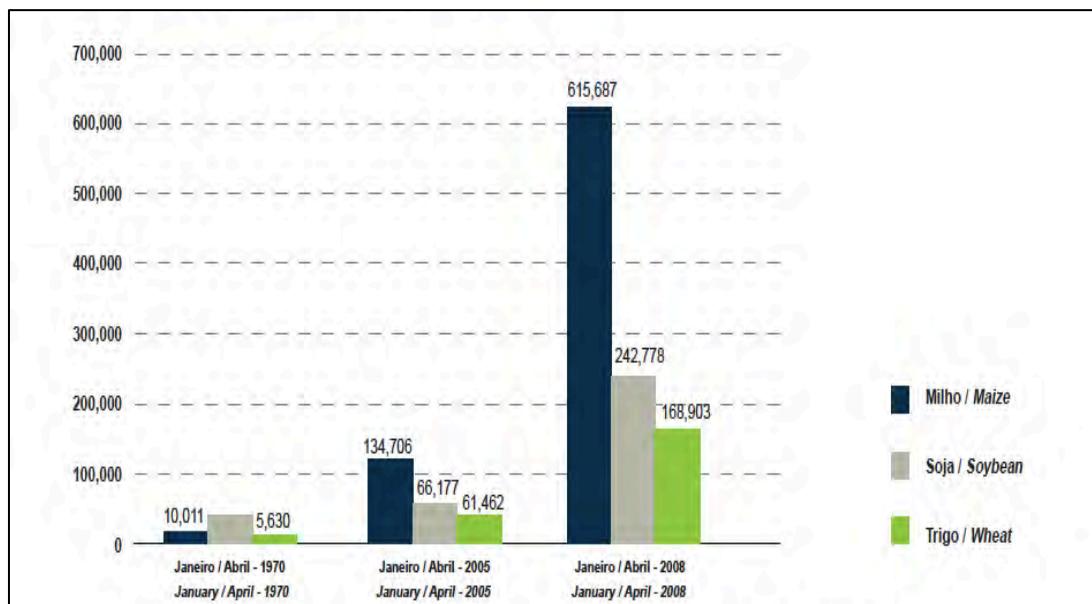
A FAO chamou a atenção naquela ocasião a que um ano antes de acontecer a crise dos alimentos de 2008 a demanda de etanol e milho nos EUA havia aumentado nitidamente: das 40 milhões de toneladas de milho na produção do país, 30 milhões foram absorvidas na produção do etanol (FAO, 2009). Nesta perspectiva, outros processos também ocorreram simultaneamente à crise dos alimentos. Já havia se evidenciado a redução da produção de cereais em âmbito mundial – resultado do anunciado esgotamento do modelo mecânico-químico, que o primeiro-ministro da Índia, Mamohan Singh,

⁷ Vamos nos referir ao agronegócio a partir de duas perspectivas associadas: a definição de Medeiros e Leite (2012) em especial aos “sentidos políticos do agronegócio” no que diz respeito a um sentido amplo e também difuso, associado cada vez mais ao desempenho econômico e à simbologia política, e cada vez menos às relações sociais que lhe dão carne, uma vez que opera com processos não necessariamente modernos nas diferentes áreas e regiões por onde avança a produção monocultora (MEDEIROS; LEITE, 2012:86); e o conceito proposto por Delgado (2012), que o define como um “pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado, que impõe cada vez mais uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital para o conjunto da economia” (DELGADO, 2012:111).

chamou, à época, de “o fim da revolução verde”; e, foi no ano de 2008, que a produção de cereais havia alcançado seu nível mais baixo em 25 anos, apesar dos incrementos de área plantada, sobretudo de milho, como mencionamos acima.

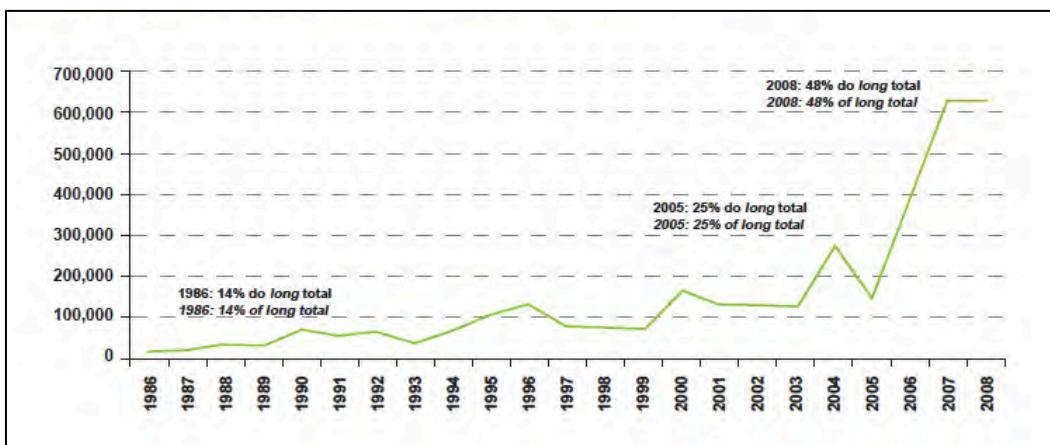
Outro processo pertinente que incidiu na crise dos alimentos de 2008 foi a financeirização da produção ocorrida antes mesmo da crise irromper. Rubio (2015), baseada nos dados do IICA de 2009, chama a atenção para os volumes alarmantes de contratos de futuro que aumentaram de forma muito significativa desde o ano de 2005. Segundo Baillard, 2008, crescendo, ainda mais, em 2007, quando a partir de abril daquele ano o volume de capitais investidos nos mercados agrícolas havia aumentado cinco vezes na União Europeia e sete vezes nos EUA (BAILLARD, 2008). Naquele momento podíamos considerar que estes fundos controlavam 60% do trigo e altíssimas porcentagens de grãos básicos, assim como a maior parte das colheitas de soja já compradas como “futuro” (figuras 2, 3 e 4).

FIGURA 2 – Contratos Futuros – posições compradas (EUA), 2008.



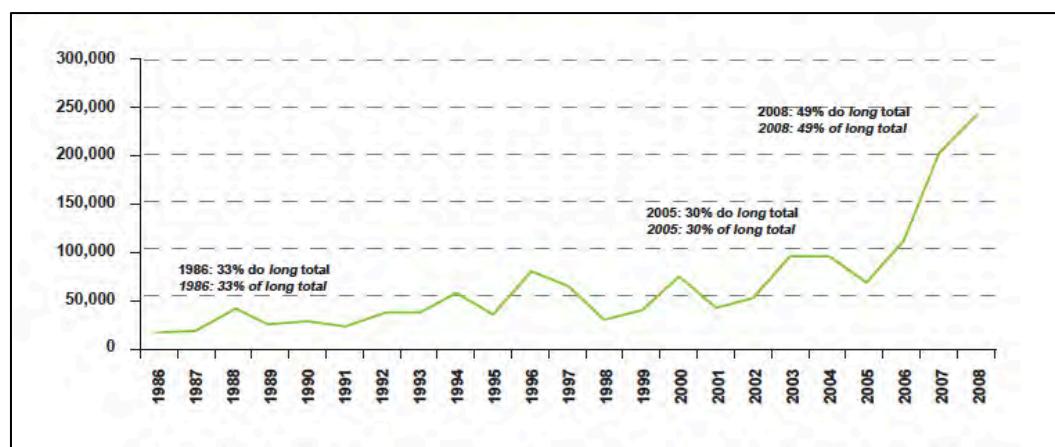
Fonte: FGV/2008/ gráfico elaborado a partir de dados da Comissão de Contratos Futuros de *Commodities* dos EUA.

FIGURA 3 – Soja: posições compradas nos contratos em aberto, 2008.



Fonte: FGV/2008/ gráfico elaborado a partir de dados da Comissão de Contratos Futuros de Commodities dos EUA.

FIGURA 4 – Milho: posições compradas nos contratos em aberto, 2008.



Fonte: FGV/2008/ gráfico elaborado a partir de dados da Comissão de Contratos Futuros de Commodities dos EUA.

Ora, os alimentos se transformaram muito mais em objetos de especulação no mercado de ações, onde os seus preços aumentam com base em movimentos especulativos, do que com base nos mercados locais ou nas necessidades dos territórios, (BAILLARD, 2008). Os preços, principalmente dos cereais, aumentaram gradualmente, desde o início dos anos 2000, chegando ao ápice em 2008 (figura 5).

Observamos, então, que o preço dos alimentos têm sua alta pela conjunção de quatro fatores: (a) o aumento dos custos de insumos (petróleo); (b) a queda na produção; (c) a promoção dos agrocombustíveis e; (d) a financeirização da agricultura.

Este aumento gradual com a conjunção desses quatro fatores aconteceu, segundo Rubio (2015), devido aos efeitos especulativos dos fundos de investimento, que haviam provocado a crise dos *subprimes* e se deslocaram, fluindo até os alimentos (associando-se ao agronegócio global), ocasionando um dos picos mais altos de preços em um aumento súbito no ano de 2008⁸. Esta dinâmica gerou, evidentemente, uma situação de constante flutuação e incerteza no abastecimento dos alimentos que provocou a queda nas exportações no mundo. Não se tratava, contudo, de uma redução da produção, mas de um momento que implicou em restrição às exportações financiadas por países como Rússia, Ucrânia e Argentina no caso do trigo e China, Vietnã, Índia e Camboja no caso do arroz. Este último, inclusive, explica por que o arroz tem sido a cultura que registrou um aumento no preço bem maior.

FIGURA 5 - Preço médio real dos grãos no período 2000/2008US\$2007/tonelada.



Fonte: FGV/2008/ gráfico elaborado a partir de dados do USDA (Departamento de Agricultura dos EUA).

⁸ Cabe considerar que, muito embora não seja objeto de reflexão deste trabalho, o comportamento de flutuação e sistemática alta nos preços dos alimentos segue, ciclicamente, acontecendo desde a crise ocorrida em 2008. No ano de 2020, impulsionado também pela conjuntura da crise sanitária provocada pelos impactos da pandemia de covid-19 no mundo, houve uma nova disparada do preço dos alimentos, em especial o arroz, que teve, segundo a FAO (2020), um aumento de 14%, engendrando uma forte e grande escassez de alimentos na mesa das populações de países, cuja base alimentar é o cereal (FAO, 2020). No Brasil foi possível sentir este impacto no preço dos cereais, especialmente o arroz, amplamente noticiado à época.

Ademais a explicação financeira para a crise dos alimentos tem sua base também na desregulação dos mercados de futuros, especialmente no mercado de *commodities*, que favoreceu a especulação com o preço dos alimentos, em especial os grãos. Estas *commodities* compradas e vendidas em mercados internacionais, chamados de mercados futuros, têm o papel de planejar os negócios e, principalmente, defender dos riscos. Os grandes bancos, fundos de pensão, desde então elevaram os investimentos em *commodities* como nunca. Esse novo perfil especulador investiu na alta do preço de forma constante, sendo um fator decisivo para a elevação dos preços. Com a crise e sem limites para investimentos no mercado de futuros, estes foram sendo transferidos para as *commodities* agrícolas, provocando uma supervalorização. Segundo estudo⁹ do Ibase, foram aplicados em *commodities*: US\$13 bilhões de dólares em 2003, US\$260 bilhões de dólares em 2008, chegando a 412 bilhões em 2011.

Observando aquilo que chamamos de uma geografia da crise dos alimentos de 2008, vimos, a partir dos dados da Grain (2008), países que foram duramente atingidos pela crise em especial, pelos efeitos gerados deste fluxo migratório de investimentos, sobretudo os que tinham déficit alimentar interno, em que houve uma escassez ou um aumento incomum dos preços que geraram o descontentamento da população e a fome. Houve protestos no Egito, Camarões, Indonésia, Filipinas, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mauritânia e Senegal, na África Subsaariana, Peru e Bolívia, mas sobretudo no Haiti, que deixaram mortos e centenas de feridos, além da demissão do primeiro-ministro do país à época.

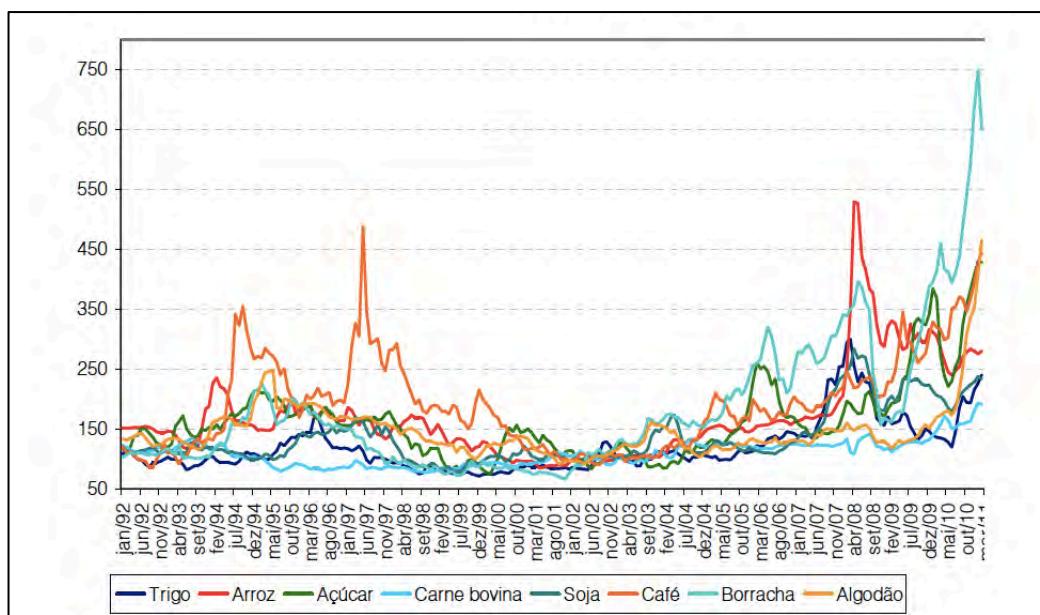
Entretanto, devido ao caráter especulativo da crise, o ápice de preços foi de curta duração. De acordo com relatório da FAO (2009), os fundos que causaram o aumento, migraram para bolsas europeias devido à valorização do euro face ao dólar, o que levou a uma queda nos preços dos alimentos. Em dezembro de 2008, já havia uma queda de 50%. No entanto, os preços não retornaram aos níveis historicamente baixos anteriores. No caso do milho, o preço internacional atingiu em julho de 2008 US\$ 287,11 por tonelada, enquanto em novembro do mesmo ano caiu para US\$ 164,27 dólares. No entanto, na década de 1990 não subiu acima de 123,45 dólares em média. O arroz atingiu um recorde de US\$ 1.009,32 por tonelada em maio de 2008 e caiu para US\$ 563,25 em novembro, valor muito alto em comparação com os preços históricos dos anos noventa,

⁹ Estudo Democracia e Governança Financeira (2011), Ibase. Disponível em: https://ibase.br/userimages/dv_ibase_45_especial.pdf. Acesso em: 12.05.2019.

que atingiram um nível máximo de US\$ 338,06 dólares por tonelada em 1996, ano em que aumentaram os preços (FAO, 2009).

No contexto exposto acima, devemos destacar que nos importa observar a flutuação e a instabilidade dos preços dos alimentos construída desde a alta de 2008 (figura 6). Ademais, foi neste ambiente de instabilidade que o agronegócio teve incremento de grandes proporções em seus ganhos. As primeiras beneficiadas dos efeitos da crise de alimentos são as empresas que alavancam a produção de agrocombustíveis devido ao aumento da demanda: a Archer Daniels Midland tinha, em 2006, sete plantas de etanol nos EUA, a Abengoa Bioenergy Corporation tinha três e a Cargill duas¹⁰.

FIGURA 6 - Índices de preços de *commodities* agrícolas selecionadas.



Fonte: ApexBrasil, 2011, elaborado pela ApexBrasil a partir dos dados da Untacd.

Não obstante, o impulso da produção dos agrocombustíveis resultou no grandioso negócio com enormes subsídios. Ademais, as empresas do setor registraram ganhos vultosos durante o período da crise. Entre as principais comercializadoras, podemos citar a Cargill que teve um incremento de 69% em 2008 com relação ao ano anterior, enquanto a Bunge registrou um incremento da ordem de 13%. Entre as empresas de sementes, as maiores do mundo, a Monsanto incrementou 120% seus ganhos e, no mesmo período, a Singenta 19%, a Bayer 40%, a Dow 63% e a BASF 37% (GRAIN, 2009).

¹⁰ Importante ressaltar que hoje, 2023, esta configuração é ainda mais volumosa tendo em vista o conjunto de incorporações e fusões feitas desde o ano de 2008 entre as empresas do setor agroalimentar, do setor financeiro entre outras.

Ainda, no que se refere as empresas produtoras de maquinários agrícolas, também as mais importantes em escala mundial, tiveram ganhos consideráveis: AGCO aumentou 61%, a Jonh Deere em 17% e a Case/New Holland em 39% (GRAIN, 2009). Todavia, esses lucros são até modestos quando comparados aos ganhos das empresas produtoras e distribuidoras de agrotóxicos devido ao aumento do preço dos insumos. Segundo a Grain, 2009, o preço dos agrotóxicos teve um incremento de 160% durante 2008, o que permitiu que a Potash Corp do Canadá aumentasse seus lucros em 164% em relação ao ano anterior, a Mosaic dos EUA em 430% e a Yara da Noruega em 131% (GRAIN, 2009).

Segundo a FAO (2009), se a crise dos alimentos beneficiou as empresas do agronegócio e os grandes produtores dos países depositários dos subsídios vultosos recebidos durante a crise, prejudicou, por outro lado, os pequenos e médios produtores que tiveram de se adequar a uma altíssima taxa de preços nos insumos e seus derivados. Estes efeitos promoveram um desequilíbrio entre países que tiveram que se adequar a alta dos custos além de uma agregação às grandes empresas do setor, situação que provocou o empobrecimento dos pequenos e médios produtores em muitos países, como resultado do forte impacto do domínio que as grandes empresas do agronegócio promoviam.

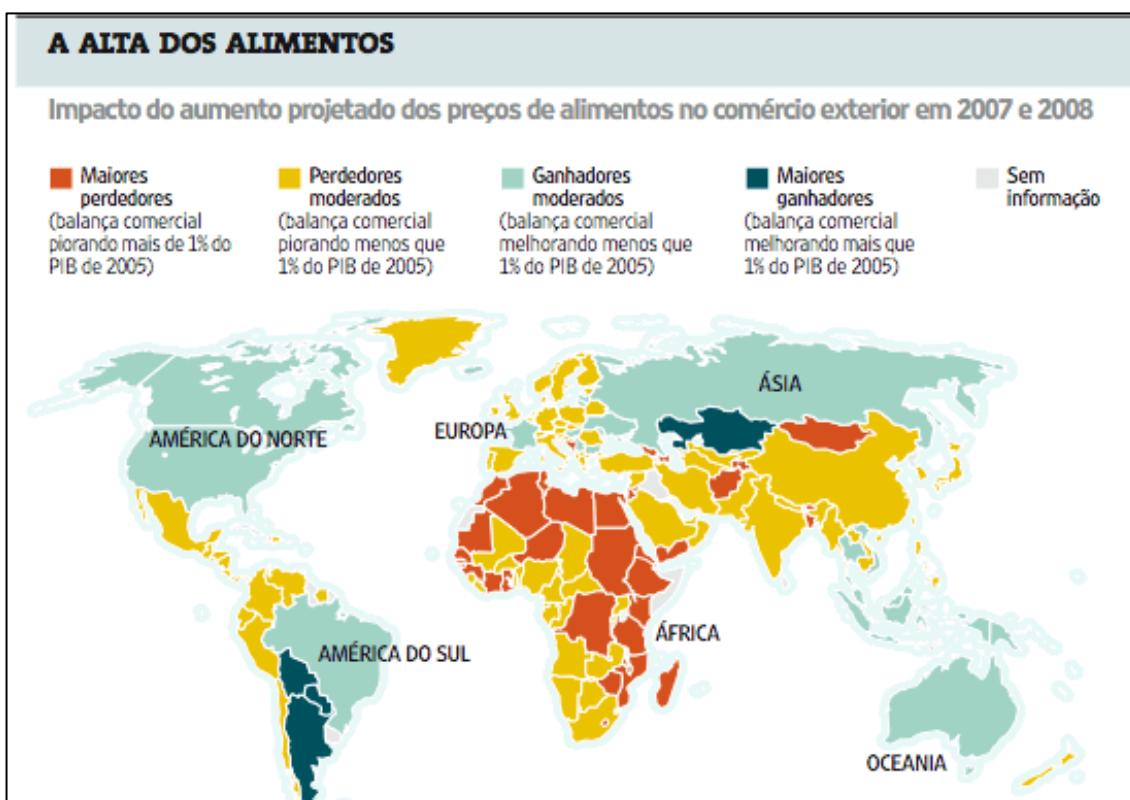
Neste sentido, observamos que ao aproveitar o caráter anti-cíclico da agricultura (RUBIO, 2015), tanto na promoção dos agrocombustíveis quanto na financeirização dos alimentos, levou ao desenvolvimento de uma crise que, criou saídas a crise, entretanto, isso se traduz, portanto, na geração de enormes lucros para as grandes empresas do agronegócio que dominam este campo e, por outro lado, afetou os países menos subsidiados, a população dos países com mais déficit alimentar, além de impactar gravemente os pequenos e médios produtores desses países.

Neste sentido, retornamos ao esforço complexo de pensar uma geografia da crise. Josué de Castro em 1946, nos apresentou a geografia da fome. Que, para nós em 2008, se materializa no espaço da seguinte maneira: os países com déficit alimentar (produção e abastecimento), sendo muito mais vulneráveis aos impactos promovidos pela crise transformaram-se em importadores quase que compulsórios de alimentos, sendo estes 70% dos países em desenvolvimento.

Esta geografia, portanto, também nos revela uma divisão do trabalho e hierarquia entre países, com uma forte tendência aos ajustes espaciais Harvey (2004) na constituição e/ou exclusão radical de regiões, numa busca de espaço para expandir as produções e criar “alternativas” à crise. O autor nos ajuda a compreender, como se forma a geografia da crise a partir de um enfoque sobre as formas de acumulação materializadas no espaço,

especializando países, sacrificando outros, e criando regiões e/ou zonas para esse sacrifício a luz a da expansão da produção. Em 2008 a FAO informou que o aumento dos preços dos alimentos chegou a taxa global de 85%, fez crescer em 10% a importação de alimentos feita pelos países em desenvolvimento entre os anos de 2005 e de 2006. Para o ano de 2007, segundo da FAO (2008), a importação de alimentos destes mesmos países em desenvolvimento chegou a ordem de 30% (ver mapa 1).

MAPA 1 – mapa mundial do aumento dos preços dos alimentos entre 2007 e 2008.



Fonte: Folha de São Paulo (11.04.2008).

No auge da crise de alimentos, em abril de 2008, baseados nos dados da FAO, a geografia da crise, mostrou que 37 países foram compelidos a pedir assistência à outras nações e aos organismos internacionais em detrimento da alta dos preços. Desses países, apenas um era um país europeu, a saber: a Moldávia.

Segundo a geografia das assimetrias provocadas nesta nova ordem citada por Svampa (2015), vimos que dos 37 países que falamos acima, 21 eram países do continente africano, a saber: Lesoto, Somália, Suazilândia, Zimbábue, Eritréia, Mauritânia, Serra Leoa, Burundi, República Centro Africana, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Giné, Giné-Bissau, Quênia, Sudão e Uganda. Dez países

eram do continente asiático, a saber: Iraque, Afeganistão, República Popular Democrática da Coréia, Bangladesh, China, Nepal, Sri Lanka, Tajiquistão, Timor Leste e Vietnã. E, cinco, países latino-americanos, a saber: Bolívia, República Dominicana, Equador, Haiti e Nicarágua. (FAO, 2008).

1.3 A CRISE DE ALIMENTOS DE 2008 E A DEMANDA GLOBAL POR TERRAS.

“Já imaginou comprar um hectare de terra produtiva em um dos maiores centros agropecuários do País por apenas R\$ 1 mil?”¹¹

Nos anos que se seguiram a crise dos alimentos de 2008, encontrávamos notícias explosivas e alarmantes a respeito do preço, da valorização e das vendas de terras no Brasil e em vários países do mundo. Jornais mais tradicionais, assim como blogs de notícias, jornais locais, entre outros, publicavam notícias em mais diversas perspectivas a respeito da venda, compra e, por sua vez, preço das terras. Independente de filiações políticas e interesses comerciais que as sustentam, as notícias informam um crescente interesse em negócios – aquisições, arrendamentos etc. – com as terras no país e no mundo.

¹¹ No dia 02 de agosto de 2015, o jornal do Tocantins e a coluna da revista Dinheiro Rural do blog de notícias do grupo Uol, noticiavam sobre a retomada da valorização no preço das terras na região do MATOPIBA, noticiada pelas mesmas mídias como “última fronteira agrícola no Brasil”. A matéria mostrava um crescimento real de valorização de 900% no preço da terra nessa região em um período de pouco menos de dez anos, especificamente a partir de 2007-2008. Essa valorização, entretanto, é mostrada com destaque ao estado do Tocantins, as cidades de Jalapão com valorização de 97%, Porto Nacional com 84%, Campos Lindos com 82%, Pedro Afonso (uma das sedes da transnacional Bunge no país) com 62%, e, Gurupi com 55%, até então pouco conhecidas no ramo do agronegócio. Segundo o site de notícias, há dez anos era possível comprar um hectare de terra nesta região ao preço de mil reais. Ao longo de quase uma década, afirma, o estado viu o preço das terras e fazendas subir e hoje esse mesmo hectare chega a valer R\$ 15 mil. Ou seja, uma valorização que chega a quase 100% ao ano para o período citado. Disponível em: <http://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias/economia/valoriza%C3%A7%C3%A3o-de-terrass-chega-a-900-1.912807> Acesso em: 11.05.2019.

Temas importantes como o controle de recursos naturais, tensões entre estados nacionais, sistema jurídico de segurança e posse das terras são recorrentemente publicados. Se são verídicas, alarmantes, com cunho de propaganda e, não temos como precisar, contudo, vemos que a terra retoma um lugar importante de pauta nos veículos de comunicação à medida que os efeitos da crise se sedimentam no mercado financeiro. Acompanham as tendências noticiadas, o aumento de investimentos, e, ainda, o interesse desse processo de aquisição baseado em processos importantes de “saídas” da crise 2008 - também a crise de alimentos - e as demandas reais de fontes alternativas de energia – crise energética – e suas buscas¹².

Em síntese desse contexto acima, anunciava-se em várias frentes uma necessária atenção ao que chamamos de um movimento de uma “demanda global por terras” que tem como seu “ponto de partida” a crise de 2008. Trabalhos acadêmicos, relatórios de organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil, relatórios de órgãos de Estado, incluindo o Brasil, agências mundiais como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, Organização Mundial do Comércio, entre outras instituições, vão se preocupar em informar, sistematizar, investigar e conceituar este processo associando-o, portanto, a um movimento econômico, com fortes implicações territoriais em escalas diversas desde a nominada crise.

Várias são as interpretações enunciadas deste processo da crise, bem como suas nominações e desdobramentos. Vista por Oliveira (2012) como uma nova geopolítica de terras com demanda global, a crise, possui, portanto, vários fundamentos. Para o autor ela é parte do ascenso das políticas neoliberais destinadas à agricultura e ao comércio de alimentos em proporção global. Essas políticas, segundo Oliveira (2012), são responsáveis pela crise que se abateu sobre os alimentos. São, em suma, o resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou de soberania alimentar. A esse respeito podemos citar:

¹² Para nós é pertinente salientar que os dados dos veículos de mídia devem ser sempre questionados como fontes de informação e, metodologicamente, deve ser cuidadosa sua utilização, não transformando-os em fatos. Não estamos aqui tomado as informações acima citadas como fatos. Mas entendemos que tais informações são importantes em medida que podem abordar, mesmo que de forma pouca precisa, uma certa dinâmica dos movimentos e *status* das transações de compra e venda de terras que mudam o tempo todo.

Vários são os fatores para explicá-la. Deve-se destacar de início, que depois da criação da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - e do advento da revolução verde, o mundo capitalista adotou um mecanismo de controle da produção de alimentos baseado no sistema de estoques. Esta sistemática tinha por objetivo garantir excedentes agrícolas alimentares que permitissem simultaneamente, garantir a oferta de alimentos diante do fantasma da fome, e a regulação de seus preços contra as ações especulativas dos players capitalistas (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores). Com o neoliberalismo, depois da criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, o sistema adotado foi aquele da colocação dos estoques no mercado e do império absoluto do livre comércio. Ou seja, o mercado através da disponibilidade dos estoques seria o regulador da oferta da produção de alimentos. Essa mudança revela, na atualidade, sua consequência: a crise. (OLIVEIRA, 2012:67).

Trataremos, portanto, baseados em Oliveira (2012), o movimento de acumulação estrutural, que afetou em geral a produção dos alimentos, quando o capitalismo tornou-se incapaz de garantir oferta de alimentos. Para nós fica um questionamento: não deveria ser esta crise um exemplo do fracasso do império da agroquímica na agricultura com seus agrotóxicos e a falência antecipada da transgenia como alternativa biológica da garantia de aumento crescente da produção de alimentos? Ou como mencionamos anteriormente lembrando o primeiro-ministro da Índia, à época: não seria o fim da revolução verde? Muito embora as evidências dos impactos da crise, sobretudo os provocados às populações em seus territórios (aumento da violência, despejos, expulsões, aumento gradativo da fome) mostravam um esgotamento daquele modelo, não foi bem essa, porém, a conclusão do mercado.

O fato é que se configurou um panorama geral de crise em 2008. Qual, ao contrário do que se noticiava, não estava apenas ligada aos preços e produção dos alimentos. Como mencionado anteriormente, era uma crise geral do sistema que já vinha em larga derrocada com perdas históricas nas bolsas imobiliárias e outros centros estratégicos para a reprodução do capital.

A esse respeito também podemos chamar a atenção, novamente, para as elaborações de David Harvey, em sua reflexão sobre a produção capitalista do espaço, quando afirma que: “as crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica” (HARVEY, 2005:117). Nesta perspectiva, essa mudança iniciada na expansão de uma demanda global por terras é o recurso constante dos movimentos de acumulação que, em consonância ao autor, entendemos por uma das expressões do “ajuste espacial”. Neste sentido, as crises são geograficamente localizadas e precisam, de uma forma ou outra, buscar alternativas de garantia dos fluxos constantes de capital, mesmo que esses mudem de direção no tempo e no espaço. Neste período, com o avanço do neoliberalismo, vimos ser desenhado, à escala mundial, um panorama de demanda global por terras para produção de *commodities*, como também para criar um mercado de terras, em busca de espaço para seus “novos ajustes”.

Para responder a essa demanda de escala global, entretanto, estímulos às matrizes neoextrativistas de desenvolvimento são significativamente ampliados, dando ênfase a um modelo de acumulação com grandes implicações territoriais e ambientais. Sendo assim, a territorialização do grande capital realiza através de um processo de “ajuste espacial” a incorporação de novas áreas à lógica vigente de acumulação. Ou seja, o capital expande seu domínio territorial sobre novas áreas, abrindo novas fronteiras num processo de “acumulação por expropriação” que significa, entre outras coisas, uma violenta apropriação e expropriação dos recursos naturais, terras e territórios, dando origem ao avanço das fronteiras agrícolas, das fronteiras da mineração, das fronteiras energéticas entre outras.

Nesta perspectiva, nos servimos da indagação de Leite e Lima (2017): “diante da incerteza de se obter o abastecimento alimentar no mercado internacional em contextos de crise, qual a lição para os países dependentes da importação de *commodities* agrícolas”? (LEITE E LIMA, 2017:58). Nesta questão os autores vão trabalhar os eventos e dinâmicas engendradas por tal movimentação durante a crise, um conjunto de processos que chamam a atenção em várias regiões do mundo que vão desde restrições a exportações de alimentos à quebra de safras com forte presença da especulação

financeira. Para eles estas movimentações entre países produtores e exportadores podem ter sido a causa e efeito na dinâmica das demandas e ofertas de alimentos e, por sua vez, por terras para produzi-los.

Destacamos, todavia, que tal processo é intensificado em meio a um forte contexto de tensões territoriais que podem desembocar em uma mudança sistemática no controle das terras, isso quer dizer, dos acessos à água, à terra e a regiões com recursos naturais e humanos importantes. Seja qual for sua perspectiva, este processo vem sendo estudado e definido por vários autores, grupos de pesquisas e organizações não governamentais como: demanda global por terras, associada a um processo global de controle de terras e território.

É importante considerar que na década de 2000 a terra passou a se situar no centro dos interesses dos investidores financeiros em algumas regiões do mundo. Isso contudo não é em si uma novidade, tendo em vista o processo histórico de expansão e expropriação territorial em que se basearam os ciclos do desenvolvimento mais recentes em países em desenvolvimento. Entretanto, entendemos que neste processo existe uma novidade: a integração entre o capital financeiro, a produção de alimentos e a propriedade ou usos da terra.

Um monitoramento realizado desde o ano 2000 pela organização *The Land Matrix* mostrava que já no ano de 2013 mais de 40 milhões de hectares de terras com possibilidade de conversão agrícola haviam sido adquiridos, principalmente por investidores financeiros em todo mundo. Em outros documentos, são mais de 30 milhões de hectares de terra que foram adquiridos no mundo por um total de 490 proprietários, dados sistematizados pela Grain¹³ e se referem ao ano de 2016.

A esse respeito Federico (2019), comenta que essas terras adquiridas foram utilizadas como forma de especulação e proteção diante a narrativa da escassez de alimentos e de energia, ou seja, a crise de 2008. Estes aspectos podem apontar para nós o que Oliveira (2012) chamou de um crescente movimento de mundialização da agricultura que se traduziu na expansão do controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura nacional – seja pela determinação do padrão tecnológico, seja pela compra/transformação da produção agropecuária, seja pela crescente aquisição de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros. Contudo, o significado desse

¹³ The global farmland grab in 2016: how big, how bad? Grain, 2016. Disponível em: <https://grain.org/es/article/5607-el-acaparamiento-global-de-tierras-en-el-2016-sigue-creciendo-y-sigue-siendo-malo> Acesso em: 12.11.2019.

movimento, com suas três características básicas - a produção de *commodities*; as Bolsas de Mercadorias e de Futuros; e os monopólios mundiais - é traduzido no aumento do controle territorial dessas transnacionais, exercendo em escalas regionais e locais, o monopólio fundiário do território.

No que tange ao aumento dos investimentos, esse quadro demonstra, segundo Leite e Sauer (2014) que a terra, desde 2008, passa a ser objeto de um pesado conjunto de investimentos, sobretudo, de capitais internacionais. E, desde então, vários esforços têm sido feitos em âmbito teórico e metodológico para sistematizar e compreender essa demanda mundial por terras: *grilagem global; novo ciclo mundial, consenso de commodities; neogrilagem, acumulação por espoliação; land grabbing; acaparamiento de tierras; investimentos corporativos em terra; novos cercamentos; estrangeirização da terra* e outros títulos buscam informar e compreender quais os mecanismos mais recentes e atualização das aquisições e controle de terras no mundo.

Na literatura mais recente podemos encontrar acerca deste fenômeno compreensões bastante pertinentes que podem nos ajudar a construir um panorama da relação que vemos entre os efeitos e impactos da crise de alimentos de 2008 na reestruturação do setor agroalimentar e a demanda global por terras.

Para um conjunto importante de pesquisadores, o fenômeno que observamos constituiu na apropriação de terras para acumulação de capital diante da conjunção de diferentes crises (alimentar, energética, ambiental e financeira) do projeto neoliberal (SAUER; BORRAS JR., 2016). Para Frederico e Gras (2017), este fenômeno, por eles nominado de *land grabbing*, passou a ser mundialmente conhecido a partir do relatório elaborado pela organização espanhola, GRAIN, no ano de 2008. Nesse relatório, a GRAIN relacionou o processo de aquisição de terras, especialmente na África Subsaariana, na Ásia (Central e no Sudeste) e na América Latina, com a ocorrência das crises globais que eclodiram entre os anos de 2007 e 2008, a financeira e a alimentar.

A esse respeito, a Grain (2008) identificou dois tipos de movimentos. Apesar de diferentes, convergiam em torno ao controle de grandes extensões de terras pelo setor privado: por um lado, a estratégia geopolítica de alguns países em assegurar a soberania alimentar; e, por outro, os ganhos especulativos, em meio à volatilidade dos derivativos financeiros após a ocorrência das respectivas crises.

Assim na geografia da crise, abrimos uma perspectiva, não mais dos países com déficit alimentar na ocasião da crise, mas dos países com déficit de terras agrícolas em seus territórios: China, Coréia do Sul, Índia, Arábia Saudita, Japão, Catar, Kuwait,

Emirados Árabes Unidos, entre outros. Que buscavam a soberania alimentar efetuando a aquisição de grandes extensões de terras férteis em países como: Uganda, Brasil, Camboja, Sudão e Paquistão, através de seus fundos soberanos e empresas estatais. No segundo caso, os demais investidores institucionais (fundos de pensão, mútuos, *hedge*, seguradoras, bancos, *private equity*) que procuravam diversificar os seus investimentos e a rápida alavancagem financeira através da articulação entre a produção de alimentos e agrocombustíveis com a especulação fundiária (GRAIN, 2008).

Frederico e Gras (2017) também indicam que esta dinâmica global de interesse por terras despertou o interesse de organismos multilaterais como o Banco Mundial e a própria FAO. No ano de 2010, o Banco Mundial publicou um relatório sobre a crescente demanda mundial por terras que se deu a partir de 2008. Nesse relatório, reconheceu um movimento incomum de transferência de terras agricultáveis num curto espaço de tempo. Neste documento, enquanto antes de 2008 foram comercializados cerca de quatro milhões de hectares de terras por ano, somente entre os meses de outubro de 2008 e agosto de 2009 foram comercializados mais de 45 milhões de hectares de terras. Deste total, 75% estavam localizadas na África e outros 3,6 milhões de hectares no Brasil e na Argentina.

Destacamos, todavia, que o Banco Mundial também vai propor que a maior procura por terras aos investimentos produtivos ou especulativas que são promovidos, em grande medida, pelo capital financeiro, ocorre mediante expansão significativa de importantes *commodities*, como o milho, a soja, a cana-de-açúcar, o dendê, o arroz, a canola, o girassol e a floresta plantada.

Para Frederico e Gras (2017), o respectivo relatório “suscitou amplas controvérsias” ao atribuir os conflitos e os deslocamentos de camponeses à venda legal de suas terras, portanto não vinculando esse recente processo de aquisição de terras com a expropriação; exaltou a importância de efetivar tais investimentos nas áreas agrícolas no chamado Sul Global, sublinhando as vantagens que essas regiões poderiam ter com a introdução de novos sistemas técnicos agrícolas como forma de superar as diferenças de produtividade existentes entre os países centrados nessas regiões; e, por fim, enfatizou a necessidade dos Estados de criar pautas de governança sobre esse processo de transferência de terras agricultáveis de modo a evitar situações de corrupção (FREDERICO; GRAS, 2017:16).

Em seguida, naquele mesmo ano, a FAO (2011) emitiu um importante documento onde definiu *land grabbing* a partir da coexistência de três elementos: a aquisição de grandes extensões de terras; a participação de Estados estrangeiros nessas transações

(estrangeirização de terras); e o impacto negativo na segurança alimentar dos países envolvidos. No primeiro momento, como pondera Frederico e Gras (2017), a FAO situou os seus estudos na África e na Ásia, revelando dados similares à Grain (2008), ao definir esta dinâmica “como um processo de aquisição de terras promovido por Estados estrangeiros como forma de assegurar seu abastecimento alimentar frente à elevação dos preços dos alimentos (estrangeirização de terras)” (FREDERICO; GRAS, 2017:17). Sobre a extensão do fenômeno dessa dinâmica de demanda global por terras a partir da crise de 2008, tanto a Grain quanto a The Land Matrix se colocaram na perspectiva de desenvolver banco de dados e metodologias a fim de quantificar as transações envolvendo a aquisição de grandes extensões de terras.

A Grain adotou como metodologia a produção de alimentos; os negócios concluídos após o ano de 2006; os negócios não cancelados após a compra; e a aquisição de terras por investidores estrangeiros, e identificou a ocorrência do *land grabbing* como um fenômeno global, contabilizando a aquisição de quase 35 milhões de hectares de terras desde 2006, sendo 416 casos de *land grabbing* em 66 países (GRAIN, 2012).

Como mostramos anteriormente, a caracterização mais recorrente do fenômeno da dinâmica global de demandas por terras que vai ocorrer, como reflexo de expansão em resposta a crise de 2008, incide em acumulação de capital sobre a terra, provocando, inclusive, novos regimes de organização da terra, sejam econômicos, sejam territoriais. Para nós, o mais importante é que observamos a crise de 2008 (alimentar, energética e financeira) como o ponto crítico que vai redefinir o “gerenciamento” das terras no mundo, criando especificidades nos usos e formas de propriedade privada da terra em cada território (LEVIEN, 2014).

Ainda nesta mesma perspectiva, em que o ponto de partida da análise é a crise e suas convergências, temos a proposta analítica de MacMichael (2015), que corrobora que em resposta àquele momento temos novas dinâmicas de acumulação geradas a partir de processos de desapropriação ou de exploração, sinalizando que observar também o papel do Estado nas demarcações e regularizações fundiárias é fundamental. O autor chama a atenção a que esta dinâmica de desapropriações pode, de certa forma implicar transformações da função social da propriedade da terra, inclusive.

Em uma abordagem mais voltada à expansão geográfica do capitalismo, consideramos as contribuições de Harvey (2005), que sinaliza o “ajuste espacial” como “saídas” às crises, gerando o processo de acumulação por expropriação, fazendo uma atualização do debate feito por Rosa Luxemburgo. O autor considera que as crises são fases de internacionalização na transformação e expansão geográfica do capital. Ou seja, se nos colocarmos em referência a crise de 2008 como ponto de partida para as aquisições de terras temos uma perspectiva que aponta para novos regimes de organização da terra (LEVIEN, 2014), implicando numa redefinição do gerenciamento das terras no mundo que leva a especificidades nos usos e formas de propriedade da terra, gerando novas dinâmicas de acumulação no território, onde o Estado tem papel central nas regularizações, demarcações fundiárias (MACMICHAEL, 2015).

Neste sentido, pensamos então serem de fundamental importância as contribuições de Coutula (2012) e Clapp (2015), quando vão observar como estas dinâmicas ocorrem nas formas de atuação do Estado. Os autores apontam que o Estado, nestes casos, opera na redefinição, classificação, quantificação e identificação das terras, produzindo um cadastramento dessas mesmas terras, o que as coloca em possibilidades de realocação e transformação em ativos, se tornando juridicamente eficiente a etapa normativa do que vamos caracterizar no Capítulo 3 e chamamos de dinâmica de disponibilização espacial.

Saindo um pouco do referencial da crise como ponto de partida, mas apenas como contexto, observamos as discussões de Edelman (2015) que caracteriza esta dinâmica como novas ondas de grilagem e monopólio fundiário que resulta na transformação das relações sociais e espaciais. Para o autor, a grilagem de terras sempre envolve um confronto com estruturas pré-existentes e com peculiaridades locais e regionais que já possuem um padrão espacialmente histórico do uso da terra e da propriedade. Levando ao desmonte desses padrões, a grilagem leva ao inexorável conflito de várias ordens nos territórios (EDELMAN, 2015).

Ainda nesta mesma proposta observamos também as contribuições de Svampa (2015), que coloca que a definição do tipo de acumulação se origina de como é a estrutura da propriedade da terra nos países que passam por processo de expropriação; logo o Estado, tem um papel fundamental na construção, adequação e redefinição do aparato normativo que apoia e define os regimes de direitos de propriedade privada da terra. Desta maneira é que são feitas as aquisições em cada país, sendo possível, segundo a autora, organizar-se em diversos mecanismos de compra – leasing, arrendamento, compra direta

-; como outros que igualmente incidem nos regimes de propriedade da terra chamados por ela de apropriações adversas, a exemplo das incorporações de cadeias de valor e todas as demais variáveis de negócios com terras.

Portanto, se a crise de 2008 era uma crise de proporção global, as saídas a ela também precisavam ser na mesma escala. No contexto das “saídas” globais à crise é que podemos afirmar que países se tornaram latentes alternativas para o aumento e expansão da produção de *commodities* e energia, hoje, áreas prioritárias do agronegócio internacional. Na América Latina como um todo vivemos, segundo a autora, o chamado “consenso das *commodities*”¹⁴, quer dizer, uma espécie de consenso político e ideológico de que a única via legítima ou possível para o desenvolvimento é através da exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários.

Entretanto, dar conta desta demanda global anunciada, gera necessidades indiscutíveis: a disponibilização de terras e, por sua vez, a liberação e flexibilização dos mecanismos de apropriação das mesmas, Svampa (2013) deixa claro o significado dessas necessidades no sentido da reprodução do capital:

“(...)*desde el punto de vista de la lógica de acumulación, el nuevo «Consenso de los Commodities» conlleva la profundización de la dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios y produce nuevas y peligrosas formas de dependencia y dominación*” (SVAMPA, 2013:33-34).

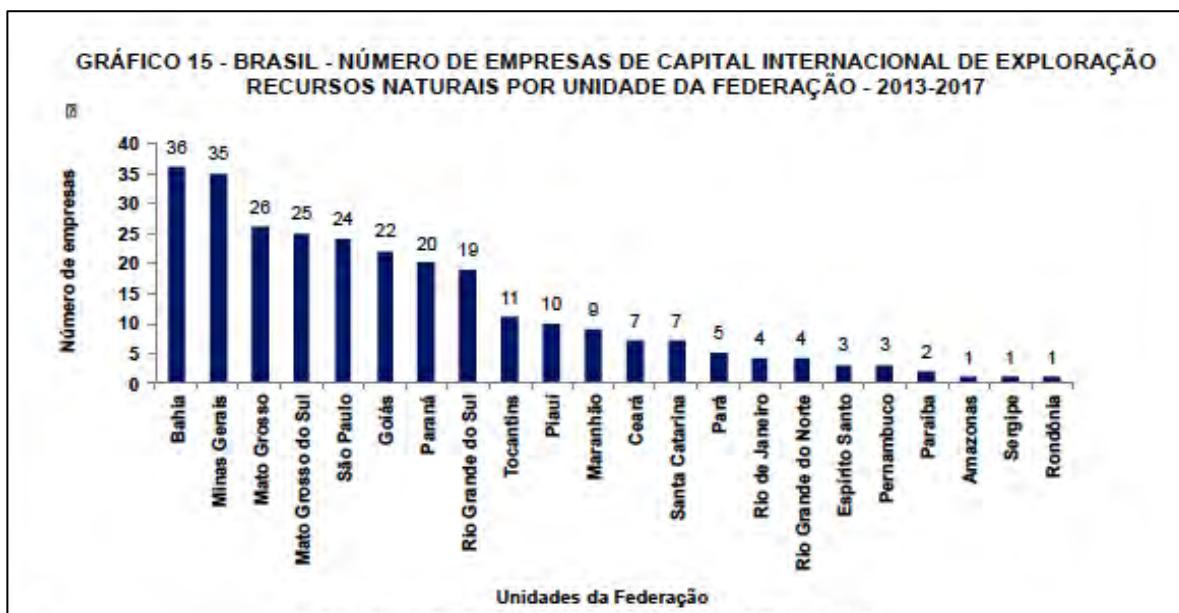
1.4 O BRASIL NA DINÂMICA GLOBAL DE DEMANDA POR TERRAS.

¹⁴ “El «Consenso de los Commodities» subraya el ingreso de América Latina en un nuevo orden económico y político-ideológico, sostenido por el boom de los precios internacionales de las materias primas y los bienes de consumo demandados cada vez más por los países centrales y las potencias emergentes. Este orden va consolidando un estilo de desarrollo neoextractivista que genera ventajas comparativas, visibles en el crecimiento económico, al tiempo que produce nuevas asimetrías y conflictos sociales, económicos, ambientales y político-culturales. Tal conflictividad marca la apertura de un nuevo ciclo de luchas, centrado en la defensa del territorio y del ambiente, así como en la discusión sobre los modelos de desarrollo y las fronteras mismas de la democracia”. (SVAMPA, 2013:43)

Fazendo o exercício escalar de observação do fenômeno da demanda global por terras engendrado a partir da crise de 2008, sobretudo, de seus efeitos no setor agroalimentar, vamos nos ater à definição desse processo como a apropriação de terra para acumulação de capital como resultado da convergência das crises financeira (em decorrência da sobre acumulação de capital), alimentar (da alta dos preços dos alimentos em 2008) e energética (na crise do modelo baseado no consumo de petróleo e seus derivados) do atual período neoliberal que envolve necessariamente o controle das terras, dos territórios e seus recursos associados.

Se olharmos, o Brasil, vemos em distintas proporções, na mesma linha desse processo, dinâmicas de reorganização do espaço fundiário, levando a movimentos necessários em suas esferas tanto estatais quanto territoriais: o aumento significativo do volume de aquisições¹⁵ com transferência da propriedade fundiária para estrangeiros – pessoas físicas e jurídicas – e, o aumento elevado do preço da terra e, por sua vez, da especulação com terras no país (figura 7).

FIGURA 7 – Brasil – número de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais por unidade da federação 2013/2017.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (2017).

Frederico e Almeida (2019) refletem sobre que entre os países da América Latina, o território brasileiro foi o que concentrou a maior parte de operações em terras e

¹⁵ Segundo Levien (2014) aquisição de terra significa: compra; arrendamento e concessão - a propriedade é importante, mas não menos que os usos e a posse e suas legitimidades.

agricultura. Analisando os dados da consultoria financeira EMPEA de 2015, eles relatam que entre 2008 e 2014 os investimentos feitos por fundos agrícolas foram o equivalente a US\$ 1,5 bilhão na agricultura brasileira, que soma a quase 80% dos investimentos feitos em toda a América Latina (FREDERICO E ALMEIDA, 2019:7).

É importante salientar que esse capital tem um caráter de controle das empresas e, por sua vez, dos territórios. Na maioria das empresas presentes no Brasil assim como seus controladores temos empresas gestoras de fundos financeiros (*private equity*, fundos mútuos e fundos de pensão) e demais corporações como a empresa têxtil Coteminas, a *trading* Louis Dreyfus e a imobiliária argentina Cresud. As origens das empresas controladoras, segundo Fernandes, Frederico e Pereira (2019) são: os fundos e subsidiárias brasileiras, com destaque para as de investimentos financeiros como a Vision Brasil Investimentos (Tiba Agro), a BRZ Investimentos (Agrifirma) e a Vinci Partners (Sollus Capital), além de grupos de origem familiar como a SLC Agrícola, Vanguarda, Cosan e Insolo; os conglomerados japoneses de capital aberto, como a Mitsui (Xingu Agrícola), a Mitsubishi (Ceagro) e a Sojitz (Cantagalo); os fundos, bancos e empresas de países da América do Norte e Europa, como Altima Partners, Brookfiels Asset Management, TIAA-CREF, Louis Dreyfus, Credit Suisse, Deutsche Bank e outros; e as empresas de origem argentina, embora muitas não sejam de capital argentino, mas tiveram importante participação na introdução desse modelo de negócio no território brasileiro e facilitaram a entrada do capital financeiro na agricultura como, a El Tejar, Cresud, Los Grobo e Adecoagro (FERNANDES, FREDERICO E PEREIRA, 2019:13).

Segundo os autores acima, outros exemplos são as *joint-ventures* SLC-MIT e Radar. No primeiro caso, trata-se de uma parceria entre a própria SLC Agrícola e a japonesa Mitsui, e no segundo da associação entre o fundo de pensão estadunidense TIAA-CREF e a empresa do ramo sucroenergético brasileira Cosan. São empresas em mãos brasileiras que têm um impacto importante na estratégia empresarial na produção agrícola e no mercado de terras. Ainda destacamos as empresas gestoras de fundos financeiros nacionais e estrangeiros (Vision Brazil, Brookfield, TIAA-CREF, Altima Partners, Harvard Asset Company, Ridgefield Capital, BRZ Investimentos, Gávea Investimentos, Vinci Partners, EWZ Investimentos, Agribusiness Investments, Harvest Capital, Soros Management Fund, Fundo Soberano do Catar), aplicadores individuais e familiares (SLC Participações/Família Logemann, Família Iochpe, Hélio Seibel, Otaviano Pivetta, Família Seibel e Sílvio T. de Araújo) e corporações dos mais diversos ramos econômicos (Cresud, Coteminas, Cosan, Mitsui, Mitsubishi, Louis Dreyfus

Commodities, Grupo Kobra, Bonsucex Holding e Grupo Iowa) (FERNANDES, FREDERICO E PEREIRA, 2019:13).

Cabe destacar que este extenso número de nomes de empresas, controladoras, gestoras de fundos, mistas, em mãos brasileiras, com as mais variadas associações e articulações criam possibilidades para superar os frágeis mecanismos de segurança jurídica para investimentos e compras de terras no país. Tanto as empresas como os fundos possuem uma variedade de formas de articulação com o capital nacional e internacional.

Consideramos que a insegurança da propriedade da terra no Brasil antecede em muito a este cenário. Sendo sequer possível datar com precisão tais problemas. Inúmeros pesquisadores, juristas, agências, entre outros, tratam a questão da propriedade, da posse e da regularização fundiária no Brasil como algo que vem de sua própria construção e institucionalização como território nacional, tendo em sua gênese um mecanismo territorial de ocupação que jamais superou superposições normativas e locais que remetem a um verdadeiro “caos fundiário”. Podemos notar que este caos têm características próprias e uma das principais, que para nós é a central no entendimento da (des)organização fundiária do país, é a propriedade de domínio privado que se deu num processo de domínio do patrimônio público.

Vale comentar que o contexto dos preços altos, a convergências das crises, o efeito da crise de alimentos na falta de produtos, vão, naquele momento, colocar mais de 120 milhões de pessoas na pobreza. No Brasil, com a desregulação do mercado de futuros a reboque da tônica internacional, mais especificamente, a modernização dos mercados de *commodities* nos anos 2000, favoreceram a especulação com os preços dos alimentos e coloca “novos” atores (fundos de pensão, grandes bancos) e aportes de valores no processo de investimentos no mercado de *commodities* e, também, de terras.

A exemplo, temos estudos feitos em 2012¹⁶ que mostraram que os investimentos institucionais aplicados em *commodities* no Brasil eram no ano de 2003 de 13 bilhões de dólares, passando no ano de 2008 para 260 bilhões de dólares e, chegando no ano de 2011 a 412 bilhões de dólares. Estes investimentos deslocados para as *commodities* provocam uma supervalorização também das terras colocando países como Brasil, entre muitos outros no mundo, na rota dos investimentos e engendrando assim nos territórios uma

¹⁶ Estudo Democracia e Governança Financeira, 2011, Ibase. Disponível em: https://ibase.br/userimages/dv_ibase_45_especial.pdf Acesso em 04.11.2019.

reorganização das suas dinâmicas no que tange ao acesso, posse e controle das terras e recursos associados.

Vale ainda destacar que diferentes “narrativas das crises” vão surgir ao longo deste período como, por exemplo, na ocupação produtiva de terras “marginais, vazias e disponíveis”, como a solução para estas, aparecendo aí as regiões de expansão que deveriam “solucioná-la”. Salientamos que este processo desencadeou uma geopolítica de terras com demanda global baseada em fases de intensa transformação e expansão geográfica e, esse movimento de expansão e de busca global por terras, como saída à crise foi e ainda é o recurso constante dos movimentos de acumulação.

A produção de “novas áreas” insere o Brasil no contexto da crise, não apenas como país que sofre os impactos nas populações da alta dos preços, mas abre ainda mais a fronteira agrícola do país.

A exemplo, podemos citar que até o ano de 2011, estrangeiros (empresas, grupos, pessoas físicas) já haviam adquirido 46,6 milhões de hectares de terras em países em desenvolvimento. No Brasil, os dados mostrados pelo SNCR (Sistema Nacional do Cadastro Rural - INCRA) só permitem identificar um total de 4 milhões de hectares em mãos estrangeiras. Os mesmos dados do SNCR mostram que o número de imóveis sob o domínio de empresas nacionais tinha subido de 31 mil em 1998 para 67 mil em 2008. A área registrada sob domínio empresarial passou de 80 milhões para 177,2 milhões de hectares em dez anos. Em contrapartida, apenas 34.371 imóveis rurais estão registrados em nome de estrangeiros em 2010. Nessa sequência estudos de Oliveira, 2010, baseados também do SNCR afirmam que em 2008, o número de imóveis adquiridos no país atingiu quase 5,2 milhões. Sendo, ainda um dos cernes da questão de uma grande dificuldade na identificação desses reais compradores que reflete as deficiências fiscalizatórias desses tipos de transação. Entretanto, se assistimos em larga medida o aumento de investimentos em terras no País, sabemos, contudo, que este processo engendra dinâmicas fundamentais para tornar possíveis os investimentos e, por sua vez, para mantê-los.

Aqui, cabe, por último, destacar o importante papel do Estado brasileiro como responsável por instrumentalizar essa lógica de apropriação territorial via acumulação de capital no país, permitindo e assessorando ao processo de expropriação e cooptação dos territórios e das terras no país juntamente com seus recursos. Dentre as práticas desta lógica territorial estão: a privatização das terras, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão das várias formas de direito e acesso à terra em direitos exclusivos de propriedade privada, entre outras.

Estas práticas do Estado, mas também orchestradas pelos organismos internacionais e as empresas privadas, criam um grande elenco de ações corporativas nos territórios que permitem levar a cabo, inclusive à força, o processo de disponibilização espacial (do território) estabelecendo os mecanismos de expropriação da terra e dos direitos: são formas de acumulação via expropriação, através da pilhagem, da destruição dos recursos ambientais, resultando numa nova onda de “expropriação de terras comuns”. (HARVEY, 2013:123).

A esse respeito, na aquisição de terras por capital financeiro e empresas transnacionais no Brasil, assistimos sua facilitação legislada pelos poderes executivo e legislativo na promoção da regularização fundiária desses projetos. Ou seja, legitimação e regularização das terras espoliadas, ou, nem sempre, mas, também, griladas.

Para além de uma nova estrutura técnica, o Estado viabiliza uma nova estrutura normativa (e aí vemos os conjuntos de leis, emendas, “Pecs”, reformas e demais mecanismos jurídicos). Esta estrutura é criada a permitir a “aquisição” dessas terras e sua exploração, após processo de disponibilização. Ou seja, essa nova densidade normativa que demanda um ajuste espacial da proporção dos 73 milhões de hectares do Matopiba, por exemplo, implica em um novo modo de regulação do território que imprime uma crescente flexibilização ou supressão de instrumentos jurídicos como leis, códigos, zoneamentos para “limpar”/“disponibilizar” o território. Quer dizer, retirar os obstáculos jurídicos e assim definir o acesso, o controle e os usos dos territórios de acordo com os interesses do capital financeiro e articulado com os interesses das empresas transnacionais. Essas práticas regulatórias, ou, (des)regulatórias, depende do ponto de vista, são amplamente assistidas no país. Ademais, a constituição desses processos de territorialização de grandes projetos de acumulação do capital, tem tido como marca a expropriação através da violência, a desterritorialização compulsória e a precarização e degradação dos territórios das populações onde esses grandes vetores de expansão se realizam.

Ademais, alertamos que o Brasil deve chegar a 2024 como o maior produtor mundial de alimentos, afirma Barbanti (2017). Segundo o autor, essa impactante estimativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da FAO, no relatório “Perspectivas Agrícolas: desafios para a agricultura brasileira 2015-2024”, indica a expansão territorial como a principal fonte do aumento da produção agrícola. Segundo dados do mesmo relatório citado pelo autor, entre 1990 e 2012 foram incorporados 34 milhões de hectares, o que seria uma das maiores expansões de uso da

terra em escala global já experimentada (BARBANTI, 2017). Se formos considerar a atualidade, o Brasil já é o segundo produtor mundial de alimentos. Nesse contexto, a incorporação de terras brasileiras para produção agropecuária só pode indicar crescimento, quer sob o controle do capital nacional quer sob o do capital internacional.

As afirmações acima apontam para o que queremos tratar neste trabalho mais adiante acerca das aquisições de terra no Brasil, sobretudo a partir do ano de 2008, quando este volume de aquisições aumenta consideravelmente as dinâmicas para que as terras estejam “disponíveis” para as aquisições. Para nós, cabe ressaltar que esse período, todavia, marca também uma fase de intensificação de um processo durante o qual o país virava alvo de investimentos estrangeiros em grandes volumes de capital para aquisição e arrendamento de terras com o intuito de produzir grãos, mas com a predominância de investimentos em terras para fins especulativos, ou ambos.

CAPÍTULO 2

A DEMANDA POR TERRAS NO CERRADO BRASILEIRO: ANTIGOS CONTORNOS, NOVOS AGENTES

O fenômeno de demanda global por terras que se intensifica a partir de 2008 é observado e estudado por diversos grupos em vários países no mundo e demonstrou um processo associado a um movimento econômico de financeirização da agricultura, com abruptas implicações territoriais. Relatórios e pareceres de órgãos de Estado, incluindo o brasileiro, agências mundiais como o Banco Mundial, FAO, OMC, entre outras instituições, como universidades, organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil, se preocuparam em informar, sistematizar, investigar e conceituar o fenômeno, confirmam este processo.

A aquisição de terras por empresas e governos é um processo que ocorre há vários séculos em boa parte do mundo. Em cada região pode-se encontrar fases específicas nas diferentes geografias destas aquisições, no nosso caso, a da crise. As razões para isso podem envolver diferentes explicações, mas destacamos as que se encontram com um pano de fundo, que é sempre uma conjuntura cíclica de crise. No caso de 2008 eram: crises cambiais e a necessidade de buscar novos negócios; a necessidade de atender certas demandas futuras por produtos e/ou matérias primas, como o crescimento nas demandas por alimentos, biocombustíveis, celulose e minérios; associado à valorização do preço da terra, o que implica abrir o leque de compradores e a terra se tornar um fator especulativo e de concorrência no mercado; aumentar a produção agrícola e os ganhos de produtividade em regiões mais férteis e com maior abundância de terras e água; ou mesmo para ampliar a fronteira agrícola para atender demandas alternativas (SAUER, 2010; SASSEN, 2016).

Assim assistimos a uma demanda global que se voltou para a agricultura e, por sua vez, para as áreas de expansão desta em busca de rendimentos maiores. As taxas de lucro se tornaram mais atrativas com a apropriação de bens primários e pela monopolização dos investimentos. Bartra (2014) explica que tal apropriação gerou rendas inestimáveis e que tais rendas advêm de um capital global comum, especulador e parasitário, que permitiu que os rentistas pudessem neutralizar as tendências decrescentes das taxas de lucro, mas também a volatilidade do mercado, forçando a concorrência dos capitais sobre recursos naturais

favoráveis ao monopólio e à especulação por meio de atividades extractivas e serviços (BARTRA, 2014). Ou seja, para evitar as quedas, se aprofundaram na reprimarização, concentração e estrangeirização do circuito produtivo. Em tempos de aumento do capital financeiro e do consenso das *commodities* (SVAMPA, 2013), as economias acabaram se reprimarizando, pois é na agricultura, mineração, petróleo e serviços onde se obtém maiores rendimentos.

Sauer (2010), apoiado nos dados do Banco Mundial, cita que a crise financeira de 2008 teria sido também um fator significativo para o aumento na demanda por terras, após a crise, em todo o mundo, tornando a disputa territorial um fenômeno global. Para Sassen (2016) esta corrida acelerada por terras faz parte de uma lógica organizacional da economia global, que tem no seu cerne “os ajustes” entre os países do Sul Global e os agentes financeiros, como o FMI. Apesar de questões conjunturais explicarem, como a flutuação de preços nos alimentos, crise dos alimentos de 2008, com a busca por novas áreas fornecedoras de matérias primas, há fatores históricos que explicam esta dinâmica, envolvendo as relações de dependência e subordinação entre países e agentes internacionais. A autora, nos mostra os setores e atividades que lideram a corrida por aquisições de terra, a partir das referências do Land Matrix, evidenciando, por exemplo, que a produção de biodiesel é responsável por mais de 37% das terras adquiridas após 2006. Em comparação, culturas alimentares somam 25% do total de referências cruzadas, seguida de 3% para a criação de animais e 5% para outros cultivos não alimentares. A agricultura no sentido amplo, incluídos os cultivos alimentares e industriais, responde por 73% das aquisições. Os restantes 27% de terras adquiridas são destinadas ao florestamento e ao sequestro de carbono, à extração mineral, à indústria e ao turismo (SASSEN, 2016:116). No cômputo geral dos acordos de compra e aquisição de terras, as empresas privadas lideram a lista de compradores, com aproximadamente 440 acordos fechados em todo o mundo, seguido de organizações públicas e estatais (175 acordos), fundos de investimento (cerca de 40 acordos) e por fim as parcerias público-privadas, com cerca de 25 acordos (SASSEN, 2016), esses dados referem-se às pesquisas feitas pela autora até o ano de 2015.

Segundo Sassen (2016), esse processo implicou num reposicionamento da economia global, na diversificação dos compradores e na facilidade de executar novos tipos de contratos envolvendo as aquisições de terra, com desdobramentos para várias economias locais, regionais e até nacionais. A autora destaca que as vastas extensões do território nacional adquiridas por estes contratos não estão desocupadas, como pretende

a tese do “vazio demográfico” e “terras marginais e disponíveis” que fez acreditar para as regiões de fronteira vistas ainda como regiões de “baixa ocupação humana”.

No aspecto da escala, chamamos atenção a que as tendências de crescimento das aquisições fundiárias, ou o que Sassen nomina de crescimento abrupto da propriedade, está alterando de forma significativa as economias locais e destruindo as formas tradicionais de uso territorial, inaugurando uma nova fase de sobrevivência ao redor do mundo. Efetivamente, esta corrida de terras, além da destruição gradual das economias locais, tem preparado o terreno para as novas necessidades do capitalismo globalizado. As considerações acerca da demanda global por terras ao redor do mundo nos mostram a importância do espaço como atributo indissociável, mas também, nos mostram uma renovada centralidade que o atributo espacial tem na conformação das áreas de expansão a partir de 2008. Aliás, as expulsões (SASSEN, 2016) ou expropriações (HARVEY, 2004), se tornaram uma necessidade urgente. Afinal, sem a apropriação não seria possível a expansão do capital e, portanto, a produção da fronteira.

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, Harvey (2014), abordou a compreensão dessa problemática, observando dois movimentos do capital: os movimentos do capital no espaço e como estes movimentos refletem a sua produção enquanto ajuste espacial. Quando propôs a teoria do ajuste espacial, compreendemos que ele tentou explicar a dinâmica fronteiriça do capital, quer dizer, o papel das reconfigurações geográficas no processo de acumulação. Ele afirmava a existência de uma necessidade constitutiva do capitalismo de se expandir e criar “novos” espaços na medida em que ocorriam crises no interior do sistema (HARVEY, 2005). Para atenuar as contradições, o ajuste espacial teria o efeito de expandir a atividade capitalista e criar novas necessidades em outras regiões, buscando seus lucros. Ou seja, a expansão geográfica permitiria ao capital acessar novas reservas de recursos, atualizar e estender suas leis a outros territórios, permitindo a produção da fronteira em outras bases socioespaciais (HARVEY, 2005:224).

Harvey nos mostra que a mudança espacial da atividade capitalista é sempre desejada, quer dizer, que a dinâmica da acumulação, ou seja, a expansão espacial do capital (ou as ordenações espaço-tempo) pertencem à dinâmica da acumulação capitalista. Observamos, portanto que, a fronteira em movimento parece revelar os vários mecanismos de desenvolvimento do capitalismo, mas também a necessidade do capital de (re)produzir o espaço.

Assim observamos como a fronteira é produzida no cerrado, a partir de uma produção espacial voltada para atender as necessidades de outras regiões e economias. Porto Gonçalves (2006) afirma que o espaço sempre é produzido socialmente, que contém as intencionalidades, as práticas e técnicas daqueles que o formaram. Por ser altamente exigente de recursos, dado sua vontade de expansão, essa forma de produção espacial age como uma frente de expansão que implica um território que precisa avançar e a existência de uma certa “disponibilidade” para o que se deseja extrair ou explorar: a produção espacial da fronteira.

Ademais, uma fronteira tem funções específicas na sua frente de expansão, ou seja, para que as necessidades do capital sejam realizadas a produção espacial vai buscar um quadro de homogeneidade no território, impondo, para isso, a uniformidade e regularidade. Assim, na medida em que se tornam hegemônicos e sem qualquer relação com a diversidade territorial existente este processo se propaga de forma desigual, sempre selecionando aquilo que lhe são úteis daquilo que não são. Por isso, quando se instalam influenciam todo o território, tornando-se expressão das relações de poder (SANTOS, 1996). Observando esta produção espacial a partir das “narrativas de crise”, de 2008, surgiram discursos como os presentes, por exemplo, no Relatório do Banco Mundial de 2010, que informava que a busca na ocupação produtiva de terras “marginais, vazias e disponíveis”, era a solução para as crises Boechat, Toledo e Pitta (2017). Para nós essas narrativas de terras vazias e marginais são necessárias à observação, pois confirmaram com o processo de ocupação e expansão das *commodities* promovido também pelo capital financeiro internacional no Brasil a partir deste período.

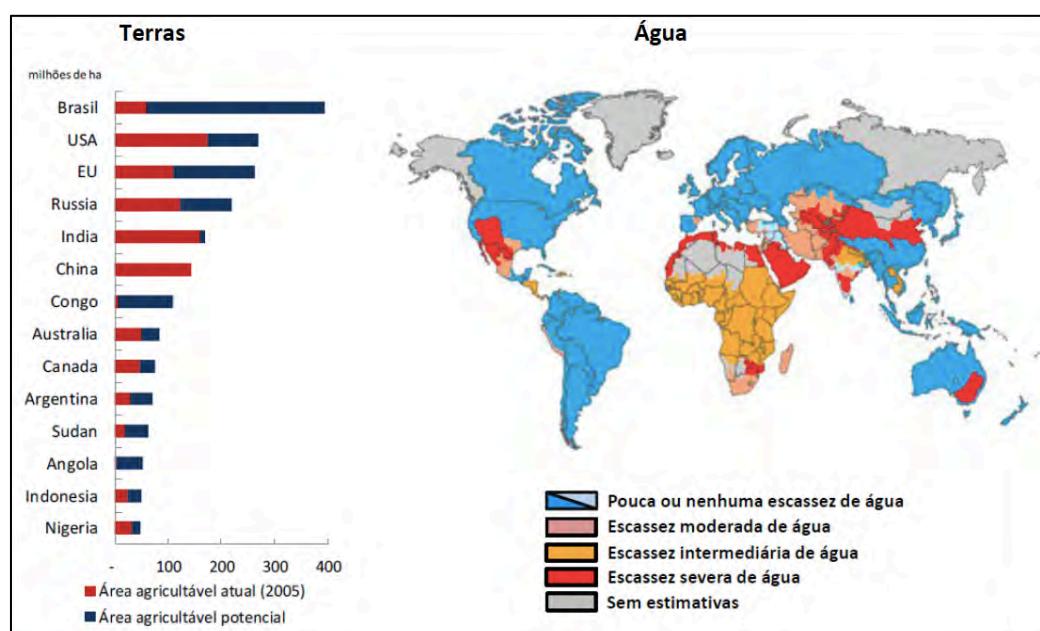
O conjunto de processos que chamam a atenção em várias regiões do mundo, que vão desde restrições a exportações de alimentos a quebras de safras com forte presença da especulação financeira configurou um panorama que não estava apenas ligado aos preços e produção dos alimentos. Os investimentos de capital em fundos financeiros ligados a *commodities* cresceram de forma muito rápida neste período, atraindo montantes bastante elevados, ao mesmo tempo que aumentaram, mesmo que temporariamente, os preços dos alimentos. Essas tendências mutuamente reforçadoras criaram as condições para investimentos internacionais em terras (BARBANTI, 2017).

Estudos vão apontar que estas movimentações entre países produtores e exportadores podem ter sido a causa e efeito na dinâmica das demandas e ofertas de alimentos e, por sua vez, por terras para produzir. Barbanti (2017), baseado em estudos de Borras Jr., Franco, Kay e Spoor (2011), indicam quatro categorias que, segundo ele,

formam as condições que tornaram viável a corrida mundial por terras: a demanda crescente por alimentos (ração e combustível) envolvendo grandes áreas para a reprodução de gado bovino, soja, cana-de-açúcar e óleo de palma; o aumento da demanda por minerais e madeiras pela indústria extractiva; o crescimento da destinação de áreas para conservação ambiental; a necessidade de o capital financeiro e rentista encontrar “bases” via aplicação de ativos reais como a terra.

Destacamos, ainda, que tal processo, que para nós foi intensificado com a crise, aconteceu em meio a um forte contexto de tensões territoriais que também indicavam uma mudança sistemática no controle dos territórios, isso quer dizer, dos acessos à água, à terra e a regiões com recursos naturais e humanos estratégicos, todos associados a um controle global. Segundo nesta perspectiva, o Banco Mundial anunciava, em 2010, o Brasil entre os países do mundo que combinavam, naquela ocasião, em mais alto grau, “disponibilidade” de terras e águas (ver mapa 2). Esse período, todavia, também marcou o início de um processo pelo qual o país virava alvo destes investimentos em grandes volumes de capital para aquisição e arrendamento de terras com o intuito de produzir grãos, mas, também, para fins especulativos, ou ambos.

MAPA 2 – Disponibilidade mundial de terras e água para agricultura, 2011.



Fonte: Banco Mundial, 2011.

Observando os poucos estudos de direito agrário e política fundiária do Legislativo do país, em setembro de 2011 víamos que o Brasil emergiu como:

“um campo fértil para interesses externos, uma vez que possui nada menos que 15% das terras agricultáveis não exploradas no mundo, a maior biodiversidade concentrada em um bioma do planeta (Amazônia), percentual elevado de terras improdutivas apropriadas por poucos especuladores, enorme potencial mineral ainda inexplorado, políticas públicas voltadas ao fortalecimento do agronegócio e, até então, ausência de controle público efetivo sobre a aquisição de terras por estrangeiros”.
(TORRES E SILVA, 2011:27).

Se assistimos em larga medida ao aumento de investimentos em terras no Brasil, sabemos, contudo, que este processo engendrou dinâmicas fundamentais para tornar possíveis os investimentos e, por sua vez, para mantê-los. Para compreender estas dinâmicas em escala de território nacional, desde a crise de 2008, pensamos que são dois os pontos mais pertinentes de observação: (i) o aumento de investimentos que redinamiza o processo especulativo da terra como ativo financeiro no Brasil, observando o volume de investimentos e transações com terras e; (ii) quais são os mecanismos mais recentes dessa apropriação fundiária.

Como falamos anteriormente, os investimentos institucionais aplicados em *commodities* eram bilionários, escalando seu aumento de 2006 para 2008 (figura 8). Estes investimentos deslocados para as *commodities* provocam uma supervalorização também das terras, colocando países como Brasil entre muitos outros no mundo na rota dos investimentos e criando, assim, nos territórios, uma reorganização das suas dinâmicas no que tange ao acesso, à posse e ao controle das terras e recursos associados.

FIGURA 8 – Investimentos estrangeiros no Brasil 2000-2011.



Fonte: Banco Central, elaborado por Brasil Debate, 2014.

A produção de “novas áreas” para o caso brasileiro, intensifica a expansão da fronteira agrícola no cerrado, criando uma sobreposição regional, inexistente: o MATOPIBA, citada, em distintos veículos e literatura como a “última” fronteira agrícola. Neste aspecto, atualmente, o cerrado brasileiro, enquanto espaço produtivo é a maior região brasileira de grãos, incluindo aqui os estados que não compõe o MATOPIBA. Segundo Frederico (2013), os principais beneficiados dessa expansão, são as empresas transnacionais, chamadas *tradings*, que controlam a logística, a comercialização e parte substancial do financiamento, além dos especuladores financeiros que investem no mercado de futuro de *commodities* agrícolas.

O tema da fronteira, em especial da sua expansão, vale um destaque, tendo em vista, que é fundamental para a compreensão daquilo que chamamos de demanda global por terras e como isso se materializa no cerrado. É pela dinâmica de expansão da fronteira que podemos observar a natureza da acumulação por expropriação que nos conta David Harvey em sua formulação sobre o ajuste espacial: a relação entre a expansão geográfica e a acumulação de capital, como falamos anteriormente.

Ademais, também tomamos como apoio as elaborações de Moore (2013). Segundo ele, o capitalismo se define pelo movimento da fronteira, de modo que a dinâmica de acumulação é inconcebível na ausência de sua apropriação, já que efetivamente é neste espaço que o capital define o padrão de movimentação da produção e o modelo de apropriação sequencial das suas zonas de expansão. Segundo o autor, historicamente, as áreas fronteiriças representaram as maiores oportunidades para o capital reduzir os preços de importantes fatores de produção: alimentos, energia e matérias-primas.

A reorientação da agricultura para o mercado global, a extração de energia abundante e outras riquezas minerais, são nada mais que movimentos de fronteira, alguns mais óbvios do que outros. Esses movimentos de apropriação aumentaram o fornecimento de alimentos expandidos para o mercado mundial; orientou abundantes fontes de energia; canalizou enormes volumes de matérias-primas para a produção. Efetivamente, é na fronteira que o capitalismo consegue, mais ou menos, disponibilizar de forma barata bens (terra, energia) para aqueles que dispõem de capital e poder. (MOORE, 2013:13) Quer dizer, é uma forma de organizar os momentos de expansão sobre os territórios. Assim, ampliar é uma forma de expandir o capital.

Observando as elaborações de Moore (2013) e Harvey (2004), vemos que o debate de fronteira busca conectar o movimento acumulação de capital a partir do movimento de expansão nessas áreas (apropriação). Pois bem, naquilo que nos interessa, especialmente a compreensão da expansão da fronteira no cerrado, torna-se essencial para compreender como isso tem relação com a produção espacial do MATOPIBA, em especial, o processo de ajuste espacial, através da expansão, via acumulação por expropriação, a partir de um momento de crise em meio a uma demanda global por terras. Quer dizer, uma demanda por expansão, ou seja, a relação da produção do espaço geográfico com os movimentos do capital. Por outro lado, é também uma forma de mostrar os efeitos que tais movimentos produzem e como o processo de acumulação conforma, ao mesmo tempo, expansão e expropriação.

Retornamos então ao cerrado, onde constatamos que além de terras agricultáveis, o MATOPIBA, indica um aporte energético estratégico com águas vertentes para as bacias dos rios Paraná, São Francisco, Tocantins e Parnaíba, a qual guarda grande potencial, e, ainda localiza os três grandes aquíferos - Guarani, Bambuí e Urucuia -, responsáveis pela formação e alimentação de importantes rios do subcontinente sul-americano. Vemos, portanto, não só o avanço da fronteira agrícola, mas também uma potencial “fronteira energética” de acordo com as ideias de Svampa (2015), considerando o grande interesse por terras nessa região.

Se olharmos em exercício escalar o Brasil, vemos em distintas proporções, na mesma linha desse processo, dinâmicas de reorganização do espaço fundiário, levando a movimentos necessários em suas esferas tanto estatais quanto territoriais: o aumento significativo do volume de aquisições com transferência da propriedade fundiária para estrangeiros – pessoas físicas e jurídicas – e, o aumento elevado do preço da terra e, por sua vez, da especulação com terras no país (LEVIEN, 2014).

Frederico e Almeida (2019), refletem que entre os países da América Latina, o território brasileiro foi o que concentrou a maior parte de operações em terras e agricultura. Analisando os dados da consultoria financeira EMPEA de 2015, eles relatam que entre 1995 e 2014 os investimentos feitos no Brasil subiram da ordem de 4 bilhões em média para 64 bilhões. Se olhamos desde a crise, vemos que nos anos antecedentes a sua eclosão, em especial 2007 ocorreu um aumento de 50% de investimentos com relação ao ano anterior. Esse comportamento segue, aumentando de 34 para 45 bilhões, com uma queda no ano subsequente e, voltando a crescer a partir de 2011, chegando a 64 bilhões de dólares (figura 9).

FIGURA 9 -Investimento estrangeiro direto (IED), em US\$ bilhões, 1995-2014.



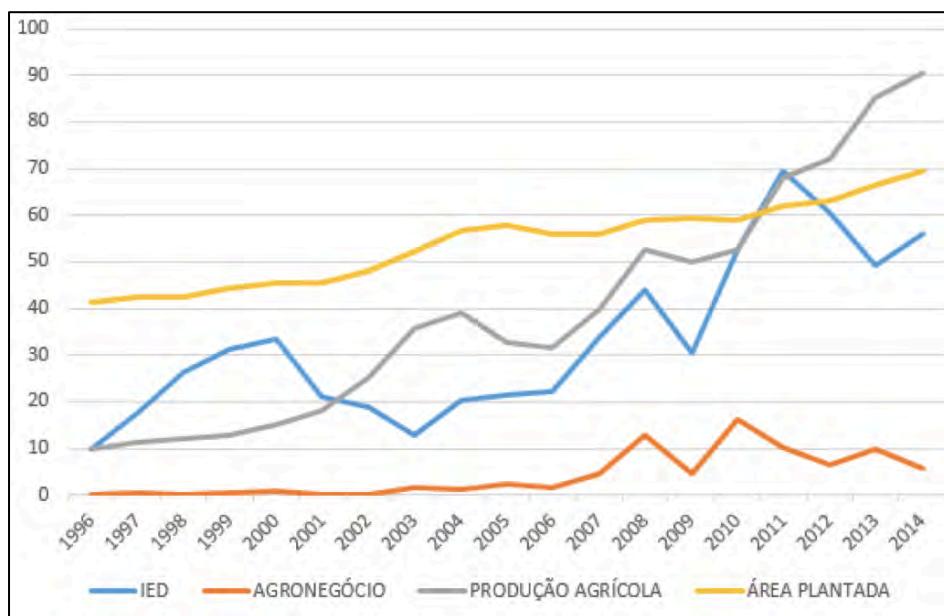
Fonte: Banco Central do Brasil e EMPEA, elaborado por Brasil Debate, 2014.

Frederico e Almeida (2019), explicam que no que tange aos investimentos por fundos agrícolas especificamente foi o equivalente a US\$ 1,5 bilhão na agricultura brasileira, o que soma quase 80% dos investimentos feitos em toda a América Latina (FREDERICO E ALMEIDA, 2019:7). Entretanto é possível observar um pico no investimento estrangeiro direto (IED) no agronegócio também neste período com forte expressão no aumento da área plantada e da produção agrícola, indicando um deslocamento destes investimentos para o setor (figura 10).

É importante salientar que esse capital tem um caráter de controle das empresas e, por sua vez, dos territórios. Na maioria, presentes no Brasil, assim como seus

controladores temos as gestoras de fundos financeiros (*private equity*, fundos mútuos e fundos de pensão) e as demais corporações, como têxtil Coteminas, a *trading* Louis Dreyfus e a imobiliária argentina Cresud.

FIGURA 10 – Investimento Estrangeiro Direto (IED):
Agronegócio, Produção Agrícola e Área Plantada – 1996 – 2014.



Fonte: BACEN (2015); IBGE (2015).

Cabe destacar que este extenso número de nomes de empresas, controladoras, gestoras de fundos, mistas, em mãos brasileiras, com as mais variadas associações e articulações criam possibilidades para superar os frágeis mecanismos de segurança jurídica para investimentos e compras de terras no país. Tanto as empresas como os fundos possuem uma variedade de formas de articulação com o capital nacional e internacional.

Aqui cabe, por último, destacar o importante papel do Estado brasileiro como responsável por instrumentalizar essa lógica de apropriação via acumulação de capital no país, permitindo e assessorando ao processo de expropriação e cooptação dos territórios e das terras juntamente com seus recursos. Dentre as práticas desta lógica territorial estão: a privatização das terras, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão das várias formas de direito e acesso à terra em direitos exclusivos de propriedade privada, entre outras.

Estas práticas, também orquestradas pelos organismos internacionais e as empresas privadas criam um grande elenco de ações corporativas nos territórios que permitem levar a cabo, inclusive à força, o processo de disponibilização espacial, criando os mecanismos de expropriação da terra e dos direitos: são formas de acumulação via expropriação, através da pilhagem, da destruição dos recursos ambientais, criando uma onda de “expropriação de terras comuns”. (HARVEY, 2013:123).

A esse respeito, na aquisição de terras por capital financeiro e empresas transnacionais no Brasil, assistimos a sua facilitação legislada pelos poderes executivo e legislativo na promoção da regularização fundiária desses projetos. Ou seja, legitimação e regularização das terras expropriadas. Essas práticas regulatórias, ou desregulatórias, depende do ponto de vista, são amplamente assistidas no país. Ademais, a constituição desses processos de territorialização de grandes projetos de acumulação do capital, tem tido como marca a expropriação através da violência, a desterritorialização compulsória e a precarização e degradação dos territórios das populações onde esses grandes vetores de expansão se realizam.

Ora, a expansão dos limites, quer dizer, as dinâmicas dos ajustes e os movimentos do capital na fronteira, também chamado de “capitalismo de fronteira” Moore (2013), reforça a nossa compreensão do ajuste espacial Harvey (2004) como uma condição de natureza expropriatória. Entretanto, é interesse deste trabalho observar esses processos, que combinam: a expansão da fronteira agrícola no cerrado, a intensificação do MATOPIBA, com o aumento de expansão das *commodities* agrícolas a partir da crise de 2008 associado ao aumento dos investimentos em terras. Para tanto, abordaremos a chegada das empresas agrícolas imobiliárias e fundos de investimentos no cerrado, quando a expansão da fronteira a partir da crise.

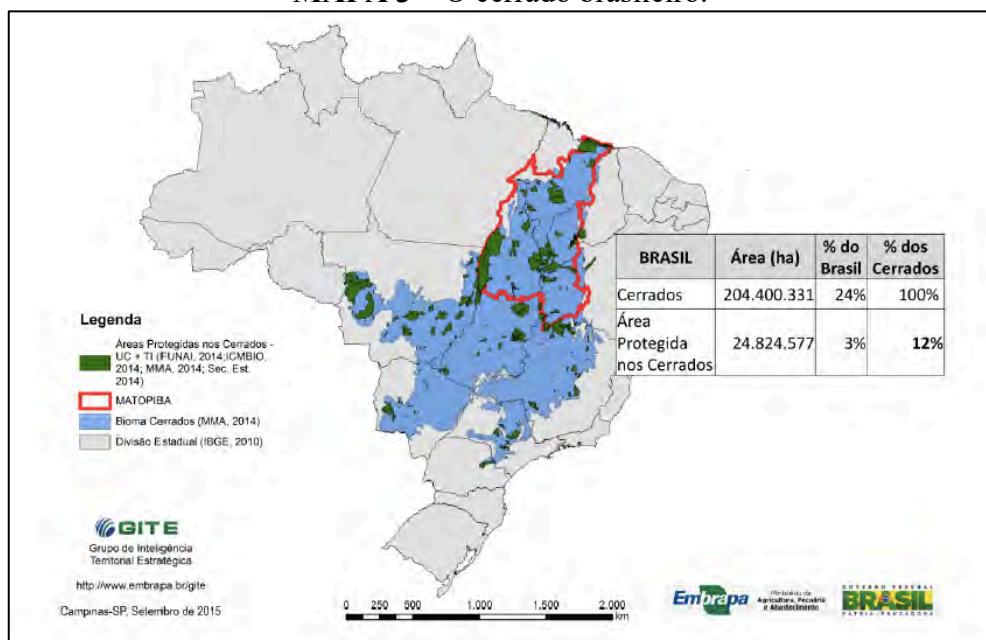
2.1 A AQUISIÇÃO DE TERRAS NO CERRADO: OS ANTIGOS CONTORNOS, NOVOS AGENTES.

O cerrado está inserido no domínio dos chapadões tropicais (AB'SABER, 2003). Em relação às suas características fisiográficas, devido ao desenvolvimento de culturas agrícolas (permanentes e temporárias) adaptadas às condições edafoclimáticas, principalmente, enumeradas pela Embrapa, destacam-se: solos profundos; constituídos em sua maioria por latossolos vermelhos e topografia de planalto; com extensas áreas

planas e pouco acidentadas, propícia ao uso de mecanização. Possui duas estações do ano bem definidas, uma seca e outra chuvosa, sendo abundante em luminosidade e temperaturas equilibradas, entre 18 e 28°C, ideais para atender às necessidades do ciclo produtivo de grãos e ao desenvolvimento pecuário (NASCIMENTO, 2019).

Em área, o cerrado (ver mapa 3) corresponde a quase dois milhões de quilômetros quadrados, que equivalem a 23% do território nacional, se estende por 13 estados brasileiros: Distrito Federal (100,0%) e nos estados de Goiás (96,6%), Tocantins (75,6%) e Mato Grosso do Sul (59,3%); parcialmente em: Mato Grosso (48,3%), Minas Gerais (46,7%), Maranhão (42,1%), Piauí (38,6%), São Paulo (30,6%) e Bahia (21,4%); e minoritariamente nos estados de Rondônia (6,7%), Paraná (2,7%), Pará (0,1%) (Nascimento, 2019).

MAPA 3 – O cerrado brasileiro.



Fonte: Embrapa, 2015.

É importante salientar que até meados da década de 1960, o cerrado não era um grande “vazio” (NASCIMENTO, 2019). As áreas urbanas eram mais dispersas, muito em decorrência do processo econômico anterior pautado na mineração, as áreas rurais possuíam extensões de terras ocupadas pelos povos tradicionais da região. Esse povos do cerrado, segundo Aguiar e Lopes (2020), são: indígenas de tronco Jê (como os Xerente, Xakriabá, Apinajé e Xavante), mas também Tupi-Guarani (como os Guarani e Kaiowá) e Arawak (como os Terena e os Kinikinau); comunidades quilombolas, como os Kalunga,

os Jalapoeiros e centenas de outras pelos sertões do cerrado; as comunidades tradicionais, tão diversas como o próprio cerrado, como as quebradeiras de coco-babaçu, raizeiras, geraizeiras, fecho de pasto, apanhadoras de flores sempre-vivas, benzedeiras, retireiras, pescadoras artesanais, vazanteiras e pantaneiras; os assentados de reforma agrária e outras populações de base camponesa (AGUIAR E LOPES, 2020).

Em geral, os “povos do cerrado”, ocupavam áreas dos chamados “baixões”. Como apresentamos em capítulo anterior, são as áreas por onde correm os rios que vinham das chapadas e onde também ficam as áreas alagadas como os brejos de buritis e demais vertentes das águas fluviais. Por estarem próximos ao curso dos rios, os solos dos “baixões” possuem características como as de serem profundos e férteis quando comparados às áreas do alto planalto das chapadas. Esses lugares, além da abundância de água e peixes, permitiam aos “povos do cerrado” a construção de moradias, a prática de culturas de subsistência (mandioca, arroz, milho etc.), a pecuária extensiva e a criação de aves (NASCIMENTO, 2019).

Em contraposição, o mesmo autor afirma que as áreas das chapadas, entretanto, eram consideradas como os “lugares não cercados”, (NASCIMENTO, 2019). Explicou, que apesar de serem terras privadas e concedidas durante o regime das campanhas de sesmarias no período da colônia, as áreas das chapadas foram consideradas como espaços públicos, livres, sem cercas. Esses espaços de uso livre, por sua vez, eram conservados como terras devolutas, isto é, um bem pertencente à União.

Moraes (2008), explica que devido ao regime de chuvas, as áreas devolutas eram mais propícias à criação de gado, à prática da caça, ao cultivo de frutas, mel e ervas medicinas, do que à construção de moradias. Por dispor de solos ácidos e com uma vegetação de baixa fertilidade, o cerrado foi, durante muito tempo, considerado uma área não propícia à prática da produção agrícola em larga escala, formando o que é conhecido na literatura como os “fundos territoriais” (MORAES, 2008).

Todavia, estas condições foram drasticamente modificadas a partir da modernização da agricultura durante as décadas de 1970 e 1980. O aumento da produção agrícola - especialmente de grãos – ao mesmo tempo em que visou atender à indústria nacional, através do fornecimento de matéria-prima, elevou também as exportações culminando numa transformação profunda daquelas áreas. No Brasil, entre os anos de 1970 e 1980, enquanto a quantidade de áreas irrigadas nos estabelecimentos agropecuários expandiu 86,26%, o uso de tratores registrou uma significativa expansão, de 228,97%. Em relação à produção e o consumo de defensivos agrícolas, entre os anos

de 1975 a 1980, houve um crescimento de 179,57% e 24,74%, respectivamente. Nesse mesmo período, a produção e o consumo de fertilizantes registraram um crescimento no país de 173,27% e 110,46%, respectivamente (NASCIMENTO, 2019).

Este processo, associado a toda uma inserção do Estado na construção de um amplo sistema de crédito e de associação, já nesta ocasião, ao capital internacional, permitiu, por um lado, que as grandes empresas recebessem incentivos financeiros voltados à produção agrícola modernizada em larga escala para atender o mercado agroexportador; por outro, a sua subordinação ao capital financeiro exigindo a abertura de novas áreas. Assim, temos como exemplo os programas de colonização e expansão da fronteira agrícola, como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) que foi um importante programa do Estado brasileiro para promover a ocupação racional de base empresarial e a expansão da fronteira agrícola moderna nas áreas do cerrado.

Contudo, naquele mesmo período, o Estado brasileiro continuou fomentando os programas como o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado) de ocupação e colonização de terras nas áreas de cerrado, que podemos caracterizar como um dos programas mais longevos dentre os demais programas financiados pelo Estado brasileiro. Ele durou até o ano de 1999 e foi dividido em três etapas: o PRODECER I, II e III. Além do acesso a créditos com juros subsidiados e seguros das safras garantidos pelas instituições financeiras do Governo Federal, previa a ocupação de extensas áreas de terras por meio de projetos de colonização sob a coordenação da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO). Ao longo do período de execução do PRODECER foram implantados 21 projetos de colonização, que promoveram a apropriação de terras numa área correspondente a 334 mil hectares de terras no cerrado.

Estes programas, segundo Nascimento (2019), compreenderam, à época, o montante de 202 municípios e 4,2 milhões de habitantes, e previa como meta a incorporação de 600 mil hectares/ano localizados nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e de Goiás (que compunha o que hoje é o estado do Tocantins, à época), além da Bahia e de parte de São Paulo.

Cabe também argumentar, que esses inúmeros processos de apropriação nessas áreas nos anos de 1970, correspondiam a fase de industrialização e urbanização no país, quando o Estado brasileiro promoveu o advento da modernização da agricultura. Este processo foi caracterizado pela centralidade do Estado na atuação e execução de

programas de colonização e expansão da fronteira agrícola em áreas de cerrado (WESZ Jr., 2014). Essa modernização, também denominada como modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1996), se fundou num esforço entre o Estado e, já na ocasião, no grande capital internacional, pela manutenção das estruturas fundiárias, culminando na expropriação de parcela significativa dos povos tradicionais do cerrado e acentuando ainda mais as desigualdades no campo.

Nos anos de 1990, através da presença das *tradings*, se desencadeia uma mudança na tônica das relações de poder na fronteira agrícola que se torna ainda mais complexa. As grandes *tradings* [ADM (Archer Daniels Midland), Bunge, Cargill, Louis Dreyfus] ou as denominadas “gigantes do grão” (FREDERICO, 2010), passam a ter um maior domínio e controle da produção no cerrado brasileiro. Segundo Nascimento (2019) e Frederico (2010), as “gigantes do grão”, chegaram a controlar, ainda no ano de 2003, 70% do comércio global de grãos e, no Brasil, em 2005, controlavam sozinhas 60% das exportações de grãos de soja. Neste sentido, o Brasil e mais especificamente o cerrado vai se consolidando como região produtora de grãos e sendo reconhecida como uma área privilegiada da produção agrícola mundial que se torna altamente atraente para investidores que buscavam maiores ganhos financeiros através das *commodities* agrícolas. Diante disso, conferimos que uma desenvolvida e estreita relação entre a produção de *commodities* e o capital financeiro no cerrado resultou em novos sistemas de investimentos, de lucros e renda, além de sistemas técnicos agrícolas ligados à biotecnologia, à microeletrônica e à agricultura de precisão, transformando o cerrado em uma das principais regiões agrícolas na produção de grãos do país e do mundo.

Entendemos, entretanto, diante deste cenário, que a fronteira agrícola do cerrado pode ser definida como extensas áreas ocupadas por uma agricultura altamente capitalizada e tecnológica destinada, sobretudo, ao mercado exportador, em substituição à cobertura vegetal original, às áreas de pastagens extensivas e às culturas tradicionais (CASTILLO, 2007).

Esta expansão, continua a acontecer e se atualiza à medida que chegam novos agentes no processo de expansão, observamos, a partir das repercussões da crise de 2008, o avanço das *tradings* que passaram a exercer um maior controle sobre a organização das atividades agrícolas e fundiárias no cerrado, derivado da combinação entre a política estatal de subsídio e do estímulo da exportação das *commodities*. Frisamos que marcadamente tem menor intervenção estatal, mas com bastante subsídio, a emergência desse cenário está atrelada ao processo de aquisição de terras nas áreas, onde a

propriedade vem sendo tratada como um “ativo financeiro” negociado dentro do mercado.

Vemos o cerrado se constituir em alvo principal do país para parte desse capital que migra e expande suas operações no mundo. Desta maneira, queremos ressaltar que vivemos uma nova rodada, caracterizada pela expansão das *commodities*, mas, sobretudo, fortemente marcada pelos investimentos que se conformam neste mercado global de terras que tem no cerrado brasileiro um importante destino de suas aquisições. Isso se realiza mediante uma forte dinâmica de fusões, aquisições, *joint ventures* e abertura de novas empresas.

Segundo Nascimento (2019), apesar de ter poucos registros a respeito da aquisição de grandes extensões de terras durante a primeira metade da década de 2000, vimos, em contrapartida, que o Estado brasileiro voltou a atuar intensamente na reestruturação da economia do agronegócio do país (subsídio). Entre os anos 2000 e 2012, houve um aumento de 32,45% no número de contratos concedidos para os produtores rurais via SNCR, revertendo a tendência de queda registrada nos primeiros cinco anos da década de 1990. Além da retomada dos investimentos via SNCR, o Estado promoveu inúmeras concessões de estímulo no setor, como o fornecimento de crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a facilitação da apropriação de terras devolutas (FREDERICO, 2010). Este também foi o período em que o cerrado voltou a presenciar um novo ciclo de apropriação de terras públicas e privadas que coincide com a emergência das imobiliárias agrícolas financeirizadas. Trata-se de uma nova concepção de negócios em que empresas vinculadas ao capital financeiro têm a terra como principal ativo (SAUER; BORRAS Jr., 2016).

Devemos considerar que este fenômeno promove, de certa forma, uma transformação intensa e complexa das relações de controle e de apropriação dos recursos associados a terra a ao território no cerrado brasileiro. Em acordo com as ideias de Sauer e Borras Jr. (2016), este processo deve ser observado como um movimento de apropriação de terras públicas e privadas, que pode levar a transferência da propriedade, incidindo diretamente no uso e controle das terras e dos recursos associados (hídricos, minerais e florestais), por meio da expropriação cujo objetivo é a acumulação de capital.

Ademais, cabe ainda destacar estudo publicado pela GRAIN em 2020 que identificou cinco zonas prioritárias de expansão e investimentos do agronegócio na América do Sul, sendo: a Orinoquia ou os Llanos Orientais na Colômbia, os departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Beni nos bosques secos chiquitanos na

Bolívia, o Chaco Seco Paraguaio e o Chaco Argentino e, no Brasil, o documento identifica o já citado MATOPIBA e as regiões no curso da rota de escoamento da hidrovia Paraná-Paraguai. Estas zonas prioritárias de expansão e investimentos do agronegócio são, na realidade, fronteiras da acumulação do capital. Em tais zonas foram identificadas características como a alta concentração de terras agricultáveis em imóveis de extensão considerável; ocupação majoritária de monoculturas e pastagens para pecuária; aumento do controle das terras e territórios; processos de digitalização da governança da terra por meio de cadastros (como Cadastro Ambiental Rural – CAR), titulações massivas (sobretudo de propriedades privadas e individuais), georreferenciamento, dentre outros, e aumento do investimento em logística e infraestruturas por parte não somente do Estado, mas também de empresas de capital privado.

Ainda, o cerrado no Brasil não é a única área que representa o avanço e a expansão das *commodities* a partir do *boom* de 2008. Mas tem suas especificidades, que vamos mostrar a seguir: são antigos contornos com novos agentes. Tomando emprestado a expressão “novos agentes” de Nascimento (2019), nos referimos aos novos atores e seus interesses quanto à terra como propriedade fundiária que vão surgir a partir do período da crise. O descolamento de agentes financeiros do mercado de *subprimes* para o setor agroalimentar, por exemplo, marca a tônica desse “novo”.

2.1.1 Os novos agentes na aquisição de terras no cerrado.

A emergência dos novos agentes nas áreas do cerrado vai apresentar um aumento significativo na segunda metade dos anos 2000. Podemos dizer que a apropriação de grandes extensões de terras por parte do capital financeiro, nesta nova fase, resultou de uma verdadeira “corrida” por terras. Esta corrida, para nós, foi intensificada desde 2008, é oriunda de um fenômeno global e nos mostra a existência de territórios que ainda não estavam anexados e valorizados pelos circuitos do grande capital, nesta fase financeirização da agricultura (SASSEN, 2016). É neste sentido, compreendemos, que o fenômeno da fronteira – que dá materialidade a esta corrida – é um fenômeno incompleto, pois, apesar de estarmos mergulhados num sistema de dominação global, no capitalismo, ainda existem regiões do planeta que operam em tempos distintos da globalização capitalista (SANTOS, 1996).

Assim, a fronteira em movimento do capital, aberta às circunstâncias de tempo e espaço, prospera pela lógica da expansão e da aceleração. Ao acelerar todos os processos, é possível estender o alcance da produção e reprodução capitalista no espaço. Assim, ao expandir, tem-se a valorização dos territórios que antes estavam fora da lógica do sistema do capital, quer dizer, o capital passa a interpretar tudo como matérias primas. Este processo mostra que os territórios no processo de produção do espaço guardam outras temporalidades e, por isso, são considerados pelo capital como “vazios e marginais”. Assim, expandir sobre “vazios e marginais” se torna decisivo para um processo mais ágil e cada vez mais totalizador. Afinal, se desenvolvem em ritmos e situações diferentes, onde o tempo não é regido pela exploração contínua dos bens e dos recursos. Existem outros tempos (territórios tradicionais de indígenas, camponeses, comunitários, públicos) confrontados com a lógica da expropriação. Isso mostra que a expropriação é uma necessidade constitutiva do capital, pois ele depende de determinações concretas (a terra, a água, por exemplo) que não estão ao seu alcance direto e, por isso, tornam-se objeto de apropriação através do exercício do controle e do poder. É por este sentido, que o conceito de acumulação por expropriação (HARVEY, 2005) observa a dinâmica da violência que permanentemente renova as configurações do capital em momentos de crise e necessidade de expansão, se utilizando práticas de “apropriação de terra nua como novas fontes de recurso, a supressão dos direitos coletivos, a expulsão violenta” (HARVEY, 2005:122), por exemplo, ao buscar suas rotas de saída das crises.

Para nós, faz todo o sentido compreender a corrida por terras como um dispositivo permanente do capital, ou seja, de permanente produção da fronteira: o ajuste espacial. Esta necessidade, sem dúvida, é essencial para explicar o papel dos territórios na dinâmica da acumulação e produção do espaço. Concretamente, isso se manifesta atualmente por meio das diferentes frentes de modernização do território. São dinâmicas de apropriação que vêm se expandindo por todo o continente em busca de insumos primários, de água, de terra, de novas áreas produtivas, de terras “ociosas”, enfim, de condições gerais de produção.

A corrida rumo às terras ocupadas por lógicas comunitárias e as diferentes formas capitalistas de se expandir nos espaços públicos representam um extenso repertório de exemplos de expropriação, cujo caráter devastador sobre numerosas populações e territórios ameaçam a reprodução da vida em todas as suas formas. Para Nascimento (2019), esse processo tem materialidade no cerrado e se traduz dada a sua dimensão continental e ao seu “estoque de terras” em área de expansão da fronteira agrícola e, ainda

com seus preços, relativamente “baratos”, ficando ainda mais atrativo para o capital financeiro.

Os mercados financeiros presenciaram, desta forma, uma elevada oferta de capital após um período de forte instabilidade causado pela crise. Isso aconteceu, segundo Harvey (2013), em um movimento nas rotas de buscar por possibilidades de lucratividade, que fez com que o capital financeiro, com a queda dos *subprimes*, o alocasse em terras/agricultura. Essa situação financiou os ajustes espaciais ao redor do mundo, em especial no Sul Global. Isto é, o movimento foi de alocação do capital que migrava dos setores que estavam em queda para promover a incorporação necessária às novas combinações produtivas de “novos espaços” transformando-os em altamente rentáveis.

Esta perspectiva nos ajuda a compreender como, naquele período, o preço das *commodities* agrícolas entram em um ciclo de alta mediante as operações de natureza especulativas, além das necessidades urgentes de reestruturação energética e alimentar que se apresentava ao mundo no contexto de 2008. Este processo desencadeou a demanda global, gerando o efeito de disponibilização de uma grande quantidade de terras aráveis e com um baixo preço relativo, quando comparado com importantes regiões agrícolas pelo mundo, e o Brasil logo despertou o interesse do capital financeiro (MCMICHAEL, 2011).

Um estudo do ano de 2012 mostrava um conjunto selecionado de países, a saber: EUA, Rússia, Brasil, Canadá, Austrália, Ucrânia e Argentina; onde o Brasil, despontava como o país que apresentava a maior quantidade de terras agricultáveis disponíveis, entre 20 e 60 milhões de hectares, cujos preços, entre 2002 e 2012, apontava as terras brasileiras como com um baixo preço relativo. Enquanto a média global ficou em torno de R\$ 33,3 mil/ha, o preço relativo no Brasil ficou estimado em R\$ 16,6 mil/ha (GLOBAL AGINVESTMENT RESEARCH, 2012).

Este era um bom desenho para um rentável, lucrativo e promissor mercado de terras e, neste contexto, vimos o surgimento, ou a intensificação, desse tipo de segmento imobiliário agrícola quando o Brasil passou a contar com o que Nascimento (2019), chamou de aceleração na oferta pública de ações. Esse processo, podemos considerar, que ocorria no país seguido do comportamento da crise de 2008, onde, ao invés de colapsar, como no caso dos *subprimes*, recebeu o deslocamento de recursos e cresceu à medida que migrou seus capitais e operações para os investimentos no setor agroalimentar (RUBBIO, 2019).

Esse comportamento, no Brasil, pode ser visto através da expansão e chegada no país de empresas do setor: BrasilAgro (2006); Kobra Agrícola Group (2006); SLC Agrícola S.A (2007); El Tejar (2007); Vanguarda Agro (2007); TibaAgro (2007); Agricola Xingu (2007); Agrinvest Brasil (2007); Fazenda Dois Rios (2007); Radar S/A (2008); Agrifirma Brasil Agropecuária S/A (2008); Calyx Agro (2008); InSolo Agroindustrial S/A (2008) e Sollus Capital (2008).

Com os impactos da crise de *subprimes* e da alta dos preços dos alimentos, muito embora algumas empresas tenham desistido ou remobilizados sua abertura de capital, como a El Tejar (2016), a Calyx Agro (2016), a Sollus Capital (2013), após o período mais agudo da crise, outras promoveram a abertura de capital ou a captação de recursos financeiros dentro do mercado como: a Brookfield Brasil (2010); a Chongqing Grain Group Corp (2010); a Cantagalo General Grains (2011); a Adecoagro (2011); a Ceagro Agrícola - Agrex - (2012); a AgriBusiness (2013), a Biosev (2013) e a SLC-MIT (2013).

Este movimento de abertura e presença de empresas do ramo financeiro e imobiliário agrícola prosseguiu nos anos seguintes. O quadro 1 mostra um conjunto delas no território brasileiro até o ano de 2018. Queremos frisar, entretanto, que, apesar de algumas empresas terem destaque de suas presenças já em anos anteriores, a presença no país e ou com investimentos no país aumentou, consideravelmente, a partir do que defendemos como consequência do fenômeno de corrida por terras oriundo do movimento do capital a partir da crise de 2008.

**QUADRO 1 – Empresas investidoras e de capital financeiro
que adquiriram terras no Cerrado brasileiro (2018).**

Capital Financeiro	País de Origem	Nome da Empresa	Área (mil/ha)	Localização das terras (UF)
Cresud Autonomy Capital LP Elie Horn	Argentina EUA Brasil	BrasilAgro	177	MA, BA, MG, GO, MT
Empresários Holandeses	Holanda	Kobra Agrícola	15	BA
SLC Participações S.A Credit Suisse Deutsche Bank Neuberger Berman LLC	Brasil Suiça Alemanha EUA	SLC Agrícola	340	MA, PI, BA, MS, GO, MT
Gavea Investimentos Otaviano Pivetta BGT Pactual Salo Davo Seibel	Brasil	Vanguarda Agro S.A	143	MT

Bonsucex Holding Silvio Tini de Araujo EWZ Invest. LLC (socopa)				
Vision Brazil Investments Irmãos Francioni Grupo Golin Fundo de private equity	Brasil Brasil Brasil EUA/UE	Tiba Agro	348	BA, PI, GO, MT
Mitsui	Japão	Agrícola Xingu	177	MG, BA, MA, MT
Ridgefield Capital	EUA	Agrinvest	90	MG, BA, MA, MT
Harvest Capital	EUA	Faz. Dois Rios	7,5	TO
David Kruse	EUA	Brazil Iowa Farms LLC	10	BA
TIAA	EUA	Radar	270	MATOPIBA, SP, GO, MT
BRZ Investimentos RIT Capital Pastners (Lord Rothschild)	Brasil Inglaterra	Agrifirma Brasil Agropecuária S/A	94	BA
Havard Asset Familia Ioschpe	EUA Brasil	Insolo Agroindustrial	100	MA, PI
Brookfield Asset	Canadá	Brookfield Brasil	243	MA, MG, TO, MS, GO, MT
Chongqing Grain Group	China	Chongqing Grain Group	100	BA
Coteminas GFN Agrícola Agrícola Estreito Valor Grains LLC Sojitz Group	Brasil Brasil Brasil EUA Japão	Cantagalo General Grains	146	MT, PI, GO, MG
Soros Fund Qatar Investment Stitching Pension Fonds Osprae Management Management & Directors Jennison Associates LLC Brandes Invest.	EUA Qatar Holanda EUA EUA EUA EUA	Adecoagro	20	BA, TO
Mitsubishi Paulo Fachim	Japão Brasil	Ceagro Agrícola (Agrex)	94	MATOPIBA, GO, MG
Agribusiness Invest.	Brasil	AgriBusiness	8	MT
Grupo Louis Dreyfus	França	Bioserv	340	SP, MG, MS
SLC Agrícola Mitsiu	Brasil Japão	SLC - MIT	45	BA, MA, MT

Fonte: Frederico (2018) e Nascimento (2019).

Em Gomes (2020), podemos observar o mapeamento das presenças dessas empresas. Salientamos que é muito difícil encontrar informações precisas sobre este mercado, pois seus capitais são singularmente fluidos e dinâmicos. Isso posto, pois tratamos de diferentes tipos de representantes do capital financeiro identificados nas respectivas imobiliárias agrícolas financeirizadas como os fundos de private equity

(Altimma Partners, Gávea Investimentos, The Capital Group, Crestline Capital, Vision Brazil, Vinci Partners) e hedge (Touradji Mangament Capital, Soros Fund Management LLC); os fundos de pensão (TIAA, Stitching Pension funds); os fundos privados (Autonomy Capital, Bonsucex Holding, Jennison Associates LLC, Neuberger Berman LLC); fundos soberanos (Qatar Investment Authority); os fundos de investimentos (Brookfield Asset, BRZ Investimentos, EWZ invest. LLC, BTG Pactual, Brandes Invest., Agribusiness Invest., Harvest Capital, Ridgefield Capital); os indivíduos e as famílias de alta renda (família - Heringer, Ioschpe e Francioni, Lord Rothscild -, Otaviano Piveta, Silvio Tini de Araújo, Elie Horn, David Kruse, Salo Davi Seibel, Paulo Fachin); os bancos (Deutsche Bank, Credit Suisse); as fundações universitárias (Harvard Endowment); as tradings e as empresas em geral (Louis Dreyfuss, SLC Participações S.A, Chongqing Grain Group, Mitsubishi, Mitsui, Cosan, Agrícola Estreito, Coteminas, CRESUD) (GOMES, 2020).

Devemos ainda destacar que, em geral, o controle das imobiliárias agrícolas financeirizadas se dá entre o capital financeiro estrangeiro e nacional em associação com empresas agrícolas e/ou de diferentes ramos da economia. O, também imobiliárias agrícolas controladas por empresas atuantes no território brasileiro há mais de cem anos, como a Brookfield Asset Management, uma das maiores instituições financeiras do mundo em gestão de ativos imobiliários, infraestrutura, energia e *private equity* (FREDERICO, 2010).

Compreender, portanto, a importância que a expansão dessas empresas, que compreendemos como novos agentes do setor, se incorporam a um conjunto de novas empresas articulando um novo ramo de negócios-. Ademais, ocupam importante papel no rápido crescimento do comércio internacional de *commodities* agrícolas e imobiliárias para terras agrícolas. Essa dinâmica nos permite observar o fenômeno da conformação de uma demanda global de terras que estamos tentando mostrar, mas sobretudo, como isso se vincula diretamente com a criação e expansão de “novas áreas” de fronteira agrícola no Brasil, em particular no cerrado.

Ressaltamos que é muito complexa a caracterização ou até mesmo a identificação desses principais novos agentes envolvidos em negócios com terras no cerrado. Para tanto, vamos tentar caracterizá-los, a fim de mostrar a quantidade e diversidade que se configurou, em especial, após a crise de 2008. Segundo Gomes, 2020, podemos observar neste mercado:

“empresas líderes nas cadeias globais do setor agropecuário e aquelas que pertencem a cadeias próximas; firmas internacionais fora do setor que têm constituído novas sinergias, a exemplo da produção de energia ou, ainda, players internacionais como as montadoras de veículos que já possuíam inversões no segmento através de programas de fusão intersetorial, em curso desde a década de 1980; grandes mineradoras; Estados-Nação ricos em capital, mas com insegurança energética e/ou alimentar que, em sua maioria, atuam na forma de empresas públicas/estatais e de fundos soberanos, ou Estados que operam grandes empreendimentos, em seu próprio território, consorciado com o capital privado; investidores institucionais privados, como fundos de pensão, empresas de private equity, seguradoras, instituições bancárias, venture capital ou de fundos de investimentos multiestratégia, que incluem commodities agrícolas, recursos naturais e imóveis nos seus portfólio; ONG e empresas focadas em conservação e serviços ambientais; produtores individuais ou associados; e corretoras imobiliárias especializadas em intermediar esse tipo de transação” (GOMES, 2020:58).

A autora complementa que também podemos observar esses novos agentes em suas atuações nas suas formas de uso das terras, como investidores advindos de um investimento imobiliário buscando retornos de aluguel e valorização do valor da terra sem gerenciamento direto na terra e/ou propriedade; investidores interessados em operar ativos e buscando retornos da rentabilidade das operações e do preço da terra; e investidores cujo objetivo é a fonte de matérias-primas para outras atividades (GOMES, 2020).

Esta variedade de empresas (empresas transnacionais, fundos de investimento, empresas estatais, fundos soberanos, pessoas físicas, entre outros), segundo Pereira (2020), chegaram a controlar mais de 2,2 milhões de hectares de terras situadas em áreas de fronteira agrícola, onde cerca de 60% das terras controladas por elas estão localizadas

no MATOPIBA, o equivalente a uma área de 1,5 milhões de hectares de terras, aproximadamente (PEREIRA, 2020).

Este fenômeno na região de expansão da fronteira, no MATOPIBA, gera no Estado brasileiro um conjunto de movimento, dentre ele o reconhecimento pelo Estado brasileiro a partir do decreto nº 8.447 de maio de 2015¹⁷, que institui o MATOPIBA e dispõe sobre seu Plano de Desenvolvimento Agropecuário. Entretanto, fica parado enquanto política pública por um tempo e foi retomada mais recentemente ao cenário com o andamento do PLP 279/2016¹⁸ (projeto de lei complementar) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA, com sua última movimentação na Câmara Legislativa em março de 2020, tendo seu parecer aprovado por unanimidade e seguindo com os trâmites e despachos para sua implementação na CFT – Comissão de Finanças e Tributação na mesma casa, que foi, neste ano de 2023, arquivado.

Atualmente a expansão se materializa, territorialmente, no avanço da fronteira agrícola. Em nenhuma outra região brasileira a lógica das *commodities* e o consequente aprofundamento da especialização produtiva é tão expressivo quanto na fronteira agrícola MATOPIBA. No território brasileiro, aproximadamente 35%, dos 65,5 milhões de hectares plantados no ano de 2009 foram cultivados exclusivamente com soja. Esse percentual aumenta para 59,7%, quando é considerada apenas a região Centro-Oeste, para 66,1% no caso do estado do Mato Grosso e se aproxima dos 80% em regiões como o meio-norte e o sudeste (FREDERICO, 2013). Hoje o meio-norte, onde está o estado do Tocantins, define um dos seus vetores territoriais de expansão, que representa uma grande, principalmente, de investimentos em terras e produção.

Como mencionado anteriormente, a expressão MATOPIBA, surgiu na década 1980. Mas compreendia apenas a expressão MAPITO, envolvendo os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Segundo Edmar (2010), as terras localizadas no sul do estado do Maranhão e no sul e nordeste do estado do Tocantins, de dupla aptidão - agricultura e pecuária -, mas só utilizadas antes na década de 1980 para a criação de gado, atraíram investidores do Sul e do Sudeste do Brasil, e formaram-se pequenas vilas que evoluíram até se transformar em verdadeiras cidades, como Balsas, no estado do

¹⁷ Decreto que institui o Matopiba e dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm Acesso em: 18.04.2020.

¹⁸ Projeto de Lei Complementar PLP 279/2016, em tramitação, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084392> Acesso em: 18.04.2020.

Maranhão, e Campos Lindos, no estado do Tocantins. A excelente localização e a facilidade no escoamento da produção chamaram a atenção de grandes produtores, nacionais e estrangeiros, na década de 1990.

Os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, respectivamente, no oeste da Bahia, puxaram, na década de 1980 este tipo de desenvolvimento para o oeste e o noroeste do Estado da Bahia. Esses municípios abrangem uma região de terras férteis, água abundante e relevo plano, de fácil acesso o ano inteiro. Possuem, portanto, a receita certa para a implantação da agropecuária de alta precisão. Inicialmente o Oeste da Bahia foi ocupado pela silvicultura, com incentivos governamentais nas décadas de 1970 e 1980. Os municípios de Cocos e de Jaborandi, no Estado da Bahia, foram polos de grandes projetos de pinus e de eucalipto em pleno cerrado. Assim nascia a expressão MAPITO que, agregando o Estado da Bahia, passou a ser conhecido como MATOPIBA.

Com a sua grande produção, o MATOPIBA serviu ao contexto de expansão e também chamou a atenção dos estrangeiros, por sua vez interessados na produção em grande escala. Essa região comporta a produção acima de 20 e 30 mil hectares de áreas contínuas e verdadeiras empresas rurais que foram se formando, como é o exemplo do Condomínio Mila, localizado no município de Ribeiro Gonçalves, estado do Piauí. Investidores estrangeiros, principalmente estadunidenses, argentinos e chineses, aqueceram, a partir de 2008, o mercado de terras na região. No Estado do Piauí, Edmar (2010), contabilizou 82 imóveis registrados em nome de empresas estrangeiras; o total dessa área corresponde a 59 mil hectares. Abundantes exemplos de propriedade fundiária estrangeira podem ser observados nos municípios de Bom Jesus e Uruçuí, também localizados no Sul do Piauí. Na Região Oeste da Bahia, vilas de produção como Coaceral, Aprochama e Garganta sediam também grandes fazendas controladas por grupos estrangeiros (EDMAR, 2020).

Dados da Secretaria Geral da União demonstraram preocupação quanto ao mencionado controle de áreas rurais por estrangeiros, no ano de 2011, que chega, em alguns casos a ultrapassar 25% da superfície de um município¹⁹. O governo federal não tem dados exatos sobre a quantidade de terras em poder de empresas estrangeiras.

O MATOPIBA, ao lado do Mato Grosso, se constituiu na fronteira agrícola mais dinâmica e com maior potencial de crescimento da agropecuária no país. Isto foi

¹⁹ Parecer nº LA 01, de 19 de agosto de 2010, Advocacia Geral da União (AGU), 2010. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/PRC-LA01-2010.htm Acessado em: 12.11.2021.

reconhecido, inclusive, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que colocava em destaque as potencialidades desse conjunto de estados ao elaborar estatísticas de crescimento e projeções no estudo “Brasil-Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021”, divulgado pelo MAPA, em parceria com a EMBRAPA²⁰. O estudo previa um aumento anual de 2,2 por cento da produção regional, entre 2010 e 2021, passando a superfície cultivada de 6,4 milhões para 7,5 milhões de hectares. O documento publicado pelo estudo considerava a região bastante produtiva e coloca, todavia, que tais projeções podiam inclusive ser superadas, podendo chegar a alcançar a casa dos 10 milhões de hectares e a produção ao patamar de 20 milhões de toneladas de grãos. Tudo isso foi embasado em dados e informações, e nas intenções de investimentos anunciados por empresas e secretarias de agricultura estaduais e municipais.

Segundo levantamento do jornal Folha de S. Paulo, na edição de 23 de dezembro de 2012, eram esperados investimentos da ordem de 50 bilhões de reais no Matopiba para os anos seguintes. O Maranhão, com 30 bilhões de reais, seguido da Bahia, com R\$ 10 bilhões, e Piauí e Tocantins, com 5 milhões de reais cada²¹. No estado do Maranhão, além de um programa de incentivos e terras baratas, entre 3 e 5 mil reais o hectare, a construção de um terminal de grãos no Porto de Itaqui, contando ainda com as ferrovias de Carajás e Norte-Sul, também indicava uma forte expansão. A Bahia, com terras igualmente baratas, municípios importantes como São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, a chegada de universidade federal, programa estadual de incentivos e construção do Porto de Ilhéus e da ferrovia Oeste-Leste, também ocupava posição de destaque nesse processo de expansão. Nesta região o investimento de maior expressão, segundo o jornal Folha de S. Paulo é o do grupo chinês Chong Qing Grain, investir 4 bilhões de reais na construção de um complexo industrial no município de Barreiras (BA), para processamento e escoamento de soja, que se encontra finalizado e em operação com a maior esmagadora de soja do mundo.

Já no estado do Tocantins, área de terras disponíveis e super baratas, com o preço do hectare variando de 2 a 5 mil reais neste período, a chegada da empresa Bunge em

²⁰ Brasil-Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021. EMBRAPA, 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/901255/projecoes-do-agronegocio---brasil---2010--2011-a-2020--2021> Acessado em: 12.11.2021.

²¹ Grandes Grupos Agrícolas devem dominar a produção no MATOPIBA. Folha de São Paulo / UOL (2012). Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1205555-grandes-grupos-agricolas-devem-dominar-a-producao-na-regiao-de-mapitoba.shtml> Acessado em: 12.11.2021

2009 e a inauguração da Usina Pedro Afonso (TO) em 2011 imprimiram uma dinâmica distinta no estado, atraindo ainda mais os investidores e aumentando a especulação imobiliária. O estado é considerado, pelos investidores, a última fronteira do país, e é atraente para o escoamento da produção pela ferrovia Norte-Sul.

No dia 21 de julho de 2011 a Bunge inaugurou oficialmente a usina Pedro Afonso - a oitava usina produtora de açúcar e “bioenergia” da empresa no Brasil. Com investimentos totais da ordem de R\$ 600 milhões e capacidade inicial de moagem de 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, a nova usina realiza plantio e colheita totalmente mecanizados. Com suas terras entre os rios Tocantins e seu afluente rio Sono, tem uma área privilegiada em recursos de água. Segundo o *site* da própria empresa de toda a área plantada, 5 mil hectares são irrigados, incluindo-se aí o maior pivô de irrigação do mundo²², com mais de 1.300 metros de extensão para atingir uma área superior a 500 hectares.

A construção da usina Pedro Afonso teve início em janeiro de 2009 e em julho de 2010 a unidade já havia iniciado a operação em caráter experimental. O plantio do canavial teve início em julho de 2007. A implantação da segunda fase, prevista para ocorrer até 2014, foi concluída em 2015, duplicou a capacidade produtiva da usina. A empresa, também segundo informações do site institucional, investiu 2,8 bilhões de dólares no Brasil até 2012, onde cerca de 80 por cento desse valor é destinado a dobrar o tamanho dos negócios do grupo neste setor. Além do que já está implantando em Pedro Afonso, a empresa se expandiu para os municípios do entorno, Tupirama e Bom Jesus do Tocantins. A usina Pedro Afonso marca também a consolidação da *joint venture* entre a Bunge e a Itochu, uma das principais *tradings* globais do Japão. Nessa iniciativa, 80% dos recursos financeiros foram investidos pela Bunge e 20%, pela Itochu, que também é parceira da Bunge em outras usinas. Atualmente, são mais de 32 mil hectares plantados de cana-de-açúcar no estado e capacidade de moagem de 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano.

Outro ponto fundamental nesta região foi o crescente interesse das empresas atuantes no mercado de terras. Uma delas, segundo o jornal Valor Econômico de 11 de novembro de 2011, a Agrifirma, capitalizada por um aporte de 130 milhões de reais de um fundo de *private equity*²³ gerido pela BRZ Investimentos, tem o foco principal no

²² Bunge inaugura usina em Pedro Afonso, Tocantins. BUNGUE (2019). Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Imprensa/bunge-inaugura-usina-em-pedro-afonso-to> Acesso em: 12.03.2019.

²³ *Private equity*: as empresas que recebem os aportes já estão consolidadas e possuem faturamento na casa

Oeste baiano, e demais oportunidades no MATOPIBA²⁴. Outras empresas também são importantes nesta região no que tange especificamente ao mercado de terras. Nas áreas promissoras e de “terra barata”, como afirmava o jornal Valor Econômico, Balsas (MA), Araguaína e Pedro Afonso (TO) são as que mais interessam. A SLC Agrícola, uma das protagonistas desse movimento de compra de terras na região - com oito fazendas na Bahia, no Maranhão e no Piauí - criou, em 2012, com o fundo britânico Valiance, uma subsidiária para atuar exclusivamente na compra de terras. Segundo o site de notícias Uol, a SLC recebeu do parceiro estrangeiro 238,6 milhões de dólares para a aquisição de áreas no cerrado. Na região ainda na ocasião do trabalho de campo realizado em 2018, era possível encontrar anúncios de empreendimentos exclusivos para a aquisição imóveis rurais, como a Mapito Farms, que atuava na assessoria de compra e venda de imóveis rurais e na cotação do ativo terra no estado do Tocantins que, no site da empresa²⁵ é chamada de “a última fronteira agrícola brasileira”.

Essas empresas, de capital internacional, atuam com a estratégia na aquisição de terras “brutas” e na venda dessas propriedades depois de convertidas em áreas agrícolas desenvolvidas. Nesse sentido, as empresas investem em um processo de transformação das áreas. A SLC transformou uma fazenda de 6 mil hectares no município de Barreiras e formou um portfólio de 63 mil hectares dividido em “clusters”²⁶, em formação também no oeste da Bahia. Outra estratégia é a participação minoritária de estrangeiros em empresas brasileiras - caso da LandCo, subsidiária da SLC - que é uma das alternativas para driblar a restrição à compra de terras por estrangeiros no país.

Por último, vale ainda ressaltar que toda esta dinâmica disparou em intensidade com os marcos temporais de 2008, ganhando ainda mais força na região do MATOPIBA, o que significava um anúncio fortemente divulgado nas mídias e jornais da temática, imprimiu, em aspectos práticos mudanças e transformações socioterritoriais expressivas

das dezenas ou centenas de milhões de reais. O objetivo dos recursos é dar um impulso financeiro à companhia para que ela se prepare para abrir capital na bolsa de valores, por exemplo. Empresas de capital aberto também podem receber os recursos dos *private equity*. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/mercados/saiba-o-que-sao-private-equity-venture-capital-e-capital-semente/n1237772600206.html> Acesso em: 12.11.2021.

²⁴ Valor Econômico, de 11, 12 e 13 de novembro de 2011 (página B14). Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro> Acesso em: 12.11.2021.

²⁵ MAPITO-FARMS, Mercado de Terras (2013). Disponível em: [MAPITO FARMS - MERCADO DE TERRAS \(mapitoempreendimentos.blogspot.com\)](http://mapitoempreendimentos.blogspot.com) Acesso em: 12.11.2021.

²⁶ Para Bezerra (1998) os *clusters* são definidos como uma aglomeração de empresas geograficamente localizadas que desenvolvem suas atividades de forma articulada, a partir, por exemplo, de uma dada dotação de recursos naturais, da existência de capacidade laboral, tecnológica ou empresarial local, e da afinidade setorial dos seus produtos (BEZERRA, 1998).

em toda região. Haja vista, inclusive, o esforço do Estado e por sua vez de seu aparato jurídico normativo em acompanhar tais transformações, visto que a produção de grãos exige que se adquiram as terras não só pela propriedade e posse, mas ainda pela segurança jurídica delas, pois indicam a facilidade de captação de financiamentos agrícolas públicos e privados.

Cabe destacar que os números e projeções de expansão da fronteira se confirmaram ao longo dos anos, desde os dados levantados e apresentados acima. Estudos feitos pela CGPLAC-MAPA (Coordenação-Geral de Planos e Cenários do MAPA), divulgados pela CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, em janeiro deste ano, 2023, mostram que a produção brasileira de grãos na safra 2022/23 deve atingir 310,95 milhões de toneladas, o que corresponde a um crescimento de 14,5%, ou 39,3 milhões de toneladas a mais em comparação com a temporada anterior, 2021/22. Os números fazem parte do quarto levantamento da safra de grão e confirmam o projetado em 2010. Para o MATOPIBA, esse crescimento corresponde, para o período 2021-2031, a um aumento de 19% referentes aos grãos e 16%, quando se tratando de área plantada até o ano de 2031. Evidente que os aspectos de ápice e intensificação, realmente, estão nos posteriores a 2008, se confirmando até 2013, começando a apresentar decréscimos, pouco acentuados, mas mantendo uma taxa de crescimento relativa, mas não como o visto nos picos de crescimento após 2008, houve de fato pós crise um *boom*. Vemos, contudo que o processo que nos interessa destacar é como temos uma intensificação da dinâmica de apropriações e expansão da fronteira no cerrado, produzindo o ajuste espacial com o MATOPIBA, marcadamente pelos adventos das crises de 2008 e um estudo pormenorizado dos avanços desses movimentos, já nesta última década se faz relevante e parte um novo processo de pesquisa.

2.2 A EXPANSÃO DA FRONTEIRA E O MATOPIBA.

Como citamos anteriormente, o decreto 8.447, publicado na edição do Diário Oficial da União em 6 de maio de 2015 (BRASIL, 2015), oficializou a fronteira do MATOPIBA ao lançar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário para a região. O objetivo da delimitação era “*coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população*” (BRASIL, 2015:1). O plano ficou parado, dentre outros motivos, pelo processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff

, e nem chegou a ser detalhado. Mas a região de expansão de fronteira estava oficialmente delimitada, composta por 337 municípios listados em portaria editada seis meses depois do decreto presidencial pelo MAPA, pasta que havia tomado a dianteira na definição de políticas públicas para a região.

Os estudos para a delimitação do MATOPIBA foram conduzidos em 2013 e 2014 pela Embrapa, com base em pedido do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Mais especificamente, por um núcleo da autarquia vinculada ao MAPA: o Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), coordenado pelo agrônomo Evaristo Miranda. O acordo de cooperação técnica Embrapa-Incra produziu o levantamento de dados que permitiria a modelagem de políticas públicas e privadas, segundo nota técnica (SALOMON, 2020), e conduziria o avanço da fronteira.

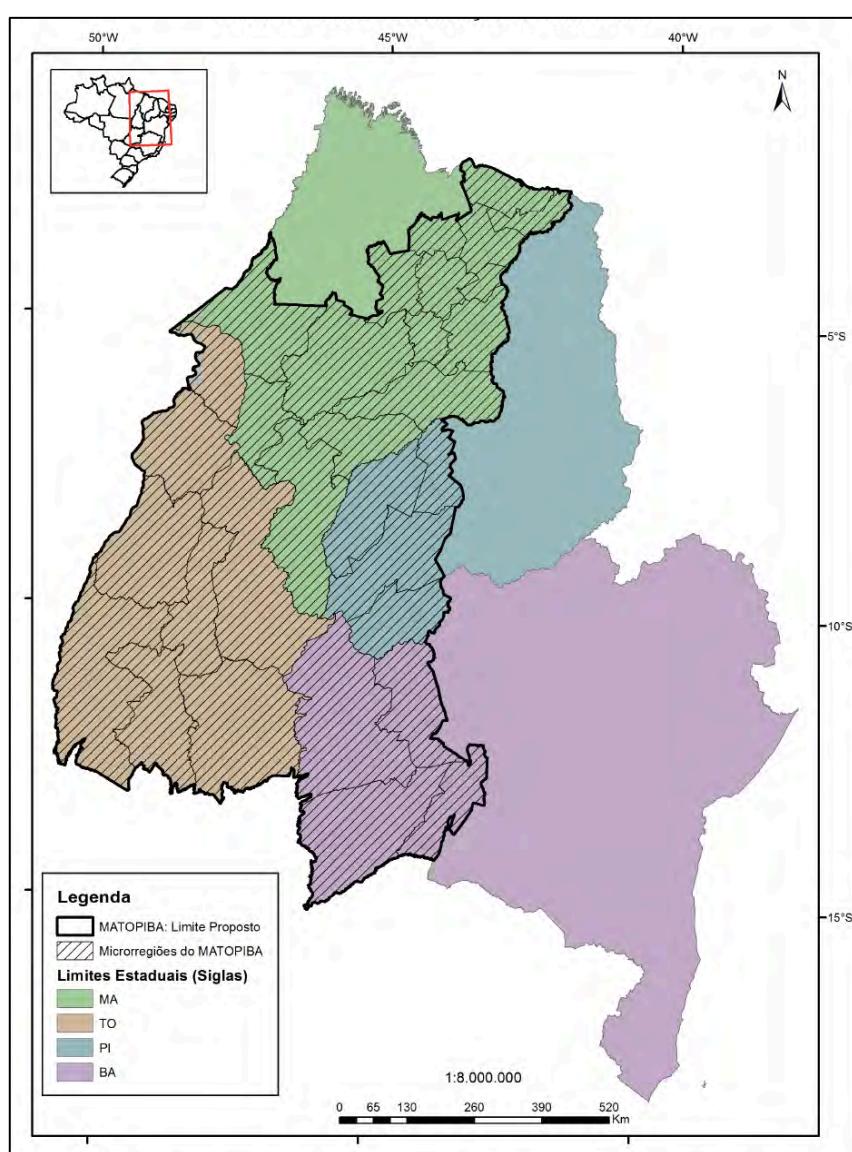
Salomon (2020), conta que o objetivo da parceria do INCRA com o GITE seria ampliar a governança fundiária da região diante do avanço da fronteira agrícola e proteger áreas ocupadas por comunidades e povos tradicionais. Mas a produção de uma base de dados acabou servindo para o projeto de consolidar o avanço do agronegócio na região. O principal critério adotado pelo GITE na delimitação do MATOPIBA foi a identificação das áreas de cerrado nos quatro estados.

O bioma cerrado predomina no MATOPIBA integrado ainda por pequenas manchas de bioma Amazônia, localizadas no Tocantins e no Maranhão, e do bioma Caatinga, na Bahia e no Piauí, que somam 9% do território. A delimitação foi ajustada para englobar 31 microrregiões geográficas do IBGE (SALOMON, 2020). Essa região vai corresponder então, segundo o GITE 2015, à predominância de cerrado, com 66.543.540,87 hectares correspondendo a 90,94% de toda área. Outros, como Amazônia e Caatinga possuem 7,27% e 1,64% respectivamente. Possui grande quantidade de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Assentamentos de Reforma Agrária e Quilombos. Segundo publicação do GITE 2015, no MATOPIBA são 46 Unidades de Conservação com área total de 8.334.679,0 hectares. Para as Terras Indígenas, 35 e com área de 4.157.189,16 hectares. No que diz respeito aos Assentamentos, 745 e com área de 2.782.754,82 hectares. Por fim, também foram registrados Quilombos na região do MATOPIBA, 36 comunidades e 250.330,30 hectares (ver mapas 4 e 5).

O cerrado tem águas vertentes para as bacias dos rios Paraná, São Francisco, Tocantins e Parnaíba, a qual guarda grande potencial energético, hoje inclusive em fase de estudos e implementação de diversas obras de porte hidroelétrico por empresas do ramo nacionais e estrangeiras. É, desta maneira, uma região que concentra grandes unidades de

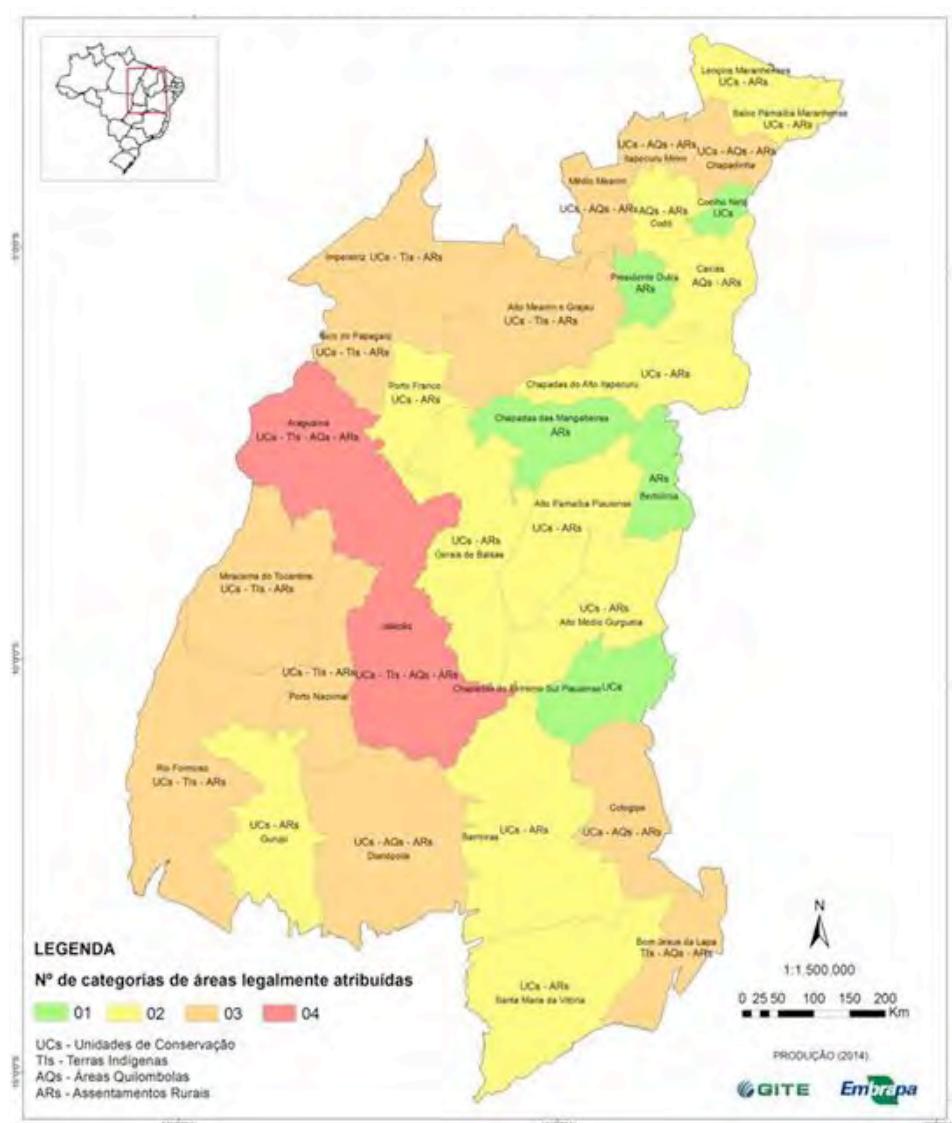
conservação no domínio cerrado, como o *Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba*, com área de 729.813 hectares, abrangendo os estados de Piauí, Bahia, Maranhão e Tocantins, a *Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins*, com área de 716.316 hectares, localizada nos estados de Tocantins e Bahia, o *Parque Nacional Grande Sertão Veredas*, com a área total de 231.000 hectares, situado nos estados de Bahia e Minas Gerais e o *Parque Estadual do Jalapão*, com 150.000 hectares, localizado em uma região de cachoeiras e dunas do estado do Tocantins.

MAPA 4 - Delimitação do MATOPIBA proposta pelo GITE/Embrapa.



Fonte: Embrapa/GITE, 2010.

MAPA 5- MATOPIBA – Categorias legalmente atribuídas das microrregiões.



Fonte: GITE/EMBRAPA, 2010.

O Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, principal desdobramento da delimitação da fronteira, não chegou a ser tornado público. De acordo com Salomon (2020) o planejamento, com diretrizes até 2035, havia sido delegado pelo MAPA à empresa Freedom Partners Participações Ltda, por meio de um termo de cooperação técnica vigente até maio de 2021 (BRASIL, 2016). A empresa, tem sua sede na cidade de São Paulo e iniciou suas atividades em 29/01/2015²⁷, atualmente tem dois

²⁷ A empresa FREEDOM PARTNERS PARTICIPACOES LTDA, possui o CNPJ 21.777.620/0001-01, tendo como principal atividade econômica "Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica". Disponível em: <https://brasilcnpj.org/sp/sao-paulo/freedom-participacoes-ltda-21777620000101> Acesso em: 07.03.2023.

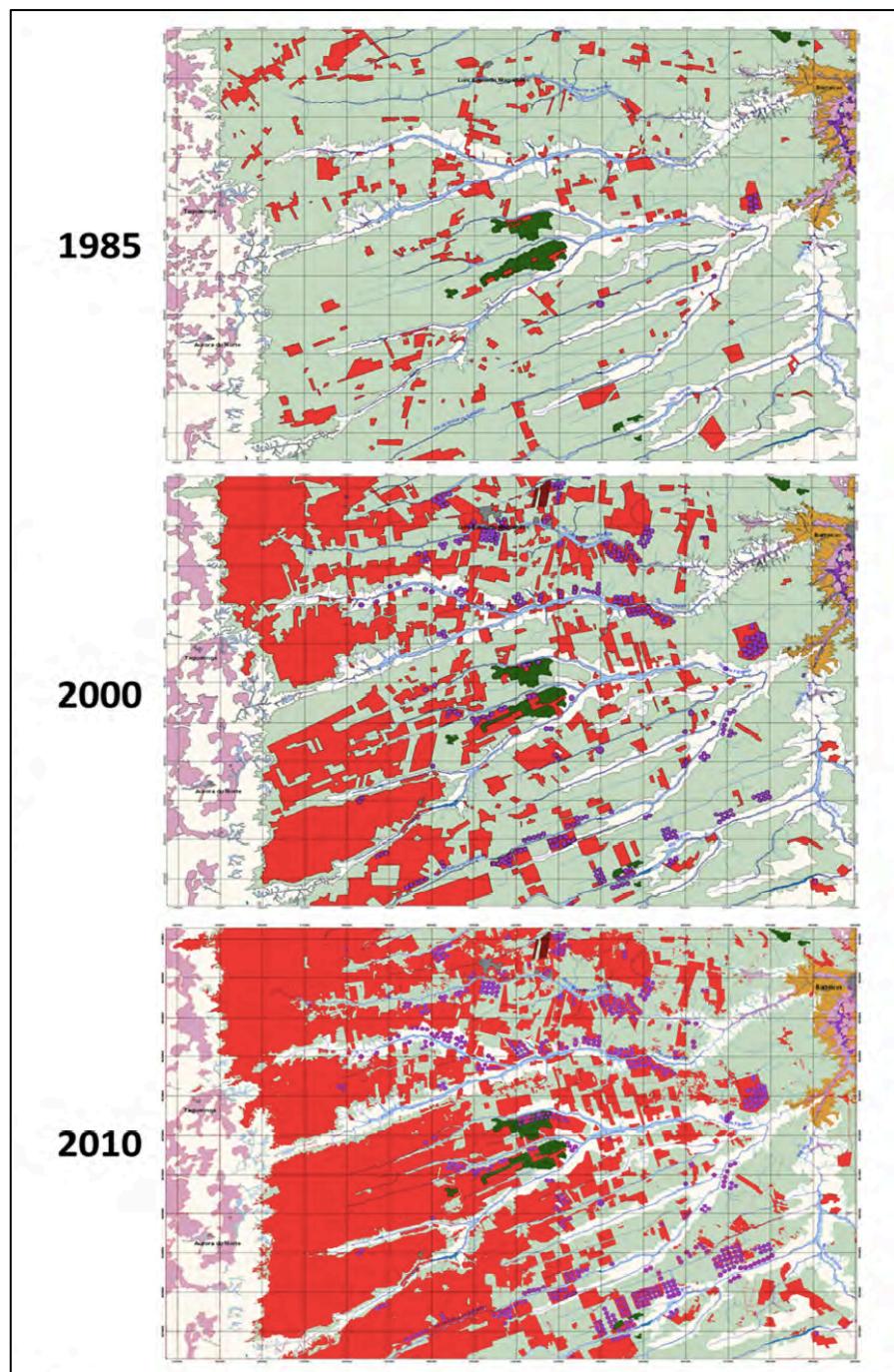
sócios: a BCI participações limitadas e GSC Investimentos SA. As metas apresentadas pela Freedom Partners nas linhas gerais do Plano de Desenvolvimento previam quase triplicar a produção de grãos no MATOPIBA até 2035, para 43 milhões de toneladas por ano. Os investimentos necessários para garantir redução dos custos de produção e transporte foram estimados pelo Boston Consulting Group (com sede em Boston, Massachusetts, EUA), parceira da Freedom Partners, em um valor entre R\$ 29 bilhões e R\$ 66 bilhões em projetos de infraestrutura. Esta proposta das empresas demonstram o interesse da expansão da fronteira, sustentada por fundos de investimento e pela iniciativa privada, entes que cresceram interesse no MATOPIBA.

Cabe considerar que o projeto ficou suspenso por mais de dois anos pelo ministro de Agricultura do governo Michel Temer, Blairo Maggi, um dos maiores produtores e comercializadores de soja do país, dono da Amaggi, que extinguiu o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. O projeto de lei que cria a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA teve a tramitação paralisada por mais de um ano no Congresso, apesar do empenho do relator, deputado Irajá Abreu, do Tocantins, filho da ex-ministra da agricultura, antecessora de Blairo Maggi, Kátia Abreu.

Salomon (2020) descreveu as informações do relator no ano de 2017, quando defendia o avanço da fronteira. Destacou, segundo autora, que o MATOPIBA “última fronteira agrícola brasileira” resultava da expansão do agronegócio e do avanço do modelo de produção. Destacou ainda o avanço na expansão da área plantada bem como na produção de grãos, chamando atenção para o sucesso desta expansão em relação ao aumento de área irrigada por pivôs centrais em mais 100 vezes entre os anos 1985 e 2015, passando de 13 para 1.548 pivôs, observando este avanço apenas para o oeste da Bahia, região mais consolidada do avanço da fronteira, podemos ter essa dimensão na figura 11.

A autora também demonstra que a expressão “a última fronteira agrícola brasileira” usada pelo relator, mas não só por ele, já era usada, anos antes, pelo Departamento de Agricultura do Estados Unidos, em 2012, e informava que, no MATOPIBA, a “mais recente fronteira agrícola do Brasil”, a produção de soja já era responsável por 10% da produção brasileira. Essa expansão era atribuída no relatório ao preço baixo das terras e à maior proximidade dos portos para a exportação da *comodities*, em comparação ao Mato Grosso, estado que mais produzia soja no país (SALOMON, 2020:35).

FIGURA 11 – Expansão da agricultura na região de Barreiras/BA entre os anos de 1985 e 2010. Em vermelho destaca-se a área plantada em campos e cerrados, juntamente com o aumento do número de pivôs em roxo.



Fonte: GITE/EMBRAPA, 2010.

Ainda que o projeto governamental do MATOPIBA tenha ficado temporariamente engavetado, a expansão da fronteira prosseguiu, com expectativas de crescimento das safras seguintes. Várias foram as previsões de safras apontadas para o MATOPIBA por diversos órgãos. Para a safra de 2019/2020, a previsão da Conab era de que a área plantada com soja chegasse a 4,5 milhões de hectares, o equivalente a 12% de toda a área plantada no país. A área plantada de soja cresceu mesmo após a crise financeira internacional de 2008, acompanhada da queda do preço de *commodities*. A produção do MATOPIBA de 2019/2020 foi estimada em 14 milhões de toneladas de soja, 11,5% da previsão total da safra do grão no país (MAPA, 2019).

Confirmada a previsão de safra do MATOPIBA, ela foi 7,5 vezes maior do que a de 20 anos atrás. Para a safra de 2028/2029 (MAPA, 2019) afirmava-se que os preços de terras atrativos iriam estimular a expansão da fronteira. Os quatro estados, de acordo com a projeção oficial, deveriam aumentar a produção de grãos para 29 milhões de toneladas num período de dez anos, numa área plantada estimada em 8,8 milhões de hectares, podendo chegar a 11,2 milhões de hectares. Os aumentos da produção e da área plantada com grãos na fronteira seriam, respectivamente, de 14,9% e de 28,6% na década.

Importa, contudo, destacar, que a fronteira do MATOPIBA continuou a avançar, independentemente de um apoio estatal, como já vinha acontecendo desde a expansão do cultivo de grãos nessa porção do cerrado, como vimos com relação aos programas Polocentro e Prodecer. Seguindo a observação da ocupação dos novos espaços de cerrado do MATOPIBA e sua transformação em uma nova fronteira agrícola no Brasil vemos que o papel desempenhado pelo Estado, no momento mais recente, difere do ocorrido nos inícios da década de 1980, quando se acelerou a ocupação dos cerrados da região Centro-Oeste. Nesse segundo momento, a ação do Estado no processo de ampliação da agricultura no cerrado do MATOPIBA é muito mais a de subsidiar conciliação dos interesses do agronegócio e dos fundos imobiliários e não mais de protagonista de um processo de desenvolvimento territorial.

Frederico (2008) indica a rearticulação do financiamento da produção agrícola (investimentos) que passaram a ocupar gradativamente o espaço deixado pelo Estado e começaram a financiar as produções agrícolas mais lucrativas e com grandes nichos de mercado, como no caso da soja (FREDERICO, 2008:23). Destaca que a crise financeira internacional de 2008 deu impulso a uma característica relevante da expansão: a especulação com o preço de terras no MATOPIBA. Essas terras passaram a constituir ativo financeiro, independentemente de produzirem.

Pitta, Mendonça e Boechat, (2017) destacam que a crise de 2008 estimulou a presença de empresas transnacionais agrícolas e financeiras no MATOPIBA. Os preços internacionais de *commodities* haviam caído, mas os preços das terras continuaram subindo. Os autores associam essa alta a processos de apropriação ilegal de terras. Observam que:

[...] a subida dos preços das commodities nos mercados de futuros internacionais moveu a ocupação de novas áreas para sua produção [...] Estas áreas, com cerrado ainda nativo, utilizado de forma comunal pelas populações rurais locais, ao serem desmatadas e inseridas no mercado de terras como fazendas formadas, podem ser incorporadas a um custo muito baixo e depois precificadas, elevando a renda capitalizada quando de sua venda, após aumentar sua produtividade, por meio do preparo do solo e de formação de estruturas internas para produção de soja, no caso da região em questão. (PITTA, MENDONÇA e BOECHAT, 2017:174).

Segundo Salomon (2020) a crise de 2008, motivou *players* do mercado financeiro a buscar a terra como uma alternativa mais segura para investir. Destaca que, dentre outras áreas, como no estado do Matogrosso, a região do MATOPIBA, foi área tida como preferencial para grandes aquisições de terras. A esse respeito, destacou:

“a consultoria Informa Economics IEG/FNP, que monitora a valorização das terras, informou que as terras no estado do Tocantins valorizaram, em média, 273% entre 2008 e 2018, de R\$ 1.245 para R\$ 11 mil o hectare. No mesmo período de 10 anos, o hectare em Uruçuí (PI) passou de R\$ 1.308 para R\$ 8.000, numa valorização de 158% acima da inflação, ou um crescimento real de 7% ao ano” (SALOMON, 2020:40).

Não obstante, chamamos ainda atenção para o fato de o ano de eclosão da crise financeira internacional combinada à crise de alimentos (2008), ser também o ano de criação da Radar Propriedades Agrícolas S.A., uma associação do fundo de pensão para professores norte-americanos TIAA – CREF (*Teachers Insurance and Annuity Association of America – College Retirement Equities Fund*). Ela foi criada através da Mansilla Participações, com a Cosan S.A.

A Radar é apontada pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos como pioneira no processo de formação de transnacionais agrícolas. Ela teria contribuído para a expansão da fronteira agrícola no sul do Maranhão e do Piauí (Rede, 2018:40). Relatório da entidade apontou que a atuação da Radar no MATOPIBA garantiu aumento do valor de mercado da Cosan e do portfólio do fundo TIAA – CREF, por meio da alta do preço das terras, em parte desmatadas e arrendadas para a produção de soja.

Segundo Salomon (2020), a Radar e o TIAA-CREF estavam com outras transnacionais produtoras de commodities, além da Cosan. E, também passaram a comprar e vender terras, como: a SLC (Schneider Logemann Company) Agrícola – que detinha mais de 300 mil hectares de terras no país para o ano de 2018- , BrasilAgro, Sollus Capital, TibaAgro (por meio do Fundo VisionBrazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda).

A atuação dessas empresas não apenas marcou a presença do capital financeiro como novos agentes da expansão da fronteira do MATOPIBA como driblou restrições à compra de terras por empresas estrangeiras estabelecidas no início dos anos 1970, aproveitando a brecha aberta por pareceres da Advocacia-Geral da União nos anos 90, que permitiam a compra de terras por empresa brasileira com maioria de capital estrangeiro (CASTILHO, 2018). Em 2010, a mesma AGU estendeu restrições da lei 5.709, de 1971, a empresas nacionais com maioria de capital estrangeiro, depois de um período de brecha legal para a compra de terras por estrangeiros (AGU, 2010).

Segundo o DATALUTA (2018), podemos ter a localização de empresas de capital estrangeiro na região do MATOPIBA, onde é possível observar uma concentração importante das mesmas no oeste da Bahia, em Balsas e Buriti no Maranhão e noutras mais dispersas (ver mapa 6). Podemos assim, falar sobre uma ocupação da terra de fronteira que nos parece altamente contraditória e ligada à economia de mercado. Esta expansão, por sua vez, abriu caminho para os processos de expropriação das terras e a instalação de novos agentes, fazendas, empresas e atividades que vão compor a frente do capital financeiro. Um ponto de destaque desta frente é a produção de um espaço onde a

tônica é, portanto, a propriedade privada da terra, que passa a ser objeto de um conjunto de pesado de investimentos e o mercado, portanto, passa a ser seu regulador.

MAPA 6 – Empresas com presença de capital estrangeiro no MATOPIBA (2018).



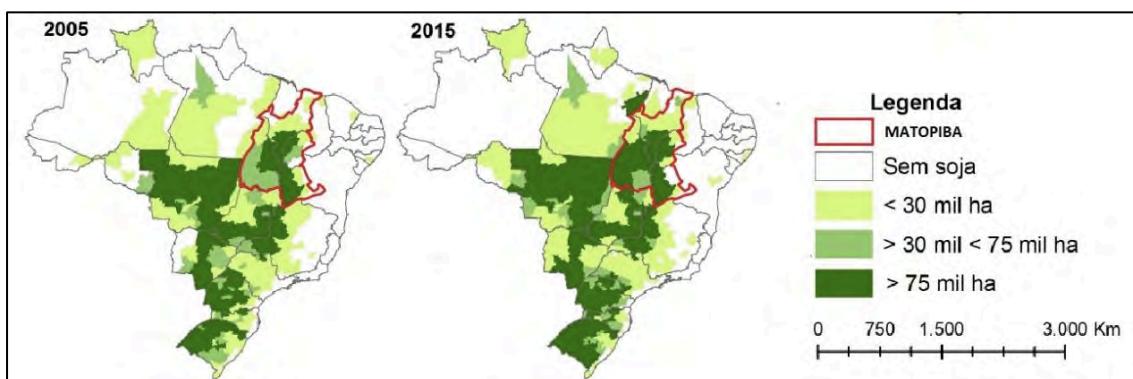
Fonte: DATALUTA, 2018.

Deste modo, a constituição de áreas de fronteira como o MATOPIBA passa a ser a condição para o equilíbrio dos ajustes provocados pela crise e a expansão uma espécie de compensação do mercado. Por isso a narrativa das saídas da crise que se acirrava em 2008. De acordo com as reflexões propostas por Boechat, Pitta e Toledo (2018), conseguimos entender que abertura de uma nova região de fronteira ao mesmo tempo que permite a chegada de novas relações sociais e de produção, dissolve as anteriores, impedindo sua reprodução. Assim o termo fronteira agrícola, segundo os autores, qualifica a região territorializada pela atividade produtiva que passa a se reproduzir na área ocupada (BOECHAT, PITTA E TOLEDO, 2018).

Para nós, portanto, o que ocorre na expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA é o processo de territorialização do capital, marcada pela particularidade de se intensificar significativamente, logo do ápice da crise de 2008 e o processo de intensa financeirização.

Vimos, portanto, uma nova etapa de transformação no cerrado e, por sua vez, no MATOPIBA, que acabou por resultar a partir dos investimentos do capital financeiro em uma expansão significativa da produção de *commodities* na região, em especial da soja. A figura abaixo, em um intervalo de dez anos, mostra como ocorre esta expansão, em particular destaque para os anos consecutivos à crise, no mapa que se refere ao ano de 2015 (figura 12).

**FIGURA 12 - Área plantada com soja por microrregião (2015).
(destaque para a região do MATOPIBA)**



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. Elaboração: (NIEDERLE E WESZ Jr., 2018).

Na figura 12 podemos observar a intensa expansão da produção da soja sobre o Cerrado brasileiro, em especial a parte destacada em vermelho, o MATOPIBA, que logo no advento da crise de 2008, foi base material da realização de capitais que migraram para as terras mais baratas. Podemos então observar o vetor de expansão que além das áreas de cerrado como o Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso direcionam-se também em novas áreas, especialmente no MATOPIBA. Assim, compreendemos que as transformações da fronteira agrícola na região são parte das transformações imanentes das saídas à crise geral que ocorria em 2008, cujo ajuste espacial, proposto por Harvey (2005), nos ajuda a compreender.

No MATOPIBA, assistimos ao que chamamos de um processo de territorialização do capital que segundo, Pereira e Pauli (2019), não são homogêneos e além de se diferenciar nas incorporações pelas empresas em nível local também se diferem em tempo. Como falamos anteriormente, o oeste baiano a exemplo, região onde o agronegócio se encontra consolidado desde os anos de 1980, corresponde atualmente a uma das maiores produtoras de soja e algodão do Brasil, o que não observamos para o estado do Tocantins, onde o processo se mostra bem mais recente. E quando falamos do

Piauí e do Maranhão, entretanto, vemos um processo de incorporação ao mercado de terras com a ocupação do cerrado por volta dos anos de 1990 (Pereira e Pauli, 2019).

O que notamos de diferença para os períodos mais recentes, a partir da intensificação marcada pelas repercussões de 2008, é o que Pereira e Pauli (2019), chamam de reorientação do interesse para atender as dinâmicas do capital internacional em um contexto de crise, especialmente na transformação da terra em ativo financeiro e não mais apenas numa perspectiva de fazer parte de um mercado de terras. Segundo Pereira e Pauli (2019), existiam até 2018 36 empresas internacionais diretamente atuando nos investimentos em terras na região do MATOPIBA (tabela 1). O que ressalta o uso do território por essas empresas desde a produção de *commodities*, até o mercado de terras meramente especulativo.

Neste contexto, a partir de 2008-2010 observarmos no MATOPIBA um fenômeno de expropriação de terras sobre as comunidades rurais. Observamos ainda que a abertura da fronteira agrícola ocorria por meio do desmatamento direto do cerrado nativo nas áreas de chapada para implantação da produção de soja mecanizada, entre outras *commodities* agrícolas. Boechat, Pitta e Toledo (2018), explicam que o capital ali presente tem como seu determinante fundamental capitais a juros transnacionais (do Brasil e de outros países), investidos:

“tanto na produção de soja com alta composição orgânica do capital nas áreas de chapada, quanto investidos na terra como ativo financeiro, em um processo que se auto-re-alimenta” (BOECHAT, PITTA E TOLEDO, 2018:18).

TABELA 1- Empresas com presença de capital estrangeiro no MATOPIBA 2018.

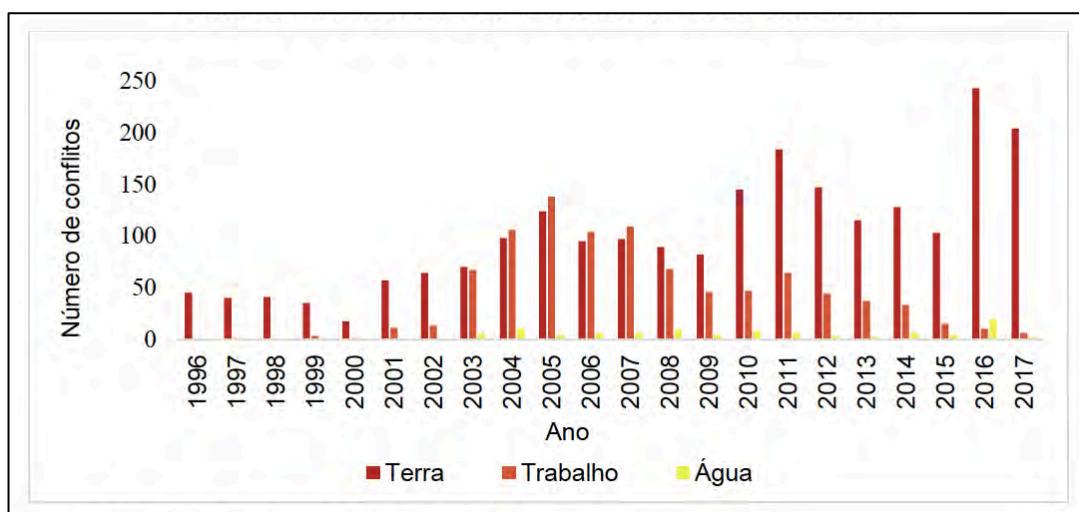
Empresa	Empresas/ Fundos	Localização (UF)	Capital	Uso do território
Adecogro S.A.*	N.I.	BA/TO	EUA	Commodities Flexíveis
ADM do Brasil Ltda.	N.I.	TO	EUA	Comercialização/Logística
Agrex do Brasil S.A.	Los Grobo/ Mitsubishi Co. Mitsui&Co/ Multigrain/SLC Agrícola	BA/PI/TO	Argentina/Japão	Commodities Flexíveis
Agricola Xingu	Multigrain/SLC Agrícola	BA/MA	Japão	Algodão
Agropecuária Arakatu Ltda.	Grop Arakatu Ltda.	BA	Japão	Commodities Flexíveis
Amaggi & LD Commodities S.A.	LDC/Grupo Amaggi	MA/PI/TO	Brasil/França	Logística
BrasilAgro**	Cresud/JP Morgan Whitefriars Inc.	BA/MA/PI	Argentina/Brasil	Pecuária; Commodities Flexíveis
Brazil Iowa Farms	Cargill	BA	EUA	Commodities Flexíveis
Bunge*	DuPont/The Soiae Company	BA/MA/PI/TO	Holanda	Commodities Flexíveis
CalyxAgro*	LDC	BA	EUA/França	Mercado de terra
Cantagalo General Grains*	Coteminas/Grupo Wembley/Agrícola Estreito S.A./Mitsui&Co/ GFN Agrícola e Participações S.A.; Sojitz	PI/TO	Brasil/EUA/Reino Unido	Commodities Flexíveis
Cargill*	Black River Asset Management	BA/MA/PI/TO	EUA	Commodities Flexíveis/Logística
Chongqing Grains Grup	N.I.	BA	China	Commodities Flexíveis
CHS	Multigrain/Mitsui/ PMG Trading	MA/PI/TO	EUA/Japão/Brasil	Commodities Flexíveis
COFCO Agri	Noble Brasil S.A./Chinatex	BA	China	Commodities Flexíveis
Crossroads Agropecuária do Brasil	N.I.	BA	EUA	Commodities Flexíveis
DuPont Pionner S.A.	DuPont	TO	EUA	Sementes
ED&F Man Brasil S.A.	ED&F Man Netherlands BV	BA	Paises Baixos	Café
Enel Green Power	N.I.	BA/PI	Itália	Energia Solar
Genagro Produtos e Serviços Agropecuários Ltda.	Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda./Agrifirma Brasil Agropecuária (ABA)/Lorde Rostchild/Jim Slater/Hugh Sloane/BRZ Investimentos	BA	EUA	Commodities Flexíveis
Grupo Espírito Santo	Deutsche Investitions (Fund DEG)	TO	Portugal	Commodities Flexíveis
Insolo Agroindustrial**	IPA Investimentos e Participações Agrícolas Ltda./Harvard Endowment Fund	MA/PI/TO	Brasil	Algodão/Commodities Flexíveis
International Papel Ltda.	N.I.	TO	EUA	Monocultivo de árvores
Kobra Agrícola	N.I.	BA	Paises Baixos	Commodities Flexíveis
Louis Dreyfus Company	CalyxAgro	BA/MA	França	Logística
Maeda*	N.I.	BA	Japão	Algodão/Commodities Flexíveis
Mitsubishi	Agrex do Brasil S.A.	BA	Japão	Commodities Flexíveis
Mitsui&Co	SLC Agrícola/ Cantagalo General Grains/ Agrex do Brasil S.A.	BA/MA/PI	Japão	Café/ Commodities Flexíveis
Monsanto*	Bayer	BA/MA/TO	EUA	Sementes
MSU Agro*	N.I.	BA	Argentina	Commodities Flexíveis
Multigrain S.A.*	Agricola Xingu	BA/MA/TO	EUA e Japão;	Commodities Flexíveis
Radar**	Cosan/Raizen/ TIAA-Cref	BA/MA/PI	Brasil	Mercado de terras
SLC Agrícola**	Mitsui&Co/SLC LandCo./Crediti Suisse	BA/MA/PI	Brasil	Commodities Flexíveis/Mercado de terras
Sodrugestvo trading S.A.	N.I.	TO	Luxemburgo	Armazenagem/Logística
Sojitz do Brasil S.A.	N.I.	PI	Japão	N.I.
Sollus Capital	Ceagro/Agrícola Xingu/Adecoagro/ Agroinvest/Calyx Agro/Grupo Colorado	BA/MA/PI/TO	Argentina	Mercado de terras
Tiba Agro	Vision Brazil Investments	BA/PI	EUA	Mercado de terras

Fonte: DATALUTA; Org. PEREIRA, L. I. 2018.

Segundo Pereira e Pauli (2019), a intensificação dos conflitos territoriais na região do MATOPIBA estão atrelados ao aumento da territorialização dos investimentos diretos em terra, onde o agronegócio se territorializa destruindo o cerrado e os povos que vivem neste bioma, como podemos ver na figura 13, que evidencia o aumento exponencial dos conflitos envolvendo terra (ocupações, retomadas, acampamentos e ações de desterritorialização), trabalho (trabalho análogo à escravidão e super exploração) e água.

O ápice foi no ano de 2016, no qual foram registrados 243 conflitos por terra, 19 por água e dez de cunho trabalhista. Em 2017 este número apresentou uma pequena queda – 204 por terra, seis por água e dois por trabalho – contudo apresenta intensificação em algumas áreas, como o caso do Piauí, onde em 2017 do total de 22 conflitos por terra registrado em todo o estado, 19 ocorreram somente em municípios que estão inseridos no MATOPIBA, evidenciando que o processo de expansão da fronteira agrícola para a região do MATOPIBA através do capital estrangeiro e financeiro resulta no acirramento de conflitos territoriais, ou seja, em uma disputa entre distintos modelos de desenvolvimento (PEREIRA E PAULI, 2019).

FIGURA 13 – MATOPIBA – Número de conflitos de 1996 a 2017.



Fonte: CPT, 2017, elaborado por Pereira, 2019.

A produção desta região está diretamente vinculada com o que vimos acontecer em 2008 com empresas como a Radar S/A, SLC LandCo., BrasilAgro S/A, Insolo Agropecuária, Vision Investimentos, criadas como resultado da fusão de grandes monopólios do agronegócio brasileiro com capitais financeiros transnacionais a fim de investirem estritamente no negócio com terras como também incrementarem sua

produção. Nessa porção do país que, vem sofrendo o ajuste espacial (HARVEY, 2005) do grande capital, criando uma nova região, reconhecida inclusive pelo Estado Brasileiro, o MATOPIBA, comporta a produção acima de 20 e 30 mil hectares de áreas contínuas e verdadeiras empresas rurais que foram se formando. Empresas, de capital internacional, atuam com a estratégia na aquisição de terras “brutas” e na venda dessas propriedades depois de convertidas em áreas agrícolas desenvolvidas. Nesse sentido, as empresas investem em um processo de transformação das áreas. A transformação das áreas ou “criação de novas”, é o reflexo do ajuste espacial à escala local promovida pelo capital internacional, que demanda um novo meio técnico e informacional com um novo sistema de ações para consolidar uma nova base produtiva com fluidez e velocidade capaz de dar sentido a reprodução do capital (Harvey, 2005).

Para nós, é importante destacar que esse processo se dá em uma espécie de sobreposição territorial a outras formas e modos de vida e relação com a natureza e propriedades e usos, individuais e coletivos, da terra e dos recursos. Sendo, em algum momento, completamente escamoteadas em nome de um grande projeto de aumento e expansão da fronteira agrícola. Para Harvey (2013), a geografia histórica da acumulação do capital mostra que esse sistema sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. E se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira. (HARVEY, 2013:119).

Toda esta extensão de terras cuja ocupação tradicional era de uso comum, e vai ser inserida em uma dinâmica que constrói entre outros movimentos a narrativa da disponibilização do território. Frederico e Almeida (2019), destacam que todos os tipos de terras (cerrados, pastagens e agrícolas) da região tiveram forte precificação. Avaliando os dados FNP de 2015, informam que para as áreas, com cobertura de vegetação nativa – a terra que teve a maior precificação foi no Piauí, onde o preço médio do hectare passou de R\$ 76,00 para R\$ 496,00, uma alta de 548%. Na Bahia, Oeste, o aumento foi de 270%. Mas ao considerar as terras agrícolas destinadas a produção de grão o maior aumento ocorreu em Tocantins (Porto Nacional) quando o preço da terra aumentou 252%, saltando de R\$ 2.893,00 para R\$ 10.183,00. (Frederico e Almeida, 2019). Mesmo demonstrando um considerável aumento no preço da terra para a região, é importante considerar que são “baratas” quando compradas com os preços médios das regiões produtoras do Sul e Sudeste.

Os autores também destacam que a precificação é ainda maior se considerarmos a diferença entre terras brutas (com cobertura vegetal) e áreas já transformadas (com produção agrícola). No ano de 2015 a diferença de preço entre uma área bruta de Cerrado e uma área altamente produtiva de grãos variava de mil a 16 mil reais o preço do hectare. Para eles as aquisições de terras brutas e a transformação em terras produtivas, por meio da introdução e uso de modernos insumos químicos, biológicos e mecânicos, permite ampla capitalização da empresa, pela captura da renda da terra (FREDERICO E ALMEIDA, 2019:17). Baseados em Harvey (2005), os autores se referem a que a aquisição de terras brutas, além de aumentar o patrimônio da empresa, permite sua capitalização, com contração de empréstimo junto ao Estado e instituições financeiras, assim como atraem novos investidores.

A criação de uma mercado dinâmico de terras traduzido no avanço da fronteira no MATOPIBA com a presença forte de capitais financeiros especulativos através de empresas subsidiárias na região, dentre outros mecanismos de articulação público-privado nos territórios, delineia o que chamamos de uma dinâmica de disponibilização socioespacial baseada na expansão territorial que através de variadas estratégias como compra de debêntures conversíveis em ações; aquisição de ações preferenciais, sem poder de voto; cessão de direito de superfície; e compra de empresas agrícolas proprietárias de terras transformam os territórios em múltiplas dimensões e escalas.

No MATOPIBA cabe destacar que este processo ocorre sobre territórios que tradicionalmente são ocupados por diversas populações e, do ponto de vista da natureza fundiária, são, em sua maioria, terras devolutas, isto é, não incorporadas ao domínio privado e sem destinação pelo poder público. A situação, é que na maioria das vezes, os próprios estados federativos, responsáveis pela regularização fundiária de seus territórios, não possuem informações precisas sobre a extensão, localização e limites das terras devolutas. Abrindo espaço para uma dinâmica intensa de agentes variados na apropriação e negociação, inclusive fraudulenta, das terras, ocasionando a transferência ilegal de terras públicas para o domínio privado, envolvendo, mais uma vez um conjunto de estratégias, dentre elas a expulsão das populações, transformando radicalmente os regimes de propriedade, acesso e posse da terra e dos territórios.

Em síntese, a reflexão do ajuste espacial no MATOPIBA pode ser vista em três escalas: a) em escala nacional, nas alterações nos regimes de propriedade marcadas pela forte atuação do Estado, legislando com seus mecanismos de simplificação jurídico-normativa podendo apontar, de certa forma, para uma mudança ou parcial transformação

na função da propriedade das terras; b) em escala regional, os vários processos de expropriação de terras; c) em escala territorial, com o acirramento dos conflitos e tensões gerados a partir da desorganização das ordens sociais, da desintegração dos contratos sociais e da perda acelerada dos direitos territoriais (a precarização territorial).

Por fim, destacamos que a porção de cerrado que está em conflito de sobreposição territorial à região do MATOPIBA tem um significado muito distinto para cada um dos agentes que buscam ali a realização de seu sustento e de seus interesses. Para as comunidades tradicionais, assim chamadas por seu modo de vida, cultura e trabalho específicos, o Cerrado representa condição de sua própria reprodução.

O cerrado, para cada um dos atores ali presentes, possui sentidos distintos e, assim como sentidos, usos bastante diferentes e, também, divergentes. Este bioma, é ocupado há muitos séculos, por diversas comunidades tradicionais que se reproduzem de forma ampla, tanto territorialmente quanto culturalmente, com modos de vida complexos ligados diretamente ao funcionamento sistêmico do bioma que representa, portanto, a condição para suas reproduções enquanto forma de viver (AB'SABER, 2003).

Muitas são as narrativas e compreensões deste bioma. Desde a perspectiva desenvolvimentista que traz com bastante força a partir dos anos de 1980 um olhar de área “vazia, disponível” e favorável para o avanço da agricultura mecanizada e industrializada, até uma versão mais sensível e recente, reação ao forte processo de desmatamento do cerrado, que traz a dimensão dos povos que tradicionalmente vivem neste bioma, assim como as características ecológicas do mesmo em interação com os modos de vida em suas diversidades. Este último, coloca perspectivas muito centrais para pensar o futuro do cerrado brasileiro, definindo-o como “berço das águas” pois é a região que abriga os três maiores aquíferos que abastecem o país, como já destacado por nós anteriormente, Guarani, Bambuí e Urucuia²⁸.

Segundo dados levantados pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, o bioma abriga uma diversidade de povos e comunidades tradicionais que, segundo seus dados, estão na região há mais de 12 mil anos: “mais de 80 etnias indígenas – Xavantes, Kraô-Kanelá, Tapuias, Guarani Kaiowá, Terena, Xacriabás, Apinajé – pescadores, ribeirinhos, quilombolas, quebradeira de coco babaçu, fundo e fecho de pasto, retireiros do Araguaia, vazanteiros, agricultores familiares, geraizeiros, sertanejos, barranqueiros,

²⁸ Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Disponível em: [Campanha Nacional em Defesa do Cerrado \(campanhacerrado.org.br\)](http://campanhacerrado.org.br). Acesso em: 21.11.2021.

acampados, assentados entre outros”²⁹. Vale destacar que estes povos e comunidades tradicionais em suas práticas cotidianas de manejo das águas, das florestas e da terra imprimiram ali formas de usos da terra e do território bastante distintas das que vemos praticadas pelo agronegócio especulativo atrelado ao mercado financeiro.

Desta maneira foram acionados os mecanismos que, apesar da menor oferta de infraestrutura, têm papel no potencial de ganho com a valorização da terra naquela região, agora inserida no processo de acumulação. A diferença dos valores da terra nas diversas regiões é dada também pelo preço recebido pelo produtor – dado que refletem a renda obtida pela terra – devido à distância em relação aos principais centros consumidores. Entretanto, algumas empresas acreditam que a proximidade com a área produtora traz vantagens competitivas de localização, o que permite reduzir custos de transporte de cargas entre a planta industrial e a zona de cultivo, mesmo havendo problemas no transporte do produto para o resto do país.

A inovação tecnológica também foi um fator de elevada importância neste cenário, visto que o menor preço da terra também está associado ao contínuo aumento do estoque de terra “boas”, por meio da conversão de terras agricultáveis de qualidade inferior e de terras ainda não cultivadas pelos grãos. A produtividade agrícola é apontada como fator de extrema relevância na valorização das áreas de fronteira, e uma das principais atratividades dessas regiões, dado que esses ganhos estão relacionados ao potencial ainda não esgotado de modernização agrícola da região, e não apenas à expansão horizontal, caracterizada pelo aumento da área de cultivo. O aumento da produtividade – que possibilita ganhos de rentabilidade – atrai não somente agricultores, como grandes indústrias para a região do cerrado.

A produção dessas novas áreas no país abre a fronteira agrícola do MATOPIBA. Em sua forma atual, são verdadeiros territórios corporativos de grande escala que se caracterizam pela concentração, centralização e intensidade espaço-temporal de investimentos, provocando processos de grandes rupturas, mudanças e reestruturação socioespacial e ambiental na escala local e regional.

A constituição desses processos de territorialização de grandes projetos de acumulação do capital tem tido como marca a expropriação através da violência, a desterritorialização compulsória e a precarização territorial das populações onde esses grandes vetores de expansão se realizam. A territorialização do agronegócio só é possível

²⁹ Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. Disponível em: [Campanha Nacional em Defesa do Cerrado \(campanhacerrado.org.br\)](http://campanhacerrado.org.br) Acesso em: 21.11.2021.

à medida em que este avança sobre outros territórios, como as terras camponesas e os territórios tradicionalmente ocupados, as florestas etc. Pois são essas as terras consideráveis disponíveis no país e no mundo.

Para nós este processo gera tendências que modificam as relações de investimentos e usos da terra como ativo imobiliário e também financeiro, imprimindo as seguintes dinâmicas: expansão e diversificação de capitais na incorporação de terras criando “novas regiões de expansão e mercados de terras”; dinâmica no Estado que vai operar na construção das garantias de segurança e legitimidade das transações comerciais e financeiras; mecanismos de aquisição que provocam em nível territorial alterações diretas e indiretas nos usos das terras e dos recursos, apontando para novos regimes de usos da propriedade nos territórios; e os território padrões de conflito exemplificados em sistemáticos despejos, cessão irregular de terras, cercamentos de acessos públicos e terras de usos coletivo, entre outros conflitos.

Essa fase mais recente, com o aumento das exportações de produtos primários em detrimento das de produtos processados, como é o caso da soja (principal *commodity* agrícola de exportação) e a menor atuação do Estado como principal regulador da agricultura, juntamente com a “desregulamentação” dos mercados e a maior abertura comercial, observa-se uma maior internacionalização dos circuitos espaciais produtivos agrícolas, cuja produção tem uma referência mundial - sobretudo por meio da especialização na produção de *commodities* -, regulada pelas grandes corporações e refém das oscilações das cotações das principais bolsas de valores.

A centralização do capital aliada à descentralização das operações produtivas, comerciais e financeiras, reorganizam a economia e a geopolítica do mundo. Neste contexto, os grupos multinacionais e transnacionais ganham força, introduzindo novas formas de gestão e de controle do trabalho, da produção e dos mercados. No Brasil isto pode ser visto quando se verificam formas de articulação diversas entre os grupos industriais, comerciais e financeiros, tais como: aquisições, fusões, parcerias, consórcios etc. Onde a concorrência mundial passa a afetar as empresas, quer no âmbito local, nacional, regional ou internacional. A partir desses três níveis é tecida mundialmente a geopolítica de integração financeira e produtiva dos grupos do capital financeiro.

Neste cenário, processos interativos entre empresas, grupos e governos fundam-se na inovação e na competitividade, na cooperação e na concorrência. Vê-se ainda, dentro desta perspectiva, que os grandes grupos são os principais responsáveis pela estreita vinculação que se verifica atualmente entre os setores produtivos e financeiros no

Brasil. Em outras palavras, passam a modelar cada vez mais a produção e o consumo em grande escala. Em síntese, o fenômeno recente de investimentos em terras apresenta-se de formas bastante distintas e com justificativas igualmente específicas. Para nós, contudo, esse processo deve ser analisado com o importante marco da crise de 2008 e em escala global, sem deixar de atentar para as especificidades territoriais e locais que cada dinâmica desta pode gerar. Este processo gera para nós o que chamamos de dinâmicas de disponibilização da terra e do território.

Em acordo com Levien (2014) este processo incide em usos da terra para a acumulação de capital, provocando novos regimes de organização da terra, sejam econômicos, sejam territoriais. Em suas reflexões o ponto mais importante que vamos observar é como a crise é o ponto crítico que vai redefinir o “gerenciamento” das terras no mundo, criando especificidades nos usos e formas de propriedade privada da terra em cada território.

Cabe ainda destacar que consideramos a insegurança da propriedade da terra no Brasil como um caso que antecede em muito a crise de 2008. Sendo sequer possível datar com precisão tais problemas. Inúmeros pesquisadores, juristas, agências entre outros, tratam a questão da propriedade, da posse e da regularização fundiária no Brasil como algo que vem de sua própria construção e institucionalização como território nacional, tendo em sua gênese um mecanismo territorial de ocupação que jamais superou as superposições normativas e locais que remetem a um verdadeiro “caos fundiário”. Podemos notar que este caos tem características próprias e que uma das principais é, para nós, o entendimento da (des)organização fundiária do país tendo a propriedade de domínio privado que se deu num processo de domínio do patrimônio público, das terras públicas. De acordo com Lima e Nóbrega (2017), o mercado de terras no Brasil se constrói em conjunto com a grilagem como mecanismo fundamental na composição do Estado.

A esse respeito podemos também citar Holston (1993) em seu artigo “legalizando o ilegal”:

“(...) a lei brasileira produz regularmente, nos conflitos de terra, procedimentos e confusão irresolvíveis; que essa irresolução jurídico-burocrática às vezes dá início a soluções extrajudiciais; e que essas imposições políticas, inevitavelmente, terminam por legalizar algum tipo de

usurpação. Em suma, a lei de terra no Brasil promove conflito, e não soluções, porque estabelece os termos através dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente. É, por isso, um instrumento de desordem calculada, através do qual práticas ilegais produzem lei, e soluções extralegais são introduzidas clandestinamente no processo judicial. Nesse contexto repleto de paradoxos, a lei é um instrumento de manipulação, complicação, estratagema e violência, através do qual todas as partes envolvidas - dominadoras ou subalternas, o público e o privado - fazem valer seus interesses. A lei define, portanto, uma arena de conflito na qual as distinções entre o legal e o ilegal são temporárias e sua relação é instável”.

(HOLSTON, 1993:7)

O processo de acumulação e, por sua vez, da sua necessária expansão, pode sempre provocar como efeitos desequilíbrios entre setores e regiões. Quando estes desequilíbrios se tornam muito acirrados e distribuídos em escala global, assistimos sempre a seus fenômenos de crises e corridas globais de saídas. Nestes contextos, o acesso a insumos mais baratos (terras, matérias-primas, insumos intermediários) é fundamental como forma de oportunidade lucrativa. Assim, na lógica territorial capitalista de sua expansão os territórios precisam ser continuamente abertos. Podemos dizer que a pilhagem, a destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água), aponta para o que Harvey chama de uma nova onda de “expropriação de terras comuns” (HARVEY, 2013:123). É claro que esta forma de acumulação em suas várias vertentes não é exclusividade do MATOPIBA, muito menos dos tempos atuais. O processo de expansão do neoliberalismo em escala mundial projetou para o mundo várias formas de expropriação.

Em verdade temos um mercado de terras de proporção global, em que vemos, enfim, a constituição de dinâmicas socioespaciais de expropriação do território e apropriação de terras, e recursos, assumindo formas, territoriais, jurídicas e normativas diversas, legais e ilegais, formando verdadeiros territórios corporativos no país, onde seu

controle e acesso são totalmente mediados pelos seus atos desapropriatórios, coroados pelos legislativos, assumindo como forma dominante a expropriação.

Devemos, assim, considerar que estamos falando de um controle de terra no MATOPIBA que deve ser visto como um fenômeno multidimensional e, utilizando as aproximações de Frederico e Almeida (2019), “multi-escalar” que envolve temporalidades conflitantes, divergentes e hierarquizadas no espaço. São os distintos usos das terras para os quais havíamos chamado atenção anteriormente. Os conflitos que só aumentam no MATOPIBA ocorrem entre atores que atuam desde escalas distintas: agentes ligados a redes globais de capital financeiro até atores locais como tabeliões, grileiros e, claro, as comunidades tradicionais, posseiros, agricultores, extrativistas e tantos outros. E devemos ainda considerar o importante papel intermediário do Estado na criação de normas, leis, implementação de infraestrutura, políticas de crédito, dentre outros (FREDERICO E ALMEIDA, 2019).

Por fim, devemos ainda salientar que entendemos por controle de terras no MATOPIBA o poder que controla a terra e o recursos a ela associado para a obtenção de benefícios próprios, incluindo aqui o controle da propriedade ou outras formas de exercício do poder através do controle do território, cerceando acessos e impondo regras de uso e deslocamento no mesmo. Borras (2012), nos ajuda nesta compreensão quando nos permite através desta definição de poder no controle da terra e de seus recursos associados analisar o que chamamos de transformações nos usos da terra, atribuindo-a através das dinâmicas de disponibilização socioespacial que se materializa a partir do *boom* de investimentos diretos em terras desde 2008.

Ao analisarmos os dados de relatório técnico de pesquisa³⁰: “Expansão do “Agronegócio”, Estrangeirização de Terras e Ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro, de 2022”, encontramos um conjunto significativo de investidores envolvidos nos negócios rurais. Isso porque um mesmo empreendimento pode ser controlado por mais de um tipo de investidor. Segundo informações, são encontrados segundo capital investidor e controlador as seguintes tipologias: Administradora de ativos ou fundos, Companhia privada, Conglomerado, Cooperativa, Corporação, *Endowment*, Fundo de Hedge, Fundo de Investimento, Fundo

³⁰ LEITE, S. P. (org). Expansão do “Agronegócio”, Estrangeirização de Terras e Ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro. [Edital Universal/CNPq/2016]. Relatório Técnico-Científico Final. CPDA/UFRRJ. 2022.

de Investimento Florestal, Fundo de Investimento Imobiliário, Fundo de Pensão, Fundo de *Private Equity*, Fundo Soberano, Gestora agropecuária, Grupo, *Holding*, Multinacional, Pessoa física, Pessoa física estrangeira, Subsidiária de companhia/fundo/grupo estrangeira. Essas tipologias nos ajudam a observar a diversidade de agentes neste processo, em especial, os do mundo das finanças, com predominância das administradoras de ativos ou fundos, sujeitos aos interesses, pressões e lógicas financeiras (LEITE, S. P. (org), 2022).

Ao observarmos ainda nos mesmo relatório os países de origem desses investidores, vemos uma variada perspectiva global de agentes: EUA, Brasil, Japão, França, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Canadá, Itália, Alemanha, China, Ilhas Virgens Britânicas, Espanha, Suíça, Uruguai, Argentina, Noruega, Índia, Chile, Luxemburgo, Nova Zelândia, Paraguai, Jersey, Panamá, África do Sul, Anguilla, Austrália, Bélgica, Cingapura, Coréia do Sul, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Ilhas Bahamas, Ilhas Maurício, Indonésia/Singapura, Israel, Marrocos, Catar, República Tcheca, Singapura, Suécia e Finlândia.

Segundo o relatório, considerando suas bases de dados, é possível chegar a uma ordem de 9.194.527,31 hectares sob controle de investidores de fora do país (nas várias tipologias apresentadas). Esses números nos alertam para a abrangência territorial deste fenômeno, a multiplicidade de setores, a diversidade de origem do capital estrangeiro e a criatividade de métodos e caminhos utilizados para controlarem terras (LEITE, S. P. (org), 2022).

Como já apontado, assistimos desde a crise de 2008 a uma significativa ampliação da atuação desses agentes em regiões estratégicas, como o MATOPIBA que ocorre de maneira concomitante à expansão do agronegócio brasileiro

Assim, queremos dizer, no MATOPIBA a presença dos investimentos, das empresas, antes de sua chegada até a implementação desorganiza as relações socioespaciais, dando espaço a um novo uso do mesmo, a partir da forte intermediação do novo agente com suas práticas de sentidos conflitantes de uso da terra e seus recursos daqueles que tradicionalmente a ocupavam. Se reorganizam as relações de poder e domínio sobre o território, provocando conflitos pelo seu controle. A exemplo desta desorganização citamos Frederico e Almeida (2019):

[...] as decisões dos financeiros internacionais em investir em terras possuem um impacto mundial, alterando normas, preços, usos e relações políticas atreladas ao mercado fundiário em diferentes regiões e países. O mesmo não ocorre quando pequenos produtores ou associações reivindicam a posse e o uso da terra. Na maioria das vezes, estas ações possuem uma dimensão apenas local ou regional. Já a escala de realização, ou impacto, tem a ver com a área de ocorrência, isto é, de extensão dos eventos. Contudo, estes não ocorrem sobre um espaço liso, inerte. Os novos eventos sempre entram em relação com as variáveis pré-existentes no lugar ou região. Por exemplo, mesmo que grandes investidores anseiem investir no mercado fundiário, o acesso à terra somente é possível a partir de negociações nas escalas nacional e, principalmente, do lugar. Uma série de acordos e transações precisam ser estabelecidos e normas seguidas ou burladas para que se concretize o controle de terras. Na escala de realização, há uma sobreposição [...]

(FREDERICO E ALMEIDA, 2019:35)

Dentre as práticas desta sobreposição territorial estão: a privatização das terras, a expulsão violenta de populações camponesas, a conversão das várias formas de direito e o acesso à terra em direitos exclusivos de propriedade privada, entre outras. A esse respeito, na aquisição de terras no Brasil, assistimos à sua facilitação legislada pelos poderes executivo e legislativo na promoção da regularização fundiária desses projetos. Ou seja, legitimação e regularização das terras expropriadas, ou griladas, para se usar os termos mais recorrentes na história fundiária brasileira. A constituição desses processos de territorialização de grandes projetos de acumulação do capital tem tido como marca a expropriação através da violência, a desterritorialização compulsória e a precarização territorial das populações onde esses grandes vetores de expansão se realizam.

Em síntese, para nós, temos três pontos fundamentais de análise e reflexão: a crise de 2008; os vários processos de grilagem e controle fundiário; e a consequência dos dois

pontos anteriores, as alterações nos regimes propriedade marcadas pela forte atuação do Estado com seus mecanismos de simplificação jurídico-normativa podendo apontar, de certa forma, para uma mudança ou parcial transformação na função da propriedade da terra. Assim, indicamos por ora que este processo pode gerar tendências que modifiquem as relações de investimentos e usos da terra como ativo imobiliário e também financeiro, imprimindo as seguintes dinâmicas: expansão e diversificação de capitais na incorporação de terras criando “novas regiões de expansão e mercados de terras”; projeta dinâmica no Estado que vai operar na construção das garantias de segurança e legitimidade das transações comerciais e financeiras; mecanismos de aquisição que provocam em nível territorial alterações diretas e indiretas nos usos das terras e dos recursos, apontando para novos regimes de usos da propriedade nos territórios; e imprimem nos território padrões de conflito exemplificados em sistemáticos despejos, cessão irregular de terras, cercamentos de acessos públicos e terras de usos coletivo entre outros conflitos.

Vemos o desdobramento de novas dinâmicas socioespaciais engendradas em cidades como Balsas (Maranhão), Uruçuí (Piauí) e Pedro Afonso (Tocantins), que têm no processo de territorialização do agronegócio a materialidade de um conjunto de forças em articulação, através de um capital de base monopolista, dentre elas empresas transnacionais, empresas nacionais, empresas nacionais subsidiárias de empresas transnacionais e o Estado. Notadamente, é no espaço do território nacional que visualizamos a grande concentração da produção de grãos em larga escala. A cana e soja são, na verdade, os grandes responsáveis por esse novo incremento nesta área do estado, antes vista como improdutiva por alguns especialistas e hoje compreendida com outros olhos, principalmente em razão das políticas públicas e pela presença das grandes multinacionais, como a Bunge em Pedro Afonso (TO), que acabou se instalando na área.

Entende-se que a problemática que envolve a região do MATOPIBA em função de vários projetos e negócios ligados à agroindústria gera inúmeros impactos. Vimos que o processo de financeirização das terras do cerrado que surge em meio ao movimento global de demanda por terras, vinculado à crise financeira de 2008, cujas causas levou os investidores públicos e privados a buscar alternativas de investimento, sendo uma das causas dos investimentos especulativos.

Nesta dinâmica assistimos, o que Pereira (2020), chamou de “narrativas de escassez” que a partir das crises de 2008 e se tornaram a preocupação central de diversos setores, incluindo o financeiro e agroalimentar. Para ela, essas narrativas de escassez são

acompanhadas de outras narrativas, tais como: os limites da natureza em suportar as taxas de crescimento populacional e da exploração de recursos; a abundância e consequente “subutilização” de recursos (incluindo a terra) em certos continentes e regiões do globo; e a solução é o investimento em tecnologias de manejo de recursos (PEREIRA, 2020). Vários destes discursos vão estar em relatórios, inclusive consultados para este trabalho, como o do Banco Mundial de 2011, que vão construindo bases para justificar ações para aproveitar os recursos considerados “disponíveis”.

Desta maneira, corroborando as propostas de Pereira (2020), vamos considerar que essas narrativas de escassez e as de saídas, vão tanto descrever a situação quanto promover uma justificativa para as mudanças no acesso e controle dos recursos, de maneira a realocar escassez entre regiões e populações. Isso quer dizer, transferir as necessidades para outros locais e povos. Cabe destacar que essas realocações não são feitas, ao contrário das narrativas em áreas vazias ou disponíveis, elas não estavam, toda vida, incorporadas na logica do capital financeiro, ao contrário, são terras de uso comum e de propriedade coletiva (PEREIRA, 2020).

Ademais, este processo vai desencadear uma forte escassez em outros territórios, promovendo a concentração fundiária e gerando ou acirrando conflitos de várias ordens, onde agentes, na busca de garantia de acumulação de capital em tempos de crise por meio da especulação com a terra, ocasionam um conjunto de transformações no MATOPIBA.

Os exemplos dos casos citados da TIAA-CREF e da Sollus Capital³¹ no MATOPIBA, podemos nos apoiar na compreensão de como as saídas as crises de 2008, sustentada na captação de capitais de recursos para investimentos em terras gerou um conjunto de impactos nos territórios envolvidos. Além, de não ser solução para saída de crises e sim uma alternativa que justifica a incorporação de novas áreas ao capital tendo em vista a manutenção da acumulação.

Castro, Hershaw e Sauer (2017) mostraram que no ano de lançamento do PDA MATOPIBA, 2015, enquanto no Brasil a produção crescia 5%, no MATOPIBA o número era de 20%, representando pouco mais de 10% da produção nacional. Assim o Estado

³¹ Outro caso no coração do MATOPIBA, como em Campos Lindos (TO), cujas transações tinham ligação com a ex-Ministra da Agricultura e senadora do Tocantins, Katia Abreu, assim como seu irmão. Em Campos Lindos também podemos citar a Sollus Capital, que é uma empresa de investimentos em empreendimentos agrícolas, possuindo 6 mil hectares de terras no Tocantins e outros 30 mil hectares em toda região do MATOPIBA e terras na Argentina, Uruguai e Paraguai, bem como negócios na África. A Sollus Capital funciona fora do Brasil em parceria com uma empresa de capitais estadunidense, sediada em Nova York, que é especialista em investimentos em *commodities*. (FREDERICO, 2017).

brasileiro corroborou oferecendo terras e territórios como regiões “abertas para negócios” e portanto, “disponíveis”. Cabe, contudo, destacar que esse espaço não é disponível, como já mostramos anteriormente. Ademais são presentes as contestações que reúnem várias demandas sobre os direitos territoriais das populações do cerrado. Campanhas nacionais como as em Defesa do Cerrado, a Campanha pelo limite da terra no Brasil, dentre outras ações. Esse espaço, porém, tem sido permeado por contestações, que reúnem discurso e disputa a respeito desta demanda global por terras aliada à visão única de alternativa às crises e que se confronta com uma demanda histórica existente no país como o direito das populações do campo e a Reforma Agrária.

Esta disputa de demandas se reafirma também à medida que a demanda por terras favorece o aumento generalizado de preços das terras (CASTRO, HERSHAW, E., SAUER, S, 2017). Aumentando as disputas territoriais, jogando pressão adicional, que agrava o ambiente institucional, em que a grilagem de terras vem sendo sistematicamente facilitada por medidas dos poderes legislativo e executivo para a promoção da regularização fundiária de terras públicas ilegalmente apropriadas (CASTRO, HERSHAW, E., SAUER, S, 2017). Grain, 2020, nos mostra que dos 851 milhões de hectares do país, 53,1 % do território nacional é ocupado por terras públicas, devolutas ou ainda por terras privadas com limitações ao exercício da propriedade, como os territórios quilombolas, por exemplo. Enquanto cerca de 43,8% do território nacional é identificado como imóvel particular, inserido no mercado de terras. Essa configuração no MATOPIBA ocasiona uma forte disputa na privatização das terras públicas, devolutas e dos recursos associados, aumentando radicalmente os conflitos e deteriorando as condições de vida dos povos do Cerrado.

CAPÍTULO 3

A PRODUÇÃO ESPACIAL DO MATOPIBA E AS REPERCUSSÕES NOS REGIMES DE USOS DA TERRA E DO TERRITÓRIO

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apresentou, em 2016, através de relatório³², que o cerrado enquanto bioma foi destino da maior intensificação do desmatamento no Brasil, elevando-se 61,6% entre os anos 2009 e 2019. Esses resultados demonstram o processo de expansão da fronteira agrícola, que tem na sua marca danos profundos às paisagens naturais, se expandindo ano após ano em ritmo acelerado, trazendo a perspectiva do cenário atual de forte degradação ambiental do bioma. Estamos falando do processo que abordamos nos capítulos anteriores, dos movimentos do capital a partir da crise e de como esses movimentos se materializam no espaço geográfico através do ajuste espacial (Harvey, 2005), incidindo no que assistimos no Brasil que foi o crescente interesse sobre a área de fronteira, onde o cerrado tem sido alvo de constante exploração de seus recursos naturais, especialmente os recursos hídricos de ecossistemas locais.

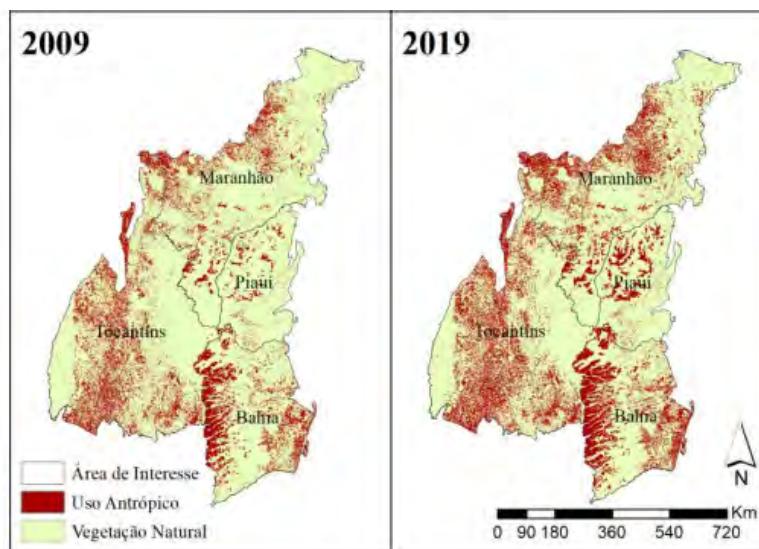
Os dados oferecidos pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros da iniciativa Mapbiomas, alertam para um o cenário atual de degradação e altas taxas de desmatamento no cerrado, localizados em grande parte na região do MATOPIBA. Observando a figura abaixo (figura 14) vemos, uma intensificação significativa no uso da terra em todos os estados da região. Isto significa que, em 10 anos, a conversão do uso da terra manteve-se constante. Além do mais, o avanço do desmatamento na região do MATOPIBA é responsável por mais da metade de área desmatada de todo o bioma.

Esse processo de degradação é resultado da expansão da fronteira, em que o cerrado, circunscrito em MATOPIBA, materializa o ajuste espacial, Harvey (2005), e, por sua vez, as repercuções socioecológicas desta produção do espaço geográfico. Observamos que esse processo no MATOPIBA, precisa de um amplo arcabouço de conversão do seu regime de usos da terra e do território, Levien (2014), onde a

³² CIMI: Matopiba, a destruição do Cerrado. In: Potorantim: em defesa da causa indígena. Ana XXVII. Nº 382 – Brasília/DF. Jan/Fev 2016. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Porantim-382_JanFev-2016.pdf Acesso em: 11.03.2023.

transformação ou supressão da cobertura da terra para outros tipos de uso devido ao avanço da fronteira agrícola é uma das consequências dessas conversões.

FIGURA 14 – Mudança de uso do solo – 2009/2019
(referência MapBiomas – coleção 5.0).



Fonte: MapBiomas Coleção 5.0.

O MATOPIBA tem na sua produção espacial um regime de natureza capitalista, onde os recursos naturais, os modos de vida, as relações entre sociedade e natureza (SANTOS, 2002), são realidade externa ao regime e podem ser substituídas ou simplesmente suprimidas do espaço. As conversões praticadas nas áreas e terras do MATOPIBA, dando cabo das suas transformações do cerrado em propriedade agrícola e lastro de ativos financeiros como bem abordaram Pitta, Mendonça e Boechat (2017), expressam a arquitetura da expropriação da terra, do território, das águas e dos bens comuns no cerrado.

As porções “convertidas” de cerrado no MATOPIBA em áreas demarcadas para a consolidação da fronteira agrícola através da expropriação para negócios com terras produz desigualdades (HARVEY, 2005), incorporando os territórios e os seus recursos associados de forma meramente extrativa (SVAMPA, 2011), afetando os ecossistemas e as populações locais. Estas práticas de produção do espaço confirmam um forte componente de violência cujas consequências promovem homogeneização, fragmentação e precarização dos territórios. A categoria de acumulação por expropriação, proposta por

Harvey (2005), aborda esse mecanismo usado continuamente na história do capitalismo até hoje.

Nas últimas décadas a acumulação por expropriação tem sido um mecanismo privilegiado à escala global, que tem permitido a certos territórios avançar às custas de outros. As empresas transnacionais, os fundos de investimentos, abrigados sob este processo de acumulação e seus mecanismos, aumentam os danos produzidos pela transformação socioespacial, que pesa sobre diferentes grupos sociais considerados suprimíveis, assegurando as condições para a desapropriação e transferência de água, terra e outros recursos associados nos territórios.

Nesta dinâmica produz-se uma alienação territorial (SANTOS, 2002) traduzida na desarticulação da vida local. A diversidade territorial, econômica, ecológica e sociocultural é expropriada ao se instituirem sistemas complexos de produção e regulação de territórios como espaços de acumulação (SANTOS, 2002). É recorrente nas populações afetadas a sensação de estarem privadas não só de bens tangíveis, mas de todo um modo de vida. Essa perda de modos de vida anda de mãos dadas com a perda do território.

Em junho de 2016, a III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, que reuniu mais de seiscentos indígenas e teve como tema “Na defesa dos Direitos Constitucionais dos Povos Indígenas, resistimos e denunciamos os impactos do Matopiba nos territórios tradicionais” (foto 7), foi marcada pela forte presença de jovens lideranças, de nove povos indígenas dos dois estados – Apinajé, Krahô, Xerente, Karajá de Xambioá, Krahô-Kanelá, Kanelá do Tocantins, Avá-Canoeiro e Javaé, de Tocantins; e Tapuia, de Goiás. De um modo geral a assembleia denunciou o MATOPIBA e a proposta do Plano de Desenvolvimento Agrário (PDA) da região, destacando os projetos de infraestrutura que violavam os direitos constitucionais indígenas à época.

Um ano depois, na mesma região, foi a vez dos moradores da cidade de Correntina, oeste da Bahia, onde centenas de moradores da cidade realizaram um protesto na fazenda Higarashi para impedir que dutos sugassem a água do rio Arrojado (principal rio de Correntina) para abastecer projetos do agronegócio. Este rio, fundamental para os modos de vida local, desce do Chapadão dos Geraes por 100 quilômetros até desaguar no rio Corrente para logo adiante encontrar o São Francisco. Foi em defesa das suas águas que, em novembro de 2017, milhares de homens e mulheres denunciaram o processo agressivo de expropriação das águas daquele território (BONFIM, 2019).

FOTO 7 – manifestação na III Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, 2016.



Fonte: CIMI (2016). Crédito de Helen Lopes (2016).

Chegou ao limite do suportável o rebaixamento das águas do rio Arrojado, em Correntina-BA, sem as quais seus ribeirinhos não existem. Apelar às autoridades governamentais de nada adiantou. Daí que, com plena consciência de um Direito Humano fundamental e capacidade de agir por ele, cerca de um mil destes ribeirinhos, em 02 de novembro de 2017, dia de Finados, quebraram e incendiaram as instalações de irrigação agrícola da empresa que lhes sugava o sangue, quer dizer, as águas. Nove dias depois, uma multidão de 12 mil pessoas saiu às ruas da cidade de cerca de 12.600 habitantes (Censo 2010) em apoio àquela ação: “Ninguém vai morrer de sede às margens do Arrojado”. (Comissão Pastoral da Terra/Bahia).

As atuais dinâmicas de acumulação por expropriação geram conflitos graves uma vez que em suas dimensões material e simbólica a sustentabilidade da vida é ameaçada. O conflito em Correntina, município situado no Oeste da Bahia, que remete ao desmatamento no cerrado, que provoca a redução de vazão e mesmo a morte de rios, assim como os conflitos com os territórios tradicionais dos povos indígenas do cerrado, denunciados na assembleia, expõem algumas das consequências da expansão desta expressão do agronegócio no cerrado, especialmente sobre a porção que compõe o MATOPIBA. Este conflito se constitui em alguns dos casos emblemáticos na região relacionados aos conflitos pelas terras e águas. São expressões de denúncias e resistências a esse processo de expropriação de terras e bens comuns que vêm acontecendo no cerrado.

Formado há cerca de 65 milhões de anos, o cerrado constitui o mais antigo e o segundo maior bioma brasileiro, dominando 36% do território nacional, sendo 192,8 milhões de hectares de cerrado contínuo e 114,4 milhões de hectares para as áreas de transição (MAZZETO SILVA, 2009). Essas áreas se encontram nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal. Por seu tamanho e complexidade natural, interage com a Amazônia, o Pantanal, a Caatinga e com a Mata Atlântica, constituindo ecótonos³³ de grande complexidade e diversidade vegetal e animal (BARBOSA, 2008). Abriga diversas fitofisionomias, como os Campos, o Cerradão, Matas, Matas Ciliares, Veredas e Ambientes Alagadiços e o Cerrado propriamente dito. Nele vivem 11.627 espécies vegetais, 250 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes e 150 espécies de anfíbios, segundo levantamento de 2009 (MMA, 2009).

Como dito anteriormente, o relevo do cerrado, em chapadas e baixões, e sua diversificada vegetação nativa têm relação intrínseca com sua riqueza em águas e com a dinâmica de seu ciclo hidrológico, que conta com três grandes aquíferos, importantes tanto para outros biomas do Brasil como para outros países da América do Sul: o Guarani, o Bambuí e o Urucuia. Para Barbosa (2008), os aquíferos são responsáveis pelas nascentes que dão origem à maioria dos rios do cerrado. Sua existência está na dependência das águas precipitadas e de suas captações principalmente pelas vegetações de raízes profundas e de sistemas radiculares complexos (BARBOSA, 2008).

³³ Um ecôтоno é uma região resultante do contato entre dois ou mais biomas fronteiriços. São áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades ecológicas – isto é, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações.

Essas águas transbordam de seu berço nos cerrados para perenizar rios da margem direita da bacia hidrográfica amazônica (Araguaia/Tocantins, Xingu, Madeira e Tapajós), e para as bacias do São Francisco, do Paraná e do Prata, do Parnaíba, do Jequitinhonha e do rio Doce. Ao cerrado estão relacionadas as maiores e preciosas áreas continentais alagadas do planeta, o Pantanal e o Araguaia. As águas do cerrado, como destacamos, vertem para oito das doze regiões hidrográficas brasileiras (ver mapa 7).

Em termos da produção hídrica superficial em nível global, para as regiões Amazônica e Atlântico Norte Ocidental, o cerrado pouco contribui para a vazão gerada, 3,8% e 8,6%, respectivamente. No caso da região Atlântico Leste, essa contribuição já é maior, representando 21% da vazão que é lançada no oceano. Na região do Paraná, responde por quase 50% da vazão total gerada em território brasileiro, enquanto na região Tocantins-Araguaia essa contribuição atinge mais de 60%. Ainda mais relevantes que esses últimos dados são os observados para as regiões do São Francisco, Parnaíba e Paraguai, em que o bioma é responsável, respectivamente, por aproximadamente 94%, 105% e 135% da vazão gerada nessas regiões, o que implica numa forte dependência hidrológica dessas áreas em relação a esse bioma (LIMA, 2011).

Segundo Lima (2011) os valores superiores a 100% são indicativos de que o restante da bacia tem um balanço hídrico deficitário em relação à geração de vazão. Nos casos das regiões do São Francisco e do Parnaíba, isso decorre da baixa produção hídrica, por vezes negativa, de áreas semiáridas. Já em relação à bacia do rio Paraguai, a exposição das águas na superfície das áreas do Pantanal faz com que o volume de água evaporada seja muito grande, o que torna o balanço hídrico negativo. Isso significa que passa mais água do cerrado para o Pantanal do que este último fornece ao rio Paraguai. Para o autor, os dados apresentados corroboram os ditos de que o cerrado é “o berço das águas do Brasil” ou a “grande caixa d’água do Brasil”. Assim sendo, os recursos hídricos do cerrado possuem uma importância que extrapola, em muito, as dimensões do bioma em si, indicando para o equilíbrio do balanço hídrico do continente Sul-Americano.

Ademais, o cerrado é um bioma importante na dilatação de escala temporal para observá-lo no seu significado. A descoberta arqueológica de esqueleto de *homo sapiens sapiens* em Goiás confirma que povos originários vivem nos cerrados há pelo menos 13 mil anos (BARBOSA, 2008), construindo conhecimentos e saberes em estreita relação com os diferentes subsistemas do bioma para sustentar sua reprodução social, como enfatiza:

(...) ninguém vive em uma região, seja ela qual for, se não souber caçar, coletar, pescar e/ou eventualmente agricultar, ou seja, se não for capaz de garantir seu alimento e, assim, de se reproduzir de um modo próprio; ninguém vive numa região se não souber curar-se, ou seja, se não for capaz de desenvolver/inventar uma medicina própria; ninguém vive em uma região se não souber se proteger das intempéries, ou seja, inventar uma arquitetura própria. (...) dito de outro modo, ninguém vive sem conhecimento, sem saber (alimentar-se, curar-se e habitar). O saber está inscrito na vida, no fazer (PORTO-GONÇALVES, 2019:40-41).

MAPA 7 - Representação de áreas contínuas do cerrado em relação as regiões hidrográficas.



Fonte: Elaboração de LIMA, J. E. W. 2011.

Como herdeiros culturais destes primeiros habitantes, o cerrado é hoje habitado por uma ampla diversidade de povos e comunidades tradicionais que “representam a sociodiversidade do bioma e ao mesmo tempo são os guardiões do patrimônio ecológico

e cultural da região” (ACTION AID, RSJDH, 2017:24). São mais de 80 etnias indígenas, com cerca de 44.118 pessoas, distribuídas principalmente em terras do Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SILVA, 2009:51). Como povos e comunidades tradicionais, habitam também os cerrados os quilombolas, descendentes dos povos africanos, sequestrados e trazidos ao Brasil na condição de escravos das sesmarias. Muitos fugiam das senzalas, com estratégias de conhecimento do território, para tentar construir comunidades em que pudessem reconstruir sua identidade e cultura – os quilombos. A Lei de Terras, de 1850, já antecipava barreiras para que, com a abolição da escravatura, eles não pudessem ter acesso à terra e fossem levados a ocupar terras devolutas entre os latifúndios em expansão.

A despeito do imaginário de “vazio, marginal e disponível” construído e difundido em torno do cerrado, especialmente sobre as porções do MATOPIBA, vivem ainda em estreita relação de interdependência com o bioma vários grupos e comunidades tradicionais que compõem o campesinato na região:

(...) os geraizeiros (norte de Minas Gerais), os geraizenses (Gerais de Balsas/MA), retireiros (áreas alagadas do Araguaia/MT); beiradeiros, barranqueiros e vazanteiros das beiras e das ilhas do São Francisco (MG); quebradeiras de coco (Zona dos Cocais/MA, PI e TO), pantaneiros (MT e MS), camponeses dos vãos (sul do Maranhão) e outras denominações mais gerais, como varjeiros e ribeirinhos (ao longo dos rios São Francisco, Grande e Paraná), caipiras (Triângulo Mineiro e São Paulo) e sertanejos (norte de Minas, Bahia, Maranhão e Piauí), bem como as comunidades de fundo e fecho de pasto do oeste da Bahia (SILVA, 2009:53).

Os ricos e diversificados modos de vida destes povos incluem, em geral, viver em terras devolutas nos chamados baixões, com uso comum da terra e do território, onde chega a água das nascentes nas chapadas, possibilitando a pesca e o cultivo de suas roças de mandioca, arroz, milho, feijão, além da criação de galinhas e porcos. As chapadas são utilizadas como terras comuns para a criação de gado, a caça e a extração de frutos e ervas medicinais, também chamadas pela população de “os gerais”. Ou seja, a relação entre as

terras comuns da chapada e a posse nos baixões são o que permite a reprodução dos modos de vida (ALVES, 2006) como falamos anteriormente.

Atualmente o cerrado, enquanto espaço produtivo, é aceleradamente tensionado pela expansão e abertura constante da fronteira agrícola, constituindo-se na maior região brasileira produtora de grãos. O modelo produtivo do agronegócio na região, baseado em extensas áreas de monocultivos, se implanta na conversão das áreas, a partir do desmatamento, destruindo a biodiversidade e comprometendo o ciclo hidrológico; demanda enormes volumes de água, restringindo seus usos pelas comunidades locais; e ainda, entre outras consequências socioecológicas, utiliza intensivamente fertilizantes químicos e agrotóxicos - 602.303.236 de litros de agrotóxicos no ano de 2018, nos cultivos de soja, cana-de-açúcar, milho e algodão - os quais têm implicações na contaminação do ar, do solo e das águas e, muito especialmente, no adoecimento de trabalhadores e moradores (SIDRA-IBGE, 2020).

3.1 A DINÂMICA DE DISPONIBILIZAÇÃO ESPACIAL E O MATOPIBA: TERRAS “MARGINAIS, VAZIAS E DISPONÍVEIS?”

Ao fazer sua reflexão sobre a produção do espaço, Santos (2002), lembra da inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social. Para ele a formação do espaço tem, em sua base, o pressuposto da indissociabilidade entre sociedade e a expansão do capital no espaço, compreendidos como partes de um mesmo todo e a constituir um mesmo objeto de análise: a formação socioespacial. Esta perspectiva está relacionada a concepção de espaço geográfico como território usado, onde para se concretizar requer uma base territorial. Cabe destacar que o espaço geográfico não é sinônimo de território, mas de território usado, este entendido como o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas (SANTOS, 2002). Importa, portanto, não apenas o território em si, mas o uso do território.

Assumindo tal perspectiva, compreender a formação socioespacial de um dado território, ou seja, de sua constituição e sucessivas transformações, implica dar conta tanto das suas formas quanto dos seus conteúdos. Formas e conteúdos podem ser apreendidos

através da análise dos diferentes usos do território, por seus diferentes atores, com suas diferentes intencionalidades.

Mas como definir tais usos? Seguindo a proposta de Santos, a compreensão da dinâmica territorial (a formação socioespacial como território em movimento) requer a análise dos processos que o constituem. Para nós, este processo se expressa na segregação e desapropriação socioespacial produzindo seus efeitos baseando-se, inclusive, em formulações de direitos de propriedade que apagam modos não formais e comunitários pré-existentes de acesso a recursos dos quais dependem as populações.

Desde o século XVII o cerrado e seus povos sofrem e enfrentam a violência do projeto de colonização, inaugurado ali pelos bandeirantes em busca de pedras e metais e de escravizados em fuga. Subordinado aos agentes econômicos, o Estado participaativamente na constituição das condições necessárias à implantação e expansão desse modelo. Já no contexto da ditadura militar (1964-1985), em resposta aos crescentes conflitos agrários e à necessidade de aumentar a produtividade do setor agrícola, o Estado desenvolve um conjunto de políticas que vai viabilizando a expansão das fronteiras agrícolas sobre o Cerrado, como a implantação de rodovias interligadas nas regiões Norte e Nordeste (Programa de Integração Nacional) e do Prodecer (Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento do Cerrado) como mostramos anteriormente. Criaram áreas extensas com a estratégia de modernização e com a participação da Embrapa, no mapeamento e delimitação, nas pesquisas na adaptação de cultivares de soja para a exportação; e ainda, entre outros, os mecanismos para facilitar o acesso de fazendeiros, empresários e, principalmente, investidores, a recursos subsidiados de bancos públicos e às terras. Também os governos estaduais tomam iniciativas, como no sul do Piauí, para colocar no mercado um amplo estoque de terras – a exemplo, citamos cerca de 2 milhões de hectares nos anos 1970 (GREENPEACE, 2018).

Nas últimas décadas, também os governos considerados como “populares” na América Latina se dobraram sob o que Gudynas (2009) denominou *neoextrativismo progressista*, ao alimentarem o modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities* agrícolas e minerais para o mercado mundializado e na externalização de seus impactos sociais e ambientais. O agronegócio no Brasil é sistematicamente elevado à condição de um dos pilares fundamentais da economia, expandindo as fronteiras agrícolas sobre os territórios de vida dos povos e comunidades tradicionais, o que Harvey (2005) qualifica como acumulação por expropriação, como já dissemos. Isto significa um processo violento de apropriação seguida da expropriação de bens naturais, terras e

territórios, criando padrões de conflitos que podem ser vistos em despejos sistemáticos, cessão irregular de terras, cercamento de acesso a terras de uso coletivo e comum, captação e exploração em escala industrial das águas dos rios e de águas subterrâneas, desmatamento com supressão de vegetação nativa (até o uso do chamado “correntão”) e até assassinatos das populações no campo. Conformam-se assim os conflitos, entendidos como:

(...) aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder. As linguagens de valoração divergentes em relação aos recursos naturais se referem ao território (compartilhado ou a intervir) e, de maneira mais geral, ao meio ambiente, em relação à necessidade de sua preservação ou proteção. Enfim, tais conflitos expressam diferentes concepções sobre a Natureza e, em última instância, manifestam uma disputa sobre o que se entende por “desenvolvimento” (SVAMPA, 2016: 143).

Ademais, o fortalecimento político do agronegócio trouxe impactos políticos através da Bancada Ruralista – uma das maiores e mais influentes no Congresso Nacional, incidindo sistematicamente na flexibilização dos marcos regulatórios de ordem ambiental, fundiária, econômica, de ordenamento territorial, trabalhista, entre outros, com repercuções sobre o mercado de terras, unidades de conservação ambiental, terras tradicionalmente ocupadas e de uso comum, assentamentos rurais (SALOMON, 2020).

Segundo Frederico (2013), os principais beneficiários da expansão do agronegócio são as empresas transnacionais ou *tradings*, que controlam a logística, a comercialização e parte substancial do financiamento, além dos especuladores financeiros que investem no mercado de futuros de *commodities* agrícolas. É o que Oliveira (2012) chamou de um crescente movimento de mundialização da agricultura brasileira, que se traduziu na expansão do controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura nacional – seja pela determinação do padrão tecnológico, seja pela compra/transformação da produção agropecuária, seja pela crescente aquisição de terras

por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros. Contudo, o significado desse movimento, com suas três características básicas - a produção de *commodities*; as Bolsas de Mercadorias e de Futuros; e os monopólios mundiais - é traduzido no aumento do controle territorial dessas transnacionais, exercendo, em escalas regionais e locais, o monopólio fundiário do território e a expulsão dos povos e comunidades tradicionais via grilagem de terra.

Este processo de expansão do agronegócio no Brasil, em especial no MATOPIBA, além da camada complexa de apoio via Estado, conta também com sua inserção na cadeia global de valores, em especial no que tange aos investimentos diretos em terras na região em estudo. Neste trabalho, chamamos de dinâmica de disponibilização espacial no MATOPIBA. Apoiados nas elaborações de Harvey (20005), Santos (2002) e Levien (2016), entendemos um processo de expropriação da terra e do território que resulta em uma mudança do regime de propriedade da terra e dos seus recursos associados, incidindo no controle dos territórios.

O controle de terras em um processo global, como esta dinâmica que estamos abordando, segundo Pereira (2020), refere-se ao poder de controlar a terra e os recursos associados com a intenção de obter vantagens a partir deste controle. Este processo se realiza, portanto, através de múltiplas estratégias como a compra do imóvel rural, contratos de parceria, contratos de gaveta, estratégias rentistas de investimentos, táticas de fusões, aquisição de empresas em processo de falências, *joint venture* entre empresas nacionais e transnacionais como a Veracel - *joint venture* entre Stora Enso e Fibria (PEREIRA, 2020).

Se consideramos, portanto, que o território é multiescalar, um processo de controle das terras provoca rupturas no sistema territorial anterior da chegada dos novos agentes, provocando uma mudança nos regimes de apropriação e provocando a expulsão de povos e comunidades cuja segurança jurídica ou regime de apropriação fique em desvantagem ao novo agente de controle, como posseiros *versus* empresas transacionais proprietárias. Ainda devemos considerar, de acordo com Pereira (2020), que esse processo de controle das terras provoca impactos ambientais, de várias naturezas como algumas já consideradas acima. Destacamos a contaminação e impactos oriundos da utilização indiscriminada de agroquímicos, associados a problemas na produção de *commodities* agrícolas, que pode culminar em conflitos de interesses, violências e corrupção.

Desta maneira, Pereira (2020), nos alerta que os elementos essenciais para compreender o controle de terras no contexto atual são:

(...) intensificação do processo em escala global, sobretudo envolvendo a ação do capital estrangeiro, com novas formas de apropriação do território e novos impactos; consolidação do neoliberalismo; sobreacumulação; criação de uma rede de capital, na qual diferentes agentes atuam - empresas de capital internacional, empresas nacionais, governos, fundos de investimento e latifundiários; aumento do interesse na produção de commodities flexíveis, sobretudo para a produção de agrocombustíveis e convergência de crises, inclusive em um contexto de mudança de um paradigma alimentar (PEREIRA, 2020:69).

Neste sentido, refletimos que o processo de mudança de regime na propriedade fundiária e, portanto, da terra, de que estamos falando, compõe um mecanismo de controle de terras pelo capital internacional. Esse processo, como destacamos anteriormente ao nos referirmos sobre os investimentos diretos em terras no MATOPIBA, não deixa de fora um conjunto de agentes, como os locais e regionais, empresas nacionais, proprietários locais, entidades de governo, bancos, políticos etc.

Cabe salientar que propomos neste trabalho que o processo de controle de terras que acontece no MATOPIBA nos últimos anos, desde a crise de 2008, se deu quando observamos um aumento significativo nos investimentos diretos em terras na região, que entendemos como efeito dos desdobramentos dos movimentos do capital em resposta às crises. Porém, em acordo com Pereira (2020), observamos que esta rota de saída da crise não é apenas um efeito, mas também se realiza como parte de uma das estratégias de controle das terras e do território pelos agentes na região. Em outras palavras, observamos a consequência dos movimentos oriundos da crise na busca dos ajustes, materializado no território, que só é possível a partir do controle da terra para que assim se estabeleçam os mecanismos de transformação dos seus usos, mudando assim o seu regime de propriedade.

Consideramos ainda que o processo de controle tem marcos importantes, destacados pela concessão de terras a estrangeiros com fins de colonização e implantação de infraestruturas nas décadas dos anos 1960 e 1970 pelos governos militares, mas

seguindo pelos governos posteriores até os anos 2000. Esse processo de concessão é marcado pela exploração de recursos naturais, vários processos de corrupção envolvendo inclusive o Estado brasileiro. Sobre este ponto é importante destacar o papel do Estado e as contradições a respeito do controle das terras através dos seguintes marcos: em 1968, CPI da aquisição das terras por estrangeiros (20 milhões de hectares concedidos sem os devidos trâmites legais); a Lei de 1971 (5.709), que restringe a compra para estrangeiros em 25% do limite territorial de um estado; em 1996 o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional eliminando o artigo 171, que distingua empresas nacionais das estrangeiras, permitindo à empresas nacionais controladas por capital internacional operar como entidades brasileiras; além dos projetos mais recentes como a MP da Grilagem.

Sobre a Medida Provisória, vale destacar que o Projeto de Lei 510/21, também chamado de PL da Grilagem, é, de acordo com o Senado Federal, uma proposta que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União. Em outras palavras, é uma proposta de lei que altera a legislação atual sobre a ocupação de terras que não possuem proprietários legais. O Projeto de Lei é uma derivação da Media Provisória MP 910/19, MP da Grilagem, e foi assinada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro no ano de 2019. Entretanto, para passar a ser considerada uma lei, a medida teria de ser validada pelo Congresso Federal até maio de 2020. Devido a alguns impasses, a MP perdeu a validade. Por esse motivo, foi apresentada em 2021 a PL 510/21. Vale lembrar ainda que não é só no Senado Federal que existe um PL que regula a matéria em questão. Na Câmara dos Deputados é proposto o PL 2633/20, também derivado da tal MP 910/19. Destacamos ainda que o PL 510/21, assim como a MP 910/19, tem o apelido de PL da Grilagem porque endossa a prática da grilagem e incentiva a ocupação de terras públicas e o desmatamento ilegal. O Projeto de Lei apresentado pelo Senador Irajá Abreu (PSD), à época, alterava leis vigentes que regulam o tema em questão. Organizações como o Greenpeace Brasil e a WWF Brasil, por exemplo, assinaram carta explicitando que a aprovação do Projeto de Lei é prejudicial ao ambiente, pois incentiva e legitima práticas de grilagem e, consequentemente o desmatamento ilegal.

Segundo Greenpeace Brasil, a grilagem de terras públicas é responsável por 1/3 do desmatamento no país. Sabemos que esse PL não foi votado em 2020 porque não era benéfico à bancada ruralista, que retirou seu apoio. Em checagem na plataforma de

atividade legislativa do Senado Federal em março de 2023 a situação atual do projeto era “em tramitação” e, sua última movimentação consta de 13.08.2021.

Seguimos, contudo, que na nossa observação sobre o *boom* na aquisição de terras, através de formas de apropriação por transnacionais, impulsionou-se durante a crise de alimentos de 2008, com mais intensidade, sobretudo no que tange à produção de biocombustíveis. Entendemos que foi a partir das convergências de crises de 2008 que foi possível disparar uma corrida global por terras onde empresas de capital estrangeiro, sobretudo com sede em países do norte global, passaram a se apropriar de terras em outros países (PEREIRA, 2020).

Castro, Hershaw e Sauer (2017) demonstram que esse fenômeno da apropriação de terras pelas transnacionais (agrícolas, imobiliárias de várias naturezas de cadeia de negócios) não é o que sustenta a tese da corrida mundial que assistimos desde as crises de 2008, mas a terra. Sendo para eles terra a questão do século XXI. Isso é considerado pelos autores, pois a combinação das crises e os fatores de demandas por matérias-primas associadas aos investimentos em terras, que constituem os fundamentos deste processo (CASTRO, HERSHAW E SAUER, 2017).

Neste sentido alertam para a necessidade de situar as transformações - demandas por expansão e mudanças no uso da terra - usos comuns para usos privados etc. - em uma geopolítica global. É importante considerar que a ênfase na demanda global por terras, disparando uma corrida mundial, constitui em si o mecanismo de aumento dos preços das terras. Oliveira (2010), também afirma que essa combinação de uma série de crises resultou em demandas e oportunidades de negócios e, também, na ampliação ou aprofundamento do modelo hegemônico, baseado na Revolução Verde, de produção agropecuária.

Neste sentido, falamos de um fenômeno que criou uma dinâmica de disponibilização do espaço, materializada na conversão das terras “disponíveis” em propriedade nos territórios, expropriando a terra, a água, as florestas e outros recursos de propriedade e uso comum, incidindo na transformação dos seus regimes de usos (LEVIEN, 2014). Assim a concentração, privatização e transação, por sua vez, transforma os regimes anteriores, constituindo novas e excludentes dinâmicas como com diferentes atores, especialmente, agentes do setor financeiro (bancos, fundos de pensão, etc.) transferindo os direitos de uso, de controle ou de propriedade da terra através de venda, arrendamento ou concessão (SASSEN, 2013:30).

Ainda devemos considerar que este processo incide também nos problemas de soberania territorial, mas não se reduz a estes. A relação entre terra e nação é histórica como afirmam Castro, Hershaw e Sauer (2017), e, para eles, apropriação das terras nesta proporção ameaça a constituição de uma nação soberana, levando em conta as suas implicações políticas, econômicas e sociais, que são fundamentais na centralidade e controle da terra que com novos agentes e mecanismos de apropriação geram disputas e conflitos de várias natureza, principalmente quando observamos a escalada das áreas modificadas por esse processo onde os monocultivos substituem tudo que existia antes nessas terras.

Os investimentos diretos em terra e em *commodities* como apresentamos à luz da demanda global por terras concentraram-se em aquisições de terras e ampliação de áreas plantadas e produção visando atender ao mercado naquele momento que eram basicamente a busca de “novos” espaços nos quais a rentabilidade e acumulação pudesse se materializar resultando na transformação dos usos da terra e do território. Esses usos que vão atender as demandas do mercado que ocasionam um processo de produção do espaço e permite a circulação e valorização dos rendimentos investidos em terras, tendendo a abarcar nas suas relações de produção do espaço, portanto, tudo o que for possível, sobrepondo-se a quaisquer modos e usos anteriores.

Desta maneira, passam a ser perceptíveis os processos de transformações nos usos da terra e do território que vão corresponder às ações dos diferentes agentes que passam a estar sobre o domínio das terras e do território na região do MATOPIBA. Neste sentido, Oliveira (2002), nos demonstra que a concepção dos usos da terra e do território deve ser entendida como uma síntese contraditória em que “são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território” (OLIVEIRA, 2002:74). Desta maneira, o processo de produção espacial do território é simultaneamente: valorização, produção e reprodução.

No Brasil, em 2018, os cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar e algodão ocuparam um total de 62.542.022 hectares de área plantada, ao que se soma uma área de pastagem de 169,6 milhões de hectares e um rebanho de 213,5 milhões de cabeças de gado. Essa produção está fortemente concentrada em todo o cerrado brasileiro, que teve área plantada de 46.889.008 hectares para estas *commodities* no mesmo ano – o que representa 75% do total plantado no país. Além disso, as pastagens ocupam 63.847.127 hectares dos cerrados, representando 37,6% de toda a área de pastagem do país, nos quais

encontram-se 117.199.138 cabeças de gado (54,9% de todo rebanho bovino no Brasil), com severas implicações sobre as emissões de gases de efeito estufa (SIDRA-IBGE, 2020; LAPIG, 2020). Entre os cultivos de *commodities* selecionados, a produção de soja no Cerrado responde por 24.627.450 hectares de área plantada (52,5%), seguida do milho com 12.435.639 hectares (26,5%), da cana-de-açúcar com 8.682.674 hectares (18,5%) e do algodão com 1.143.245 hectares (2,4%) (SIDRA-IBGE, 2020).

Boa parte desta dinâmica mais recente de expansão se deve ao processo de produção do espaço do MATOPIBA, quando a então ministra da agricultura, Kátia Abreu aprova o decreto nº 8.447 de maio de 2015, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário da região, deslocando, à época, um montante significativo de recursos via obras do PAC do governo federal, sobretudo no que tange às obras de irrigação para o agronegócio. Apenas no Tocantins os valores, em cooperação com outros ministérios e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, foram da ordem de 650 milhões de reais para o ano de 2016, sendo 450 milhões de reais para a revitalização do projeto de irrigação Rio Formoso. Este decreto, junto aos estudos projetados pela EMBRAPA que mostramos anteriormente, delimitam a região.

É importante considerar que ao observarmos o processo de produção do espaço que gerou uma dinâmica de disponibilização na região do MATOPIBA, como um ajuste espacial (HARVEY, 2005), constatamos alterações consideráveis na transformação nos usos que se fazia e faz da terra e do território nessa região. Estas alterações estão relacionadas para nós ao processo de expansão do agronegócio impulsionado desde a crise pelos agentes privados e estatais movidos pelo mercado global de terras associado a dinâmica mundial de cadeias de valores que se intensificou, marcadamente, desde o *boom* das *commodities*. O movimento territorializado desta dinâmica promoveu a incorporação de novas áreas no campo, especializando regiões como o MATOPIBA no Sul Global.

Nesta perspectiva, podemos considerar que no MATOPIBA caracteriza-se, sobretudo, como um palco de conflito em que os diferentes usos da terra, dos regimes anteriores, são sobrepostos pelos regimes de propriedade atuais, um novo regime (Levien, 2014). Esse agentes dos novos regimes de propriedade investem em terras e também, mesmo que sem saber (a exemplo do famoso caso dos professores da Universidade de Harvard e os seus fundo de pensão no sul do Piauí)³⁴, na expropriação/expulsão dos povos

³⁴ Grilagem de terras de Harvard no Brasil é desastre para as comunidades, alerta especuladores. Grain (2019). Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6458-grilagem-de-terrass-de-harvard-no-brasil-e>

com vistas a transformar suas terras de modo de viver em terras de negócios geram frações territoriais diferentes, conformando, pois, uma síntese contraditória (SOBRINHO, 2012), resultante dos processos que se realizam pelas ações dos agentes de interesses antagônicos.

Destacamos, ainda, que tal processo, ocorre em meio a um forte contexto de tensões territoriais e de conflitualidade, como exemplificamos anteriormente. Essas tensões e conflitos indicam para nós o resultado de uma mudança sistemática no controle das terras, dos acessos à água, à terra e a territórios, assim como aos demais recursos associados. Cabe destacar que o aumento da apropriação de um montante de terras em um período relativamente curto, especialmente após o ano de 2008, com um conjunto de articulações entre agentes privados e estatais em escala local e regional, intensifica ainda mais as contradições e conflitos nos territórios.

Entendemos que as dinâmicas geradas pela abertura de fronteiras desorganizam ou desmontam as ordens sociais existentes como os regimes de propriedade; interferem nos direitos das populações, sobretudo direitos territoriais; e desintegra os contratos sociais, deixando aberto o território para formas de controle distintas da anterior à sua abertura (PEREIRA E PAULI, 2019).

Considerando a importância que o Brasil ocupa nesta geopolítica de aquisição de terras e territórios promovida pelo mercado financeiro internacional que viemos observando, o processo do qual falamos acima tratamos da expansão da fronteira agrícola como um dos elementos da produção espacial do MATOPIBA. Em sua forma atual, enquanto uma região, se sobrepõe aos territórios tradicionalmente ocupados e configura verdadeiros territórios corporativos de grande escala que se caracterizam pela concentração, centralização e intensidade de investimentos provocando processos de grandes rupturas, mudanças e reestruturação socioespacial e ambiental na escala local e regional.

Na composição deste processo, sobressaem-se as frações territoriais Sobrinho, (2012) que são, portanto, resultantes dos diferentes modos de apropriação e socialização da terra. No MATOPIBA podemos observar nas diferentes formas de apropriações e propriedades das terras que provocam no território mudanças que colidem com usos mais tradicionais e comuns entre os povos do cerrado.

Muito antes dos fundos de investimentos e das empresas do agronegócio, podemos falar de um ordenamento territorial no cerrado que se constitui de áreas dominantes de uso exclusivo familiar que formam as comunidades, onde se predomina o uso comum pecuário e da terra, o que revela outro sentido de apropriação da terra, cuja marca principal é um regime de propriedade comum, onde os valores de uso e até de renda só se realizam financeiramente no uso comum da terra e do território (SOBRINHO, 2012). Para as comunidades geraizeiras, de fundo de fecho e pasto, por exemplo, o uso da terra é pensado como um instrumento de trabalho meio necessário a reprodução de suas vidas e, portanto, direito de uso territorial. Toda esta extensão de terras cuja ocupação tradicional não era o agronegócio vai ser inserida em uma dinâmica que constrói entre outros movimentos uma narrativa de disponibilização de terra e do território. A criação de uma mercado dinâmico de terras traduzido no avanço da fronteira no MATOPIBA com a presença forte de capitais financeiros especulativos através de empresas subsidiárias na região, dentre outros mecanismos de articulação público-privado nos territórios, delineia o que chamamos de uma dinâmica de disponibilização espacial baseada na expansão territorial que através de variadas estratégias como compra de debêntures conversíveis em ações; aquisição de ações preferenciais, sem poder de voto; cessão de direito de superfície; e compra de empresas agrícolas proprietárias de terras que transformam os territórios em múltiplas dimensões e escalas.

Na região do MATOPIBA, cabe destacar que este processo ocorre sobre territórios que tradicionalmente são ocupados por diversas populações e, do ponto de vista da natureza fundiária, são, em sua maioria, terras devolutas, isto é, não incorporadas ao domínio privado e sem destinação pelo poder público. A situação é que na maioria das vezes os próprios estados federativos, responsáveis pela regularização fundiária de seus territórios, não possuem informações precisas sobre a extensão, localização e limites das terras devolutas. Abrindo espaço para uma dinâmica intensa de agentes variados na apropriação e negociação inclusive fraudulenta das terras, ocasionando a transferência ilegal de terras públicas para o domínio privado, envolvendo mais uma vez um conjunto de estratégias, dentre elas a expulsão das populações, transformando, radicalmente os regimes de propriedade, acesso e posse da terra e dos territórios.

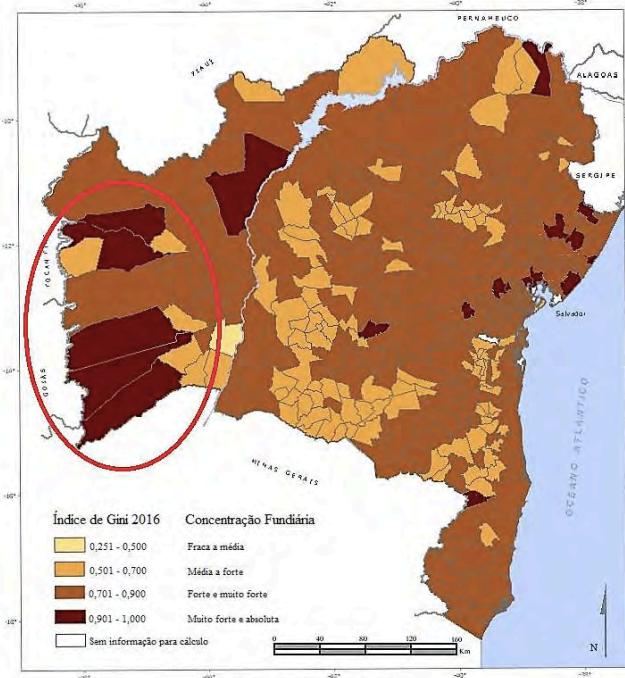
No oeste da Bahia, por exemplo, Sobrinho (2012), demonstra que o número de apenas uma matrícula, a 2280, que é registrada no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Santa Maria da Vitória, revelou em suas buscas mais de 400 matrículas do mesmo imóvel, abarcando cerca de 600 mil hectares nos municípios de

Santa Maria da Vitória, Correntina, Jaborandi e Coribe (SOBRINHO, 2012:39). Este exemplo entre outros demonstra que os processos de apropriação e de transformação dos regimes de propriedade da terra se servem de práticas antigas da questão fundiária do país.

Ademais, como são consideradas terras “vazias e marginais”, como falamos anteriormente, o processo de expansão acaba ocorrendo também para áreas onde as terras são ocupadas por comunidades cujas relações de propriedade e uso diferem radicalmente daquelas praticadas pelas empresas. Estas terras, que são tradicionalmente ocupadas pelos povos do cerrado, são terras devolutas, como podemos ver no exemplo do Oeste da Bahia. Oliveira (2010), ao analisar os dados de área ocupada por município na base de dados do INCRA, demonstra um quadro de irregularidade na ocupação de terras, pois revela que o número de imóveis das empresas com registro no INCRA ocupa uma área maior que a quantidade de terras devolutas existentes. Assim ele destaca os casos dos municípios de São Desidério e de Cocos. No primeiro, os 495 imóveis ocupantes das terras devolutas têm documentos que abarcam uma área de 1.514.245ha, aproximadamente seis vezes maior do que a existente. No segundo município, os 230 imóveis têm documentação para uma área de 1.435.587ha, quase sete vezes maior do que a das terras devolutas existentes. O absurdo pode ser ainda maior, pois no município de Correntina os dados mostram que os 263 imóveis ocupam uma área de 1.001.546ha, correspondendo a aproximadamente três vezes mais do que as existentes (OLIVEIRA, 2010). Esse processo contribuiu em sobremaneira no aumento da concentração da terra (ver mapa 8) que é a síntese fundiária da transformação do regime de propriedade, modelo que provoca processo de exclusão radical das populações tradicionais.

Para nós, a reflexão no MATOPIBA pode ser vista em três escalas: (a) em escala nacional, nas alterações nos regimes de propriedade marcadas pela forte atuação do Estado, legislando, com seus mecanismos de simplificação jurídico-normativa podendo apontar, de certa forma, para uma mudança ou parcial transformação no regime de propriedade das terras; (b) em escala regional, os vários processos de expropriação de terras e o monopólio fundiário; (c) em escala territorial, com o acirramento dos conflitos e tensões gerados a partir da desorganização das ordens sociais, da desintegração dos contratos sociais e da perda acelerada dos direitos territoriais dos povos.

MAPA 8 – Concentração fundiária na Bahia – detalhe Oeste (2007-2011).



Fonte: Geografar (2019).

Por fim, destacamos que a porção de cerrado que está em conflito de sobreposição territorial à região do MATOPIBA representa condição de sua própria reprodução. Para cada um dos atores ali presentes possui sentidos distintos e, assim como sentidos, usos bastante diferentes e divergentes. Este bioma é ocupado há muitos séculos por diversas comunidades tradicionais que se reproduzem de forma ampla, tanto territorialmente quanto culturalmente, com modos de vida complexos ligados diretamente ao funcionamento sistêmico do bioma que representa, portanto, a condição para suas reproduções enquanto forma de viver.

Muitas são as narrativas e compreensões em torno deste bioma. Desde a perspectiva desenvolvimentista que traz com bastante força a partir dos anos de 1980 um olhar de área vazia, disponível e favorável para o avanço da agricultura mecanizada e industrializada, até uma versão mais sensível e recente, reação ao forte processo de desmatamento do cerrado, que traz a dimensão dos povos que tradicionalmente vivem neste bioma assim como as características ecológicas do mesmo em interação com os modos de vida em suas diversidades. Vejamos a seguir:

“(...) Nós viajamos mais ou menos uns quinze dias beirando o rio Tocantins (...) naquele tempo tinha um gerais monstro que não tinha ninguém, você chegava e ia escolhendo

aonde achava bonito para morar ali e ficava. Não tinha morador e nada. A terra ninguém sabia se tinha dono... Era geralisão mesmo". (Geraizeiro Joaquim, depoimento para o Projeto Nova Cartografia Social, Manaus, 2009).

Em busca de observar os processos relativos à transformação socioespacial que criou a região do MATOPIBA e como isso foi possível a partir de uma mudança nos regimes de propriedades e usos da terra e do território no cerrado do país, vemos que as modificações na propriedade da terra na região (fotos 8 e 9) ocorrem prioritariamente pela investida na expropriação das terras e mais recentemente, das terras comuns do cerrado, em especial as do Oeste da Bahia, quando olhamos o MATOPIBA.

Neste processo, vemos que o Estado é um importante agente em escala nacional para impulsionar as investidas sobre as terras. Ou mesmo para facilitar e simplificar juridicamente o acesso às terras, assim como garantir uma certa “segurança jurídica”. Ademais, esse processo é combinado com os agentes internacionais e locais. Os primeiros, o capital financeiro internacional associado as cadeias globais de valores e o agronegócio global, que incorpora as regiões nos seus lastros de investimentos diretos. Os segundos, nos processos que vão desde os cartórios locais, até as coerções e demais práticas para facilitar o acesso às terras e aos territórios.

Este processo ocorre mudando o regime de propriedade da terra ou até mesmo sua função como afirma Levien (2014), refletindo sobre os regimes de desapropriação:

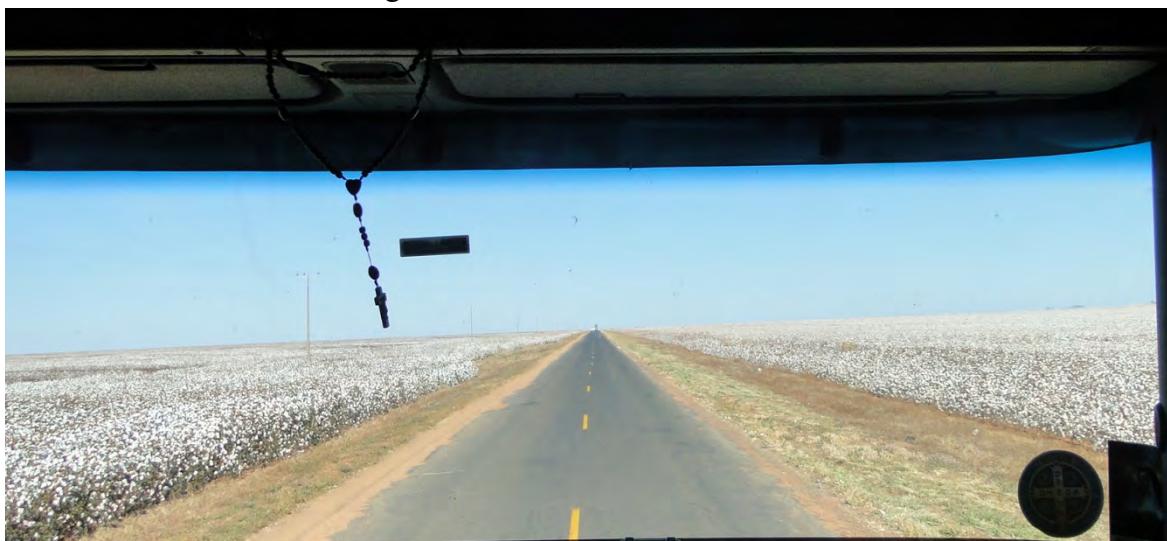
O conceito de regimes de desapropriação pretende responder às teorias economicistas de desapropriação destacando a natureza política irredutível da desapropriação como processo. Sugere que o ponto de partida para compreender as desapropriações não é sua função no capitalismo, mas os meios distintivos de produzir várias formas de perda de propriedade em contextos diferentes. Incentiva um distanciamento das abstrações globais referentes à “lógica do capital” em direção ao estudo concreto de relações específicas de desapropriação entre pessoas em contextos diferentes (LEVIEN, 2014:45).

FOTO 8 – contraste cerrado e terra desmatada na região do MATOPIBA.



Fonte: Jornal Nacional, 2020.

FOTO 9 – Vista da estrada no MATOPIBA, entre São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, no Oeste da Bahia, 2018.



Fonte: Arquivo Gemap-CPDA/UFRRJ – foto tirada da cabine de caminhão que transporta algodão.
Créditos (própria autora), 2018.

Embora possamos afirmar que esse processo não ocorre apenas na Bahia, mas em várias outras regiões do país, como na Amazônia, assistimos a esse acirramento da investida sobre as terras do Oeste da Bahia, em especial as de regimes de usos comuns pelo capital financeiro internacional modificando a propriedade da terra e transformando-

a em mero negócio (SOBRINHO, 2012). Onde a função da terra Levien (2014) sofre, pois, um processo de inversão: saindo da condição de garantir a reprodução da vida à função de proporcionar (pela via da expropriação) a exploração e a acumulação.

Ponto importante a considerar é como o processo de exploração das terras de uso comum no Oeste da Bahia foi influenciado pelo mercado de terras que ali se materializava a partir também da crise (tabela 2).

A partir dos dados expostos sobre o aumento dos preços das terras em especial entre 2008-2019, podemos observar o aquecimento do mercado de terras na região: as disponíveis, quer dizer, as de uso comum. Segundo a FNP, em especial nos municípios de Luis Eduardo Magalhães, Barreiras, Formosa do Rio Preto, e São Desiderio, os preços tiveram aumento no intervalo de 2008-2019 de mais de 400%, 500%, 700% e 1000% respectivamente. São valorizações assustadoras. Guardando as proporções, estamos falando de uma escala percentual nos preços das terras muito abrupta. O que explica de certa forma, o processo de produção da região do MATOPIBA como a última fronteira agrícola, com terras disponíveis e baratas.

Ora, mesmo com a valorização que vemos nos dados da FNP³⁵, no quadro apresentado, podemos considerar dois movimentos: o primeiro que valoriza significativamente as áreas já consolidadas do agronegócio do Oeste Baiano como os municípios de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Formosa do Rio Preto, e São Desiderio, o que favorece seus proprietários no processo de rentismo das suas terras e produções, como também valoriza as terras do entorno, criando e aquecendo um mercado de terras que se instala e pressiona os estoques de terras “disponíveis” para a expansão do agronegócio, investidas sobre as terras de uso comum, como em Correntina e demais municípios do Oeste.

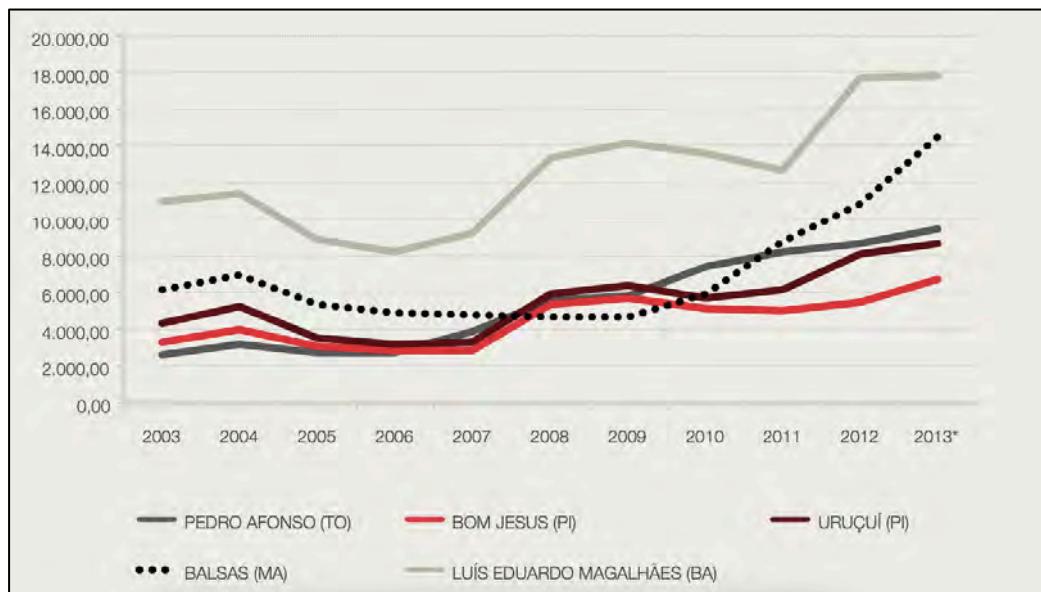
Este processo que vemos no Oeste Baiano não é uma exclusividade. Se desdobra também em outros estados do MATOPIBA (figura 15). E podemos observar que no mesmo intervalo de tempo, a partir de 2008, mais especificamente, vemos o comportamento do preço das terras subir nos demais estados da região. Em especial nas cidades de Pedro Afonso (TO), Bom Jesus (PI) e Balsas (MA).

Este processo de expansão da fronteira agrícola do MATOPIBA, e especial no Oeste da Bahia, nos coloca a observar que a privatização das terras comuns, comprometendo o uso amplo dos gerais (terras de uso comum) transforma radicalmente

³⁵ Os dados foram elaborados a partir dos dados anuais dos preços das terras compilados pelo instituto FNP e tabulados pelo GEMAP-UFRJ, em série histórica.

os modos de viver dos povos desta região pois incide em uma redução de seus territórios ou até mesmo em uma exclusão radical desses povos dos seus territórios.

FIGURA 15 - Preço da terra cidades do MATOPIBA (2003-2013).



Fonte: FNP (2014), elaborado por Debora Lima (ActionAid, 2015).

Segundo Oliveira (2010) e Sobrinho (2012) nas terras comuns do Oeste da Bahia, as consideradas pelo Banco Mundial em 2011, como terras marginais e disponíveis, até mesmo vazias, os povos do cerrado, em suas mais variadas formas de viver e se reproduzir se instalaram nas terras devolutas, praticando agricultura, extrativismo, pesca, caça e dentre muitas outras práticas. Segundo os autores, de modo geral, essa ocupação se dava nos fundos de vales quando as populações iam chegando, de inúmeros destinos, assim como as populações indígenas de ocupações bem mais antigas entre outras formas, se apropriavam a partir de um uso familiar e coletivo onde cultivavam alimentos e compunham com as demais práticas tradicionais. Como a morfologia da região apresenta as partes altas e baixas, chapadas e baixões, nas partes mais elevadas, era praticada a pecuária e a apropriação, de modo geral, se dava pelo uso comum da terra, nas soltas, concentradas mais próximas às comunidades e nos fechos de gerais. Estes também localizados, como dizem Porto-Gonçalves e Chagas (2019), nos afluentes ou nos chapadões, onde se localizam a maioria das nascentes que formam os rios da região.

TABELA 2- Preços de Terras (R\$/ha), valores correntes, municípios Oeste Baiano (2008-2019).

Região/Município	Grupo Atividade	2008	2013	2008-2013 (%)	2014	2016	2017	2018	2019	2008-2019 (%)
Angical	Cerrado/Grãos/Pastagem	2.179	6.417	294,49	6.700	4.117	4.000	4.000	4.000	183,57
Baianópolis	Cerrado/Grãos/Pastagem	503	817	162,43	7.500	2.000	2.000	2.000	2.000	397,61
Barreiras	Cerrado/Grãos/Pastagem	9.450	48.566	513,93	55.833	20.500	20.500	55.500	55.500	587,30
Correntina	Cerrado/Grãos/Pastagem	2.179	6.417	294,49	6.700	4.117	4.000	4.000	4.000	183,57
Cotegipe	Cerrado/Grãos/Pastagem	1.160	5.516	475,52	5.917	3.500	5.300	5.300	5.300	456,90
Formosa do Rio Preto	Cerrado/Grãos/Pastagem	9.017	59.216	656,72	65.350	65.350	69.500	69.500	69.500	770,77
Jaborandi	Cerrado/Grãos/Pastagem	5.270	10.717	203,36	11.717	10.000	10.000	10.000	10.000	189,75
Luís Eduardo Magalhães	Cerrado/Grãos/Pastagem	9.450	31.000	328,04	34.083	20.500	36.500	36.500	37.833	400,35
Santa Maria da Vitória	Cerrado/Grãos/Pastagem	1.797	3.510	195,33	4.733	3.500	5.000	5.000	5.000	278,24
São Desidério	Cerrado/Grãos/Pastagem	3.697	48.566	1.313,66	53.833	48.566	55.500	55.500	57.167	1.546,31
Wanderley	Cerrado/Grãos/Pastagem	1.160	5.516	475,52	5.917	3.500	5.300	5.300	5.300	456,90

Fonte: FNP 2008-2019, elaboração própria autora em colaboração com o GEMAP/Cpda-UFRRJ.

Oliveira (2010) chama de forma de apropriação ou, uso comum, uma das práticas mais importantes de reprodução das vidas dos povos do cerrado, em especial os do Oeste da Bahia. São justamente nestas terras, nos fechos gerais, que são consideradas como “vazias, marginais”: disponíveis. Desta maneira, essas terras disponíveis passam por várias camadas de disponibilização (financeira, jurídica, simbólica, e até mesmo violência física), concluindo a privatização das terras, cuja marca principal, é o cercamento das terras (cerca) impedindo os acessos que tradicionalmente eram comuns a todas as pessoas que integram o território de uso comum.

Segundo Porto-Gonçalves (2019), é relevante considerar que as terras conjugadas às de uso familiar possibilitaram por anos a reprodução dos modos de vidas dos povos do cerrado do Oeste Baiano. Essas terras antes da sua privatização têm um elevado grau de preservação do cerrado (vegetações, águas, fauna, riquezas minerais etc.) que são destruídas logo da chegada do “correntão” (foto 10) para a conversão dessas terras em áreas de monocultivos.

Esse processo de desmatamento inviabiliza o regime de apropriação costumeira da terra conjugada, ao contrário, encerra com o ciclo de preservação do cerrado e abundância de água, irrompendo um processo de morte das nascentes ou suas migrações, decorrentes dos desmatamentos além do represamento da água dos rios a serem bombeadas para abastecer os pivôs centrais, provocando a morte de córregos, ribeirões e rios. Quando estes morrem, que passam a investir na exploração dos lençóis freáticos, perfurando profundos poços artesianos. Tem sido comum para as populações camponesas situadas à jusante, nas margens de rios, a falta de água até mesmo para o consumo doméstico. Mesmo sendo uma região que se destaca pela grande densidade hidrográfica, muitas comunidades localizadas principalmente nos municípios de Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães são abastecidas por caminhões-pipas (PORTO-GONÇALVES, 2019).

FOTO 10 – Correntão utilizado para derrubar o Cerrado para o monocultivos, 2010.



Fonte: Environmental Justice Atlas, 2010.

Em outra forma de uso da terra e do território, está o regime de apropriação dos povos do cerrado. Vegas e Pitta (2019), afirmam que os povos e as comunidades indígenas e tradicionais do cerrado representam a biodiversidade da região. Ademais, os estudos de Barbosa (1995), mostravam que:

(...) o sistema dos chapadões centrais do Brasil apresenta uma população indígena atual de aproximadamente 44.118 habitantes, distribuídos principalmente em terras do Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. Essa população engloba 26 povos de características culturais diferenciadas, cuja situação atual e fragmentação demográfica não refletem a importância que o espaço geográfico dos cerrados teve na sua fixação durante longos períodos, nem a verdadeira história da ocupação desse espaço por tal população. No cerrado, essas populações historicamente desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares (BARBOSA, 1995:162)

Ao lado das formas de viver destes povos, desde a apropriação comum, está um regime que se caracteriza com atividades que desmatam poucas e pequenas áreas, compartilhadas com práticas de criação e extrativas onde a terra e o território permanecem, apesar dos usos, preservados e ocupados, não estando vazio ou disponível, mas preservados e cuidados de forma conjugada às famílias. Antagonicamente a esta forma de uso comum, temos as formas capitalistas dessa apropriação que além de provocar impactos socioecológicos irreversíveis produzem imensos vazios, inclusive demográficos. Sendo, portanto, esse agronegócio que se expande no cerrado e no MATOPIBA o produtor espacial do vazio de que se quer apropriar. A apropriação das terras pelas empresas atua contra o tradicional acesso direto das populações ao seu meio de viver.

No Brasil, cabe salientar, são bem vastas as ocorrências de uso comum da terra e do território que possuem muitas especificidades quanto a seus aspectos históricos, econômicos, sociais, relações com Natureza, culturais, simbólicos entre outros. Segundo Sobrinho (2012), elas ocorrem nas regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país. Cada qual com suas especificidades e formas de apropriação comum da terra e do território.

3.2 O USO DOS COMUNS E AS REPERCUSSÕES NOS REGIMES PROPRIEDADE E USO DA TERRA E DO TERRITÓRIO NO OESTE BAIANO: O EXEMPLO DAS ÁGUAS.

Os atos de violência, expropriação e degradação ambiental que marcaram as dinâmicas de disponibilização espacial no MATOPIBA foram mostrando as marcas visíveis do processo de transformação dos territórios, produzindo paisagens de degradação e processos de conflitos. Toda esta mudança territorial foi convergindo para um intenso processo de expropriação das populações de seus meios de existência. Não somente impedindo as comunidades de acessarem suas fontes materiais (nascentes, córregos, serras, praias, lagoas), mas ainda contaminando tais fontes e disseminando um conjunto de restrições e exclusões territoriais que foram moldando a vida comunitária entre o isolamento e a fragmentação das relações existentes.

A instabilidade e a imposição de novas regras de acesso e uso das terras, antes comuns, marcou espacialmente as práticas cotidianas, submetidas a uma confusa e autoritária condição territorial que, na prática, significou a perda do controle e do usufruto do território pelos povos em sua ampla diversidade, num contexto de profunda insegurança. A nova paisagem e suas grandes estruturas do agronegócio, (monocultivos, pivôs, piscinões, cercas, empresas privadas de vigilância das terras) produziram novos códigos de acesso, fechamentos e impedimentos, impossíveis de serem imaginados pela lógica territorial dos grupos, o que, decisivamente, impôs um novo regime de uso da terra, em escala local.

A imposição desta lógica territorial, associada à instabilidade do controle do território, com restrições de ocupação dos espaços e limites cerceados à circulação dos povos se revelou na mudança do regime de uso das terras e do território em um movimento de precarização ou, de alguma forma, de gestão precária das condições de vida. Os povos do cerrado, em suas várias lógicas e sistemas territoriais, vêm sendo submetidos a processos excludentes, de impedimentos, cerceamentos, vigilância permanente, perdendo total ou parcialmente o controle dos espaços de vida e de sociabilidade. Hoje, diante da amplitude do conflito, visitar o vizinho, acessar fontes de água, circular pelas estradas, pescar nas nos rios, plantar já não é mais a mesma coisa. Para os que não saíram de suas terras, a permanência tem significado um processo constante de disputas e negociações pela continuidade, ainda que precária, das práticas de reprodução dos seus modos de viver.

As transformações engendrada pela dinâmica de expansão do MATOPIBA repercutiram na alteração dos regimes de uso da terra e do território cuja característica principal, em escala local, é um processo de precarização territorial, que, nos termos de Haesbaert (2014), envolve a formação de territórios fragilizados tanto por sua abertura e instabilidade quanto pelo seu fechamento, onde especificamente os grupos perdem o controle de seu espaço e se veem envolvidos por um conjunto de regras disciplinadoras que reconfiguram suas práticas, impondo condições precárias de vida: exclusão e contenção territorial.

As restrições na circulação pelas estradas rurais, vigilância constante da segurança privada das fazendas e empresas, bloqueio de acessos, contenções de áreas, delimitação de zonas exclusivas e de segurança, formação de áreas ambientais restritivas, degradação e perdas ambientais, trata-se da combinação de práticas de poder que incidem sobre o modo de vida dos povos naquela porção de cerrado. Tais práticas se recombinam em

diferentes situações, umas mais restritivas do que outras, e com capacidade diferenciada de limitar ou interditar o usufruto e o controle territorial, atingindo mais ou menos os grupos e com graus de durabilidade também distintas, umas mais duradouras, outras fixas, outras temporárias ou inconstantes. A precarização das condições de vida ainda marca as dinâmicas de circulação e permanência dos povos, para além do efeito de barramento e das exclusões territoriais. Para continuar sobrevivendo num território marcado por fragmentações e degradação ambiental é preciso abrir novos deslocamentos, na verdade, uma verdadeira jornada pela sobrevivência.

Ora, as formas de apropriação por expropriação da terra são a única experiência humana baseada em um sistema socioeconômico totalmente desvinculante, ou seja, que forja permanentemente formas de separação forçada e violenta das pessoas de seus meios de existência, de seus territórios (BARTRA, 2014). Quando observamos esse processo à ótica das expropriações das águas, o que vimos anteriormente, com o caso dos usos das águas em Correntina, no Oeste da Bahia, não deixa dúvida sobre os efeitos destrutivos dos processos de territorialização do capital e como o conflito explicita as relações de poder senão envolvendo confrontações divergentes sobre a natureza e o território. Vemos então se consolidar a apropriação do comum.

Neste sentido, falar de mudanças nos regimes de uso da terra, digamos tomar a terra, cercá-la e expulsar a população residente (HARVEY, 2005), equivale ao que assistimos na produção espacial do MATOPIBA, com seus novos agentes e antigos contornos. Este processo surge como uma progressiva reapropriação violenta do comum, ou seja, um jogo complexo de disputas sociopolíticas e territoriais em torno do uso, acesso e controle dos bens. A dinâmica a que nos referimos faz parte de processos de controle e expropriação da terra e do território no MATOPIBA que é difícil de precisar, embora possamos evidenciar alguns mecanismos como fizemos nos capítulos anteriores. Observamos, contudo, que dentre as repercussões nos regimes de uso da terra e do território que esses processos podem engendrar é que as terras e, portanto, o controle dos territórios, mudam por mecanismos de compra, arrendamento, empréstimo, cessão, entre outros modos, realizados em operações entre governos, entre governos e investidores privados, ou entre particulares nacionais ou transnacionais. Isso tudo é ainda acompanhado de acordos de cooperação técnica, visando desenvolver capacidades produtivas locais, ou ser parte de contratos de extração e exploração de recursos naturais com destinação garantida ao exterior (BORRAS JR., 2013).

Desta forma, reiteramos que conhecer as especificidades dos casos particulares seria mais relevante, assim vamos observar uma dinâmica peculiar em que olhando o processo de que falamos no cerrado e as mudanças nos regimes podemos nos atter a alguns elementos que demonstram a profundidade de incidência que as transformações nos regimes de propriedade e usos da terra podem provocar em um território ou região, como os conflitos entorno do processo de privatização das terras e expropriação da água no Oeste Baiano.

Iniciando pelo cerrado, vimos que o bioma como um todo apresenta um dos maiores índices de desmatamento do país - 52%, sendo que apenas entre 2019/2020 os cerrados perderam 29 milhões de hectares de vegetação nativa, enquanto foram implantados 28 milhões de hectares destinados a atividades agropecuárias (MAPBIOMAS, 2019/2020). O desmatamento tem outro efeito ambiental danoso que é a erosão do solo e, assim o carreamento de sedimentos para os cursos d'água. Na bacia do rio São Francisco, estudo da Codevasf, (2020) estimou que o rio São Francisco recebe por ano cerca de 23 milhões de toneladas de sedimentos, assoreando sua calha principal e a de seus afluentes. Segundo este mesmo estudo, tal processo decorre do desmatamento feito nos planaltos dos cerrados pelas áreas de produção, contribuindo para a redução de vazão do rio, formação de ilhas e depósitos de areia, com restrições à navegação, e acelerando o processo de degradação do rio.

Segundo Barbosa (2014), as entropias decorrentes do desmatamento produzem processos imprevisíveis e irreversíveis. A retirada da cobertura vegetal, removendo árvores de raízes profundas e sistemas radiculares complexos do Cerrado, além da supressão de suas gramíneas, restringe a infiltração da água no solo, reduzindo a recarga dos aquíferos, que se dá sobretudo nas vastas áreas das chapadas. Um terço da massa corpórea da vegetação do cerrado está sobre a superfície e dois terços no subsolo, o que é essencial para a infiltração da água no solo, decorrente dos sistemas radiculares. Com o desmatamento ocorre a compactação e o aumento do escoamento superficial.

A expropriação provocada por este modelo produtivo, além de baseada em forte expansão territorial sobre áreas de vegetação nativa, sustenta-se em uma superexploração e consumo de água, através de sistemas de irrigação que comprometem o ciclo hidrológico. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), em relatório publicado em 2019, a agricultura irrigada no país consome 66,1% das águas; 11,6% se destinam ao consumo animal; 9,1% à indústria e 9,1% ao abastecimento urbano; 2,5% ao abastecimento rural; 0,9% à mineração e 0,3% para termelétricas. Ademais, a agricultura

irrigada é responsável pela retirada de 969 mil litros de água por segundo das fontes de água superficiais e subterrâneas, o que significam 83 bilhões de litros de água por dia (ANA, 2019, A) - enquanto a média de consumo diário de cada brasileiro é de 150 litros por dia.

O Brasil está entre os dez países com a maior área equipada para irrigação do mundo, somando 4 milhões de hectares em 2016 (ANA, 2017) e atingindo 7,3 milhões de hectares em 2019 (ANA, 2019 B). Até o ano de 2017 o país possuía 23.181 pontos-pivôs com aproximadamente 1,5 milhões de hectares equipados para irrigação (foto 11), aos quais se somaram 94 mil hectares ao ano no período 2012-2018, com tendência a se intensificar tal processo até 2030 (ANA, 2019). Tal projeção sinaliza um aumento da retirada do volume de água nesta atividade, que passaria dos 969 mil litros por segundo para 1,338 milhão de litros por segundo em 2030, um aumento estimado em 38% (ANA, 2019 B). Esta expansão das áreas equipadas está, em sua maioria, localizada no cerrado, cujos estados concentram 91,8% da área equipada por pivôs (ANA, 2019, B). Na Região Hidrográfica do São Francisco observa-se uma concentração dessas áreas no Oeste da Bahia, especialmente nas bacias dos rios Grande, Correntes, Carinhanha e Paracatu, o qual deságua no São Francisco e tem o Entre-Ribeiros e o Preto como afluentes³⁶ (EGGER, D. S. et al, 2021).

FOTO 11 – Pivô central utilizado para irrigação de monocultivos.



Fonte: foto de João Zinclar, doada à Articulação Popular São Francisco Vivo, cedida pelo fotógrafo.

³⁶ Portal do SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. Disponível em: www.snirh.gov.br Acesso em: 20.07.2020.

A acelerada expansão da transformação dos usos da terra e do território sobre o cerrado, com o desmatamento suprimindo a mata nativa, associado à captação intensiva das águas dos aquíferos e dos rios, repercutem sobre o volume de água contido nos aquíferos. Além de provocar a diminuição da vazão dos rios - pois o que mantém a sua perenização são os aquíferos que os alimentam -, pode provocar a interrupção de trechos ou até mesmo a morte de afluentes principais, o que pode ter implicações no sistema de abastecimento dos principais rios do país e no colapso nas regiões hidrográficas do subcontinente sul-americano.

É esse o contexto que nos permite compreender a elevação do número de conflitos por água no Brasil. Entre 2015 e 2019, o Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra, registrou média anual de 254 conflitos por água no país, sendo o mais emblemático de todos o de Correntina³⁷, no Oeste da Bahia. Para o ano de 2019 esse número chegou a 489, com o envolvimento de 279.172 pessoas – o que representa um crescimento da ordem de 77% em relação a 2018 (CPT, 2020, p. 139), e reflete a injustiça hídrica que atinge os povos e comunidades tradicionais. Como enuncia o lema da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado – sem cerrado, sem água, sem vida.

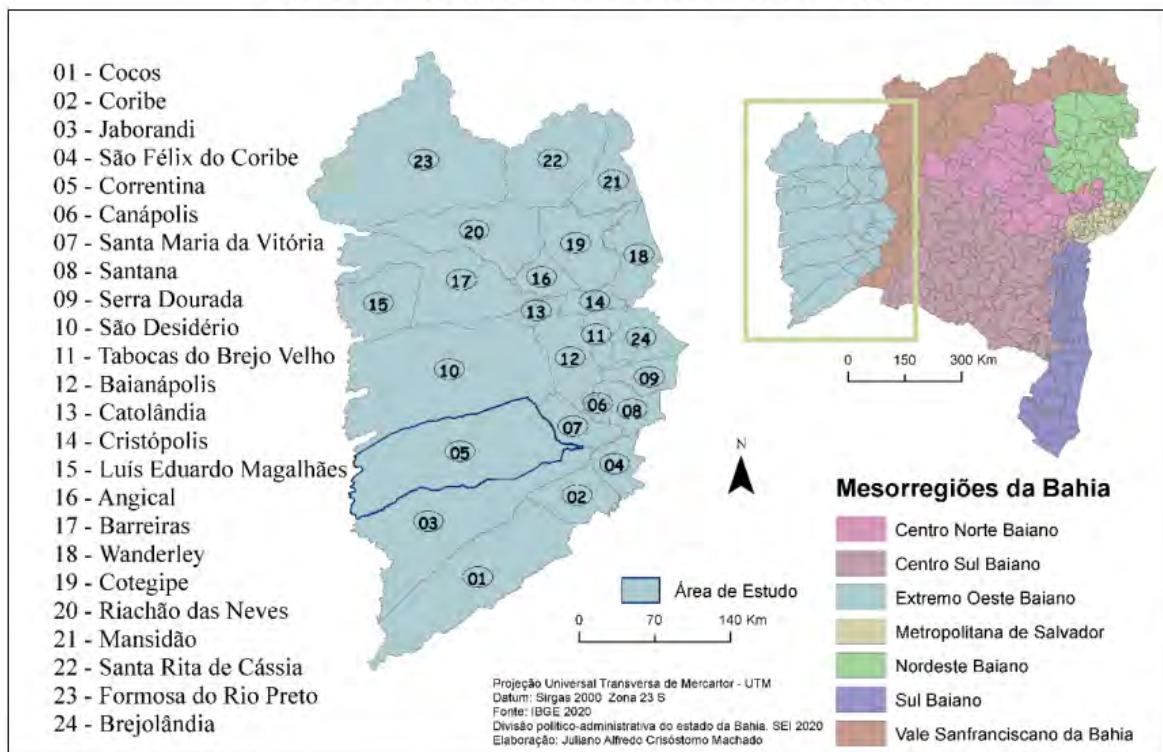
Analizar estas consequências sobre o cerrado, expresso nas últimas décadas num modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado, afinado aos interesses das oligarquias latifundiárias e às corporações transnacionais que espoliam terras, águas e povos do bioma para expandir, através do agronegócio, o cultivo de *commodities* agropecuárias e gerar lucro, permite compreender a conflitividade presente no bioma, em resposta às desigualdades e injustiças impostas a seus povos, que veem profundamente ameaçadas, quando não inviabilizadas, suas formas tradicionais de organizar a vida. Tais consequências transbordam o Cerrado, comprometendo outras regiões alimentadas por suas águas no âmbito do continente sul-americano, ao mesmo tempo em que representam inestimáveis perdas de saberes, biodiversidade e perspectivas de futuro.

Atualmente, no Extremo Oeste baiano (ver mapa 9), o agronegócio e a produção voltada para o mercado externo se contrapõem ao modo de vida dos pequenos produtores, das comunidades ribeirinhas e tradicionais, os povos do cerrado. Essa configuração confere à mesorregião uma dinâmica própria na produção do espaço, onde a realidade é

³⁷ Os barões da água na Bahia. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-baroes-da-agua-na-bahia/> Acesso em: 20.07.2020.

repleta de conflitos. Inicialmente, faz-se necessário recuperar algumas denominações utilizadas para o Oeste Baiano, tais como: Além-São Francisco; Sertões da Bahia; e Mesorregião Extremo Oeste Baiano (Oeste Baiano, a mais atual). Essas denominações possuem sentidos próprios e predominaram ou coexistiram em diferentes momentos históricos.

MAPA 9 – Mapa Oeste Baiano (BA).



Fonte: IBGE/SIDRA, elaboração MACHADO, 2022.

Machado (2022), explica que ao percorrer historicamente o processo de constituição dessa região, durante o período colonial as terras que viriam a ser ocupadas e exploradas eram conhecidas como Sertão, os sertões da Bahia eram as terras distantes do litoral. À medida que as atividades econômicas foram sendo interiorizadas os espaços ocupados estavam diretamente relacionados à principal bacia hidrográfica da região: a do Rio São Francisco. Assim, no sertão baiano, as terras que estavam à margem esquerda desse rio foram denominadas Além São Francisco.

Segundo o autor, o Oeste Baiano entre 1501 e 1827 era um território indiferenciado dos Sertões, onde a dinâmica era diretamente influenciada pela natureza no desenrolar da vida nos poucos espaços habitados da região. A denominação “sertão”

foi amplamente utilizada na literatura em referência às terras do interior da colônia, supondo que eram áreas desocupadas sem conexão com o dinamismo econômico do litoral. Os sertões seriam terras que ainda precisavam ser colonizadas. Portanto, a denominação “sertão” colocava espaços com características distintas como se fossem homogêneos.

Chamar um lugar de “sertão” ou de “vazio”, (MACHADO, 2020) é uma maneira de qualificar e valorizar o espaço. Tal qualificação é dada de acordo com os interesses econômicos. Ao apontar o Oeste Baiano como um vazio passível de ocupação, considera-se que o lugar precisa ser ocupado de acordo com o modelo capitalista, sobretudo por sujeitos que atuem para que a produção na terra atenda aos interesses do capital. Na verdade, o Sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais que acaba por atuar como um qualitativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica (MACHADO, 2020).

Assim, enquanto a produção agrícola do litoral baiano gerava renda e incrementava a economia, atraía pessoas e apresentava acelerado crescimento urbano, o Oeste se mostrava com baixo nível de desenvolvimento econômico, fluxos populacionais menos intensos e um baixo grau de integração à economia nacional. As condições naturais dessa região eram muito diferentes das que, até esse momento, eram utilizadas para a produção agrícola, e assim, eram preteridas para a produção voltada à exportação.

Machado (2020) aborda que de maneira geral, o atual Oeste baiano não dispunha de praticamente nenhuma infraestrutura para que houvesse a integração efetiva com a estrutura econômica nacional. Contudo, destaca a importância dos habitantes que se estabeleceram e desenvolveram um modo de vida próprio ao lugar: bioma cerrado. Esses indivíduos estabeleceram outras relações com a natureza, distintas das práticas do litoral.

Assim como aponta Barbosa (1975), os cerrados exerceram um papel fundamental na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do continente sul-americano. Na região do cerrado essas populações desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características peculiares. Os processos culturais indígenas que se seguiram a este modelo trouxeram pouca modificação à fisionomia sócio-cultural e, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existente

no domínio dos cerrados, a caça e a coleta, principalmente a vegetal, ainda constituíam fatores decisivos na economia dessas sociedades.

Os povoamentos surgiram ao longo dos leitos dos rios e o modo de vida era baseado na atividade pecuária extensiva associado ao desenvolvimento da agricultura de autoconsumo e de práticas extrativistas locais. A relação entre sociedade e natureza era simbiótica, e os caminhos e atividades dessa sociedade contrastavam com a densidade das redes e fluxos do litoral. À medida que os sertões foram sendo incorporados à lógica de produção essas populações foram sendo expropriadas.

Machado (2020) destaca que até o início do século XX a porção mais ocidental da Bahia poderia ser considerada como um imenso fundo territorial, devido ao histórico de ocupação. Também denominado de sertões, este recorte representou para o Estado, durante um longo período da formação territorial, apenas uma área de reserva, cujos investimentos não se consolidaram economicamente até aquele contexto. No século XX, principalmente a partir da década de 1970, a modernização da agricultura induz o desenvolvimento econômico, que por sua vez, desencadeia a reorganização territorial. O Oeste Baiano foi sendo atrelado fortemente à lógica capitalista e as alterações relacionadas aos movimentos populacionais (intensificação de fluxos migratórios) assim como o incremento da economia são evidentes. A partir desse momento, ocorre o direcionamento de investimentos públicos na área de infraestrutura, visto que as políticas do governo federal objetivavam a integração do território. No contexto de expansão da fronteira agrícola, a região passa a atrair investimentos ancorados na modernização da agricultura. Junto a isso, os incentivos fiscais e as terras mais baratas atraíram fluxos econômicos e populacionais para essa região, a topografia plana e a rica rede hidrográfica foram alguns dos fatores que fundamentaram essa transformação.

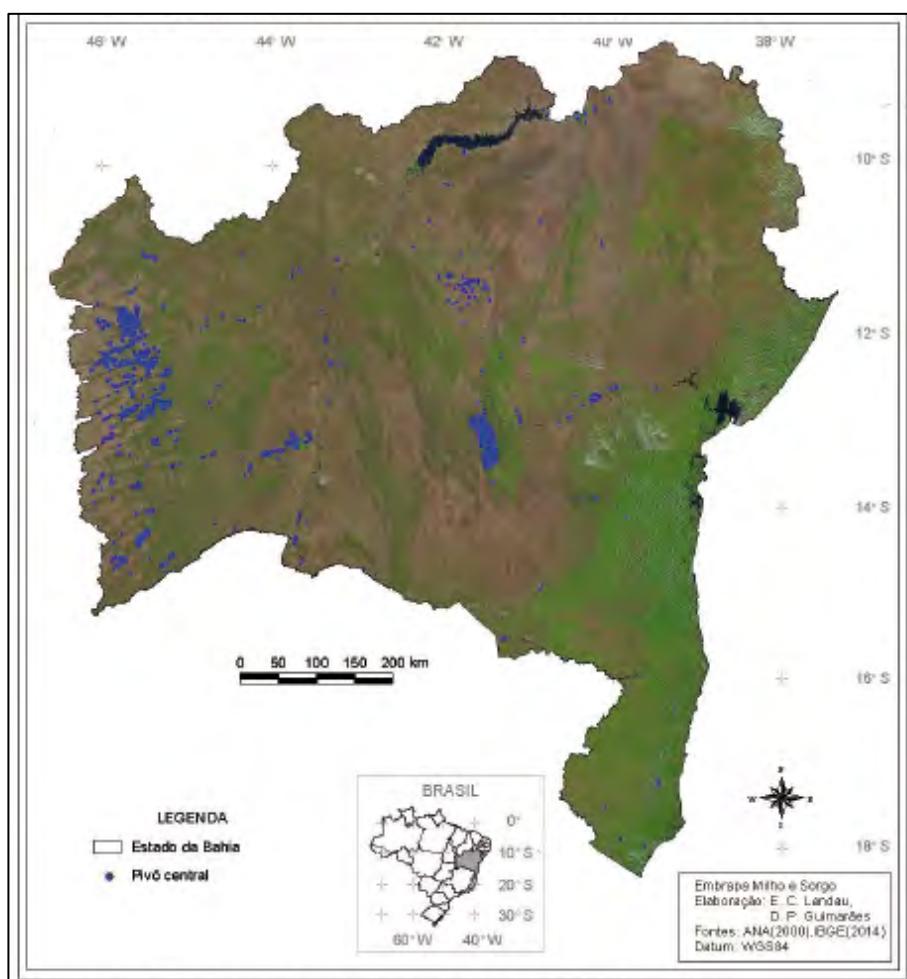
O que antes era um fundo territorial, a partir de 1970 passa a integrar uma das mais importantes frentes de expansão do agronegócio do país, transformando drasticamente os modos de vida e as relações dos povos com seus modos de viver como mostramos anteriormente.

A água é essencial para compreender as transformações nos regimes de uso da terra no Oeste da Bahia. As terras expropriadas a partir da década de 1970, conhecidas hoje por suas vastas plantações de soja, algodão e milho, concentram também vários rios que integram a bacia do Rio São Francisco. Para entender sua importância é preciso ter em mente que a água é central no negócio com terras nesta área do País. As concessões de água não são fiscalizadas devidamente pelos órgãos responsáveis, o que não falta são

formas de burlar ou de tomar para si o direito a água, socializando os custos como os prejuízos.

Estudo da Embrapa, 2014 identificaram mais de 2.792 pivôs centrais no estado da Bahia, que ocupava à época uma área irrigada de 192.22, 48 ha mil hectares, correspondendo a 0,34% da área do estado. Estes pivôs distribuíam-se segundo o estudo em 82 municípios ao todo, onde 90% das áreas irrigadas por pivôs centrais estavam na microrregião de Barreiras, 49, 11%, Oeste da Bahia (ver mapa 10). Os municípios com maior concentração de pivôs centrais foram: Mucugê (471 pivôs, 32.106,78 ha), Barreiras (338 pivôs, 34.714,68 ha), São Desidério (321 pivôs, 33.488,18 ha), Ibicoara (206 pivôs, 11.635,03 ha), João Dourado (169 pivôs, 969,32 ha) e Luís Eduardo Magalhães (167 pivôs, 14.955,29 ha) (EMBRAPA, 2014).

MAPA 10 – Pivôs Centrais do estado da Bahia em 2013, detalhe Oeste circulado.



Fonte: Mosaico de imagens do satélite Landsat. Elaborado por Landau e Guimarães, Embrapa, 2014.

Observando o detalhe do mapa para o Oeste da Baiano, vemos uma concentração significativa de pivôs centrais e ao analisar o quadro a seguir (quadro 2) destacamos que

os municípios com maior área relativa ocupada por pivôs no Oeste são: Barreiras (4,40%), Luís Eduardo Magalhães (3,72%), São Desiderio (2,26%), cujas áreas de concentração mais alarmantes são para Barreiras e São Desiderio, que juntos somam parte significativa da área ocupada por pivôs centrais no estado.

QUADRO 2 – Municípios do Estado da Bahia com maior área ocupada por pivôs em 2013.

Município	Microrregião	Número de pivôs centrais	Área ocupada por pivôs centrais (ha)
Barreiras	Barreiras	338	34.714,68
São Desidério	Barreiras	321	33.488,18
Mucugê	Seabra	471	32.106,78
Luis Eduardo Magalhães	Barreiras	167	14.955,29
Jaborandi	Santa Maria da Vitória	118	12.426,23
Ibicoara	Seabra	206	11.635,03
Riachão das Neves	Barreiras	54	9.293,04
Correntina	Santa Maria da Vitória	79	8.356,62
Cocos	Santa Maria da Vitória	52	4.889,42
Serra do Ramalho	Bom Jesus da Lapa	46	3.836,88
Santana	Santa Maria da Vitória	30	2.561,79
São Félix do Coribe	Santa Maria da Vitória	29	1.843,30
Formosa do Rio Preto	Barreiras	18	1.836,76
Juazeiro	Juazeiro	28	1.467,23
Itaberaba	Itaberaba	28	1.289,31
Malhada	Guanambi	17	1.281,08
Boninal	Seabra	17	1.175,25
Barra	Barra	15	1.115,65
Muquém de São Francisco	Barra	11	1.093,20
João Dourado	Irecê	169	696,32

Fonte: ANA, elaborado por Embrapa, 2014.

Ademais salientamos que a maior área equipada por pivôs centrais se localiza nas bacias hidrográficas (mapa 11) dos rios Grande (49,48%), Corrente (17,84%) e Paraguaçu (23,73%), os dois primeiros situados na Região Hidrográfica do Rio São Francisco, e a Sub-bacia do rio Paraguaçu na do Atlântico Leste. Em termos de sub-bacias, praticamente a metade dos pivôs centrais do Estado da Bahia concentra-se na do Rio Grande, Oeste do Estado. Ainda, o estudo da Embrapa (2014), destaca que existem dois tamanhos de pivôs centrais, os maiores que possuem mais de 90 ha e os menores com menos que isso. Os pivôs maiores (maiores do que 90 ha) predominam no Oeste Baiano nas microrregiões de Barreiras e Santa Maria da Vitória, sendo os maiores do estado com mais de 200 ha

localizados nos municípios de Riachão das Neves, com 15 pivôs e, dois pivôs em Luis Eduardo Magalhães.

MAPA 11 – Principais rios do Oeste Baiano (BA).



Fonte: Site Outras Palavras: Agência Pública (2021).

O estudo problematiza que embora as áreas irrigadas tenham enorme importância para a produção do agronegócio, o indicativo de aumento constante da demanda por água pode ser rapidamente maior que a oferta. Mesmo que o Brasil tenha uma disponibilidade hídrica com capacidade de incorporação e novas áreas irrigadas 13% superior às capacidades mundiais, a maneira que vem ocorrendo os usos das águas gerando desperdício e, principalmente, contaminação que ocasiona inúmeros problemas. Isso quer

dizer que este modelo de irrigação pode afetar drasticamente a qualidade dos solos, assim como a dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, em função do uso de fertilizantes e agrotóxicos, comprometendo a qualidade da água e gerando conflitos pelo seu uso como vimos em Correntina e retomamos a seguir (foto 12), o que Porto-Gonçalves e Chagas (2019), descrevem como o conflito pelas águas entre empresas e populações são: “os pivôs da discórdia e a digna raiva”.

FOTO 12 - Manifestantes tomam as principais ruas de Correntina para denunciar o sumiço das águas na região, 2017.



Fonte: foto de Thomas Bauer/ Divulgação CPT-BA (2017).

Os modos de vida de populações tradicionais se caracterizam pelos vínculos comunitários e com os ecossistemas onde vivem, por meio de produção e trabalho na agricultura, caça, pesca, coleta e criatório, que afirmam valores, costumes e crenças. Estes elementos configuram as diversas comunidades tradicionais, em apoio e suporte comunal para a reprodução social, conformando modos de vida distintos onde os recursos, terra, água e demais são de uso comum. Segundo Brandão (2010), nos modos de vida tradicionais há uma autonomia relativa, onde, em geral, a posse da terra é precária do ponto de vista jurídico formal, quando em situação de conflitos com empresas e demais agentes que pretendem o controle da terra e do território.

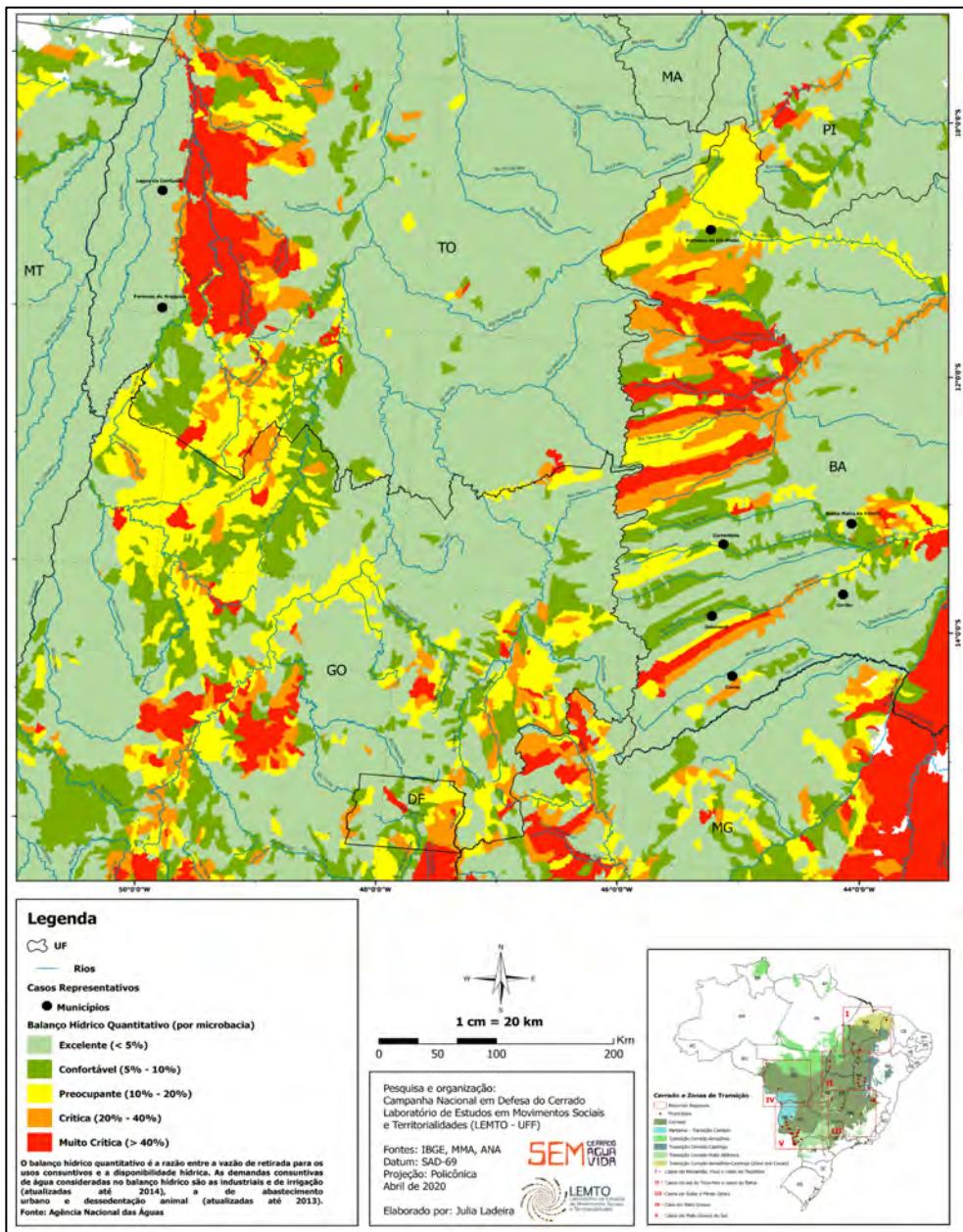
No Oeste da Bahia viveram dezenas de povos indígenas. Atualmente há três povos em processo de reemergência, distantes de seus territórios originários - os Kiriri (Barreiras), Atikun (Santa Rita de Cássia) e Xacriabá (Cocos), que buscam reconectar os vínculos ancestrais que lhes conformam uma identidade. As comunidades quilombolas estão sobretudo na bacia do rio Grande, há cerca de 300 anos, constituídas por grupos de pessoas escravizadas e que saíram dos currais ao longo do rio São Francisco e de Pernambuco, bem como do Arraial de Canudos. Os camponeses constituem diversas e ricas identidades relacionadas a suas origens, aos ecossistemas onde vivem e às atividades produtivas que exercem. Nos campos largos dos gerais ou nos baixões, podem ser geraizeiros, fundo e fecho de pasto, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, ou ainda agricultores familiares.

A vida e a reprodução das comunidades tradicionais no Oeste da Bahia se complementam entre as chapadas ou os gerais, e os vales ou veredas – baixões -, sendo estas as duas unidades indivisíveis da paisagem, como defende Porto-Gonçalves (2019).

Merecem destaque as sabedorias e práticas ancestrais que orientam os diversificados usos comunais das águas, envolvendo não só sua gestão e manejo para o consumo domiciliar, os cultivos agrícolas, as atividades pecuárias e de pesca, mas também as práticas sociais de natureza lúdica e ritualística/sagrada. Tais sistemas comunais são comprometidos pelo intenso e conflituoso processo de desmatamento e captura das águas dos rios e dos aquíferos para irrigação dos monocultivos, principalmente nos chapadões, que, como vimos, são as áreas mais importantes de recarga dos aquíferos. Daí advém o processo de migração de nascentes, o stress hídrico nas bacias e sub-bacias hidrográficas, a morte parcial de rios principais e desaparecimento de rios de outras ordens da mesma bacia, a diminuição das vazões dos rios e aquíferos, entre outros impactos.

Trata-se de uma região de expansão do monocultivo de soja, baseada na irrigação por pivôs centrais, que usam as águas dos rios e principalmente dos aquíferos. O mapa a seguir, do Balanço Hídrico das bacias e sub-bacias, possibilita observar, à direita, o Oeste Baiano (BA), em situação muito crítica (mapa 12), de acordo com os critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Águas (ANA). Ele demonstra um processo intensivo de expropriação das águas que está intrinsecamente relacionado à expansão das áreas de cultivo de *commodities* agrícolas do agronegócio nas regiões destacadas no mapa.

MAPA 12 - Mapa do balanço hídrico quantitativo da expropriação das águas nos territórios do Oeste da Bahia, 2014.



Fonte: Elaborado por Eduardo Barcelos, (2020) e cedido por Campanha Nacional em Defesa do Cerrado.

O contexto da gestão estatal das águas no Oeste baiano é permissivo ao capital, sendo alarmante, por exemplo, o diagnóstico relacionado às vazões outorgadas pelo Estado, sem o controle adequado das vazões consumidas pelo órgão gestor (Inema/BA). Foi o que levou ao conflito de Correntina, relativo à superexploração hídrica pelo Grupo Igarashi, na bacia do rio Arrojado. A promotora pública da Bahia desvela esse contexto:

(...) as grandes captações que são outorgadas pelo órgão gestor, sem as atualizações de dados de medições das vazões, sem o acompanhamento dos impactos daquela outorga concedida para o ecossistema e para a preservação ecológica do rio, sem interpretação dos efeitos sinérgicos de outros empreendimentos na mesma bacia, sem análise dos impactos negativos em comunidades vizinhas da região, pode-se concluir que a outorga tem sido um instrumento cartorial, sem uma capacidade de efetivo controle do uso da água (KHOURY; 2018:77).

A bacia do rio Corrente é uma das principais impactadas pelo agronegócio no Oeste Baiano. Levantamento do Núcleo da Diocese de Bom Jesus da Lapa/Arquivo da CPT-Centro-Oeste da Bahia aponta que, nesta bacia, de 45 rios analisados, apenas cinco são perenes, dois estão mortos (secam na estiagem, sem vegetação na nascente), dois são semi-perenes (têm vegetação e água, mas estas não chegam ao curso final no período seco) e 36 são secos (secam durante o período de estiagem, mas mantêm vegetação na nascente).

Estudo realizado por Gonçalves; Engelbrecht; Chang (2018) aponta redução do fluxo de base do Sistema Aquífero Urucuia (SAU) para o Rio São Francisco. O ciclo histórico mais intenso de redução neste fluxo de base do SAU ocorreu a partir de 1980, quando a vazão era de 792 metros cúbicos por segundo, e caiu para 402 metros cúbicos por segundo, em 2015 - uma redução de 49,2% na alimentação do Rio São Francisco (correspondente a 390 metros cúbicos por segundo) em 35 anos. Segundo os autores, o contexto que determinou a depleção das águas é composto por cinco processos: a alteração no regime de chuvas, a exploração de águas subterrâneas, a captação de águas superficiais, o represamento dos rios, e a irrigação e compactação do solo em áreas de recarga. Silva (2020), relaciona o primeiro processo – a alteração do regime de chuvas, apresentando “tendências de queda das precipitações médias entre 67% e 88%”, com as mudanças de uso e cobertura do solo, desencadeadas pelo desmatamento (SILVA, 2020:106).

A expropriação das águas e sua depleção se potencializam com os “piscinões” construídos no Oeste da Bahia com o objetivo de equacionar soluções para manter a produção quando a vazão dos rios já não é suficiente para alimentar os pivôs centrais. São

enormes reservatórios escavados no solo e impermeabilizados, alimentados pela captação subterrânea de água, de forma a armazenar e suprir a vazão diária requerida para a irrigação. Estes processos de expropriação vulnerabilizam as comunidades tradicionais centenárias, afetando seus modos de vida e coagindo-as a abandonarem seus territórios.

Este modo de vida tradicional é negado quando as comunidades que se localizam nos baixões ou brejos há centenas de anos foram proibidas, por legislação ambiental do Inema/BA, de fazerem suas roças, de produzirem seus próprios alimentos, com suas “*múltiplas práticas de apropriação das condições naturais necessárias à reprodução da vida-terra-solo-relevo-subsolo-clima-água-plantas-animais*” (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2019:41).

O conflito por água em Correntina/BA, relativo à captura das águas pelo agronegócio, tem origem em 1982. Entretanto os episódios mais conflituosos, marcam de 2002, e retomado em 2015, que desembocou com uma grande manifestação de rua, com 6 mil pessoas, em 2017, quando da denúncia e reação da população com relação à captura das águas do Rio Arrojado pelo Grupo Higarashi, e teve repercussão nacional em novembro de 2017 (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2019). No dia 2 de novembro de 2017 ocorre a destruição de diversos equipamentos em duas fazendas desse Grupo, conduzida por cerca de mil agricultores, esgotados com a parcialidade da ação do Estado e constrangidos pela ameaça de inviabilização de seus cultivos pela falta de acesso à água. Com a alcunha de assassinos, agricultores e moradores realizaram Manifestação estimada em 12 mil pessoas no dia 11 do mesmo mês (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2019).

A relação entre a captura da água pelo agronegócio e os conflitos é relevante para a compreensão desses processos na transformação nos regimes de propriedade desses territórios. Estudo realizado por Carvalho (2019) identifica no caso de Correntina que mudanças ocorridas nos cursos de água com drástica redução de vazão, como referem os camponeses, têm relação com mudanças no solo e com as demandas da produção irrigada de soja, algodão e milho. Outro conflito relevante decorre da grilagem de enorme extensão de terra - 43 mil hectares, pelo Agronegócio do Condomínio Cachoeira do Estrondo, desde 1999, interessado na captura das terras e águas nos baixões de Formosa do Rio Preto, com intuito de transformá-las. As comunidades geraizeiras enfrentaram por cerca de 20 anos violências e ameaças (PORTO-GONÇALVES; CHAGAS, 2019). Neste conflito, o Tribunal de Justiça da Bahia deu ganho de causa aos geraizeiros, em julho de 2020. O conflito entre geraizeiros e a fazenda Estrondo exemplifica o processo de transformação dos regimes de uso comum para o uso privado.

CONCLUSÕES

O fenômeno da demanda global por terras e matérias primas eclodiu a partir de uma dinâmica de crise e se traduziu, no Brasil, na apropriação de terras, sobremaneira por empresas transnacionais de diversas naturezas de ramos de negócios, principalmente os de fundos de investimentos. Os mecanismos desta apropriação explicam a tese da corrida mundial por terras a partir das convergências, principalmente econômica e ecológica, da crise de 2008. Entretanto, o que justifica essa perspectiva é como esse fenômeno se expressa no território, quer dizer: na terra, que constitui fundamento desse processo.

A compra de terras no Brasil, assim como outras formas e mecanismos de controle e apropriação da terra e do território, está diretamente ligada ao contexto desta crise cujo marco temporal que tomamos em análise foram os seus desdobramentos a partir de 2008. A terra, como principal ativo estratégico nesse contexto, está no centro dos interesses de diversos atores. No caso, empresas do agronegócio à escala global e os fundos de investimentos em especial os de pensão. A especulação imobiliária, observada na região do MATOPIBA, tendo em vista gerar rendimentos aos fundos e garantir a expansão da fronteira agrícola para a atuação das empresas do agronegócio, incentivou mudanças no aparato legal normativo do mercado de terras no país, gerou concentração fundiária e propiciou fraudes em escala local, afetando principalmente as populações tradicionais que habitam a região, além dos problemas ambientais consequentes.

O Brasil tem uma legislação específica que trata da questão das compras de imóveis rurais por empresas e grupos de fora do país. No que se refere ao fenômeno de demanda global e às aquisições de terras praticadas, a norma específica vigente é a Lei nº 5.709/71, que além de estar defasada, deixa muitas lacunas que abrem brechas para a compra de terras sem muitas limitações. São exemplos os casos da Cosan S/A e da TIAA-CREF e suas subsidiárias, como mencionamos no capítulo 2. O que merece atenção nesse complexo da camada jurídico-normativa do país são as medidas intervencionistas na construção de aparatos legais como flexibilização das leis ambientais, que somadas à falta de gerência sobre essa questão específica da compra de terras, propiciam a atuação de atores ilegais, provocando diversos impactos e gerando conflitos nos territórios.

O cenário de convergência de crises e as dificuldades de vários setores da economia à época promoveu, através de seus agentes, os “ajustes espaciais”, consolidando a região do MATOPIBA como um mecanismo de “alívio” às crises de circulação do capital. Para nós esse processo foi a apropriação de “novos” territórios, o

que significou a criação de um aquecido mercado de terras sob controle do capital transnacional na figura das empresas do agronegócio e na atuação direta dos fundos de investimento, na expansão da fronteira de parte significativa do cerrado brasileiro.

Neste sentido, constatamos uma geografia da crise, que ganhou corpo reorganizando a importância de participação dos países em uma cadeia global de investimentos, em especial, os produtores de *commodities*. Ademais, acentuou uma divisão do trabalho e hierarquia entre países, abrindo as possibilidades dos ajustes espaciais, na constituição e/ou exclusão radical de regiões, quase como regra de “alternativas” à crise. Esse processo ainda tem como tônica o “sacrifício”³⁸ de certos espaços em detrimento de outros, criando, o que vamos chamar de regiões e/ou zonas para esse sacrifício à luz a da expansão da produção.

Compreendemos que esse processo se realiza baseado na expansão e se apoia na necessidade constitutiva do capitalismo de criar espaços, permitindo a produção da fronteira em novas bases socioespaciais, modificando a anterior. Assim, foi possível constatar que a expansão da fronteira no cerrado, cuja formação socioespacial constitui o MATOPIBA, nos permitiu bem observar os efeitos da emergência de agentes nas áreas do cerrado, a partir do *boom* da corrida por terras. Destacamos o efeito assertivo para o exercício analítico desta tese, em especial o desdobramento escalar de compreensão no Oeste Baiano. O fenômeno da fronteira expressado no MATOPIBA providenciou materialidade a esta corrida no Brasil como desdobramento dos movimentos de produção do espaço oriundo dos lastros das cadeias de investimentos que se instalaram na região dando, inclusive, sustentação econômica ao ajuste espacial.

Os impactos e resultados deste movimento do capital no espaço dinamizando as reconfigurações geográficas, ocorre à medida que, muda o regime de propriedade, através dos mecanismos de apropriação da terra e dos seus recursos associados na dinâmica da fronteira do MATOPIBA. Ora, o processo de disponibilização espacial das “terras vazias e marginais” do cerrado, destacam a natureza primordial da expropriação das terras como um processo, queremos dizer, os meios distintos utilizados para produzir as variadas formas de perda da propriedade – propriedade aqui não apenas a jurídico formal, mas a

³⁸ A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental, que surgiram nos Estados Unidos, para designar localidades em que se observa uma sobreposição de processos de extração de recursos que promovem danos diversos e graves consequências ambientais.

posse e demais domínios de uso da terra e do território – e, por sua vez, o controle e acessos de seus recursos associados.

Este processo no MATOPIBA ocorre em camadas de tempo e de espaço dinâmicas, com forte incidência da conjuntura global, como observamos. Atentamos que na região, a dinâmica de disponibilização atua ancorada em, ao menos, três escalas no espaço: nacional, nas alterações nos regimes de propriedade formal marcadas pela atuação do Estado, legislando, com seus mecanismos de simplificação jurídico-normativa podendo apontar, de certa forma, para uma mudança ou parcial transformação na função da propriedade das terras; regional, nos vários processos de expropriação de terras e consolidação da expansão da fronteira; e, territorial, com o acirramento dos conflitos e tensões gerados a partir da desorganização das ordens sociais, da desintegração dos contratos sociais e da perda acelerada dos direitos territoriais (a precarização territorial).

Observando os meios utilizados para produzir as perdas e o controle da propriedade praticados pelos “novos agentes”, mudando, assim, o seu regime, compreendemos uma importante sobreposição na produção espacial do ajuste no cerrado que consolidou o MATOPIBA. Esta é fluida e paira no mercado financeiro na promoção dos investimentos e volumes de transações grandiosos integrados em cadeias globais de negócios com terras cuja escala é mundial. Ademais tem sua materialidade quando nos processos de conversão dos territórios do cerrado em áreas de investimento imobiliário agrícola aonde vimos isso incidir nas transformações dos usos das terras e dos territórios na região.

Ressaltamos que independente de o MATOPIBA não ter sido levado a cabo no seu plano de desenvolvimento agropecuário, cujas coalisões por interesses não se restaram concluídas no jogo das representações políticas do agronegócio no país, à época do golpe de 2016, inclusive, vamos considerar, que nos aspectos práticos, com uma participação menos direta do Estado, no período que observamos, vimos, por outro lado, o destaque no papel dos fundos de investimentos e das empresas do agronegócio, onde MATOPIBA se consolidou enquanto projeto de expansão.

Ademais, as áreas “usadas” para a consolidação da fronteira agrícola através da expropriação para negócios com terras produziram desigualdades ao incorporar os territórios, assim como seus recursos. Estas práticas de produção do espaço, como frisamos, tem entre seus meios a perda da propriedade e a alteração do seu regime como resultado. E isso é atrelado a um forte componente de violência. Onde, podemos destacar, nesta dinâmica de disponibilização espacial da região estudada o que entendemos por

alienação territorial, que desarticula a vida local: a diversidade territorial, econômica, ecológica e sociocultural é expropriada ao instituir sistemas de produção e regulação de territórios, através do seu controle.

Propomos na tese o controle do território como expressão adequada para designar o processo no qual a terra é o elemento de destaque, pois vincula as várias camadas de interrelação da dinâmica do movimento do capital no espaço a partir da crise de 2008. Compreendemos o controle do território no MATOPIBA como um processo de apropriação de terras, de territórios e de seus recursos associados (naturais, dentre eles, água, qualidade do solo, biodiversidade, minerais, e, ainda das relações sociais, culturais, econômicas, entre outros) que ocorre por meio de diferentes mecanismos (compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint-venture* entre empresas nacionais e transnacionais, entre muitas outras), com o objetivo de controlar o território para acumulação de capital e que envolve uma mudança no uso da terra, isto é, transformação do seu regime de propriedade.

Destacamos, contudo, que este processo de controle, em seus diversos mecanismos praticados de expropriação, possuem em comum o uso do território orientado para atender à demanda do capital. Desta maneira vimos no MATOPIBA a compreensão deste processo na questão escalar e o entendimento da terra não apenas enquanto superfície material transacionada, mas como território que engloba outros recursos e relações, inclusive de poder. Aqui assistimos ao que sustentamos enquanto tese: a alteração nos regimes de propriedade em escala local à medida que se comprovam os conflitos gerados na transformação dos usos da terra. Isto se comprova ainda a partir das denúncias das perdas dos controles das propriedades, dos acessos e de modos de vida, como vimos no caso abordado da expropriação das águas no Oeste baiano.

Consideramos ainda que o maior desafio, neste trabalho, todavia, foi definir de melhor maneira os usos da terra e do território, que, embora possamos ter certa compreensão da dinâmica territorial, requer análise pormenorizada dos processos que o constituem. Até onde conseguimos chegar, através de exemplos, vimos no Oeste Baiano, parte expressiva do MATOPIBA, um processo que se revela na segregação e desapropriação, baseado em perdas dos direitos de propriedade que tentam suprimir modos não formais e comunitários de usos da terra e do território. Isso acrescentado de

uma camada de meios de alteração da propriedade através da transformação dos usos das terras, como vimos no capítulo 3.

Neste sentido, consideramos que o processo gerado com a crise de 2008, migrando os capitais internacionais para investimentos imobiliários agrícolas em terras, incluindo aí os fundos de investimentos de pensão, impulsionou movimentos no capital que se materializam no espaço. Essa materialidade se traduziu em ajustes espaciais “aliviando” o processo de crise ao constituir “novas áreas”. Isto só foi possível devido ao contexto de intensificação dos investimentos em terras no MATOPIBA que desencadeou o que denominamos, nesta tese, de dinâmica de disponibilização espacial. Que informa, dentre outros, os meios de conversão das terras “disponíveis do cerrado” em propriedade. Provocando nos territórios, em especial os de uso comum tradicional, a expropriação da terra, da água, das florestas e de outros recursos de uso conjugado, incidindo na transformação dos seus regimes coletivos de propriedade.

Concluímos ainda que a transformação dos regimes comuns anteriores, constituídos em novas áreas de expansão da fronteira, se caracteriza pela transferência dos direitos de uso, de controle ou de propriedade da terra através de venda, arrendamento, concessão, incluindo, ainda, os que são oriundos de fraude. Mas não apenas estes, pois consideramos que a crise de 2008, foi um ponto crítico no movimento internacional de apropriação de terras que ganhou materialidade através dos seus mecanismos de ajuste criando e densificando regiões, como vimos no exemplo analítico da tese. O que provocou, podemos bem compreender, como esses fluxos oriundos da crise de 2008, provocou novos conflitos e, portanto, novos padrões de apropriação da terra e do território no MATOPIBA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALENTEJANO, P. R. R., 2012. *Questão agrária no Brasil: novas questões, velhos desafios*. Estudo. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/15-artigos/351-leia-estudo-de-professor-sobre-questao-agraria-no-brasil>. Acesso em: 12 maio 2018.

ALENTEJANO, P. R. R.; EGGER; D. Agronegócio. In: PESSOA DIAS, A. et al. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular, Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. 816p., p. 97-104. ISBN 978-65-5891-037-4 ISBN 978-65-990319-9-1.

ACTIONAID; RSJDH - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. *Impactos da expansão do agronegócio no Matopiba: comunidades e meio ambiente*, 2017. Disponível em: <http://actionaid.org.br/publicacoes/impactos-da-expansao-do-agronegocio-no-matopiba-comunidades-e-meio-ambiente-2/>. Acesso em: 12 maio 2020.

ACSERALD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 5, p. 49-60, 2002. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v5i0.22116>. Acesso em: 12 maio 2020.

AGUIAR, A. C. P. *Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)*. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

AGUIAR, D.; SANTOS, V. P. (orgs.). *Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. Rio de Janeiro: Prefixo Editorial, 2019.

AGUIAR, D.; EGGER, D.; WICHINIESKI, I.; ROCHA, L. A; RIGOTTO, R.; IKEDA-CASTRILLON, S.; SANTOS, V. P; SALES, Y. O. *Povos das Águas do Cerrado:*

Pescadores Artesanais, Vazanteiros, Retireiros e Pantaneiros. In: SANTOS, D. A., LOPES, H. R. (orgs.). *Saberes dos povos do cerrado e biodiversidade* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2020.

ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). *Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada*. 2017.

ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019: informe anual*. 2019.

ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). *Levantamento da agricultura irrigada por pivôs centrais no Brasil*. 2019.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-23042007-131621.

APEXBRASIL. *As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências e perspectivas*. 2011.

BAILLARD, D. Estalla el precio de los cereales, *Le Monde Diplomatique*, Chile, mayo, 2008.

BARBANTI Jr., O. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. *Revista de estudos internacionais*. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 132 -154, 2017. ISSN 2317-773X.

BARBOSA, A. S. Pilgrims of the Cerrado. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 5, p. 145-193, 1995.

BARBOSA, A. S. *Cerrados: biodiversidade e pluralidade*. Disponível em: <http://altairsalesbarbosa.blogspot.com/2008/11/cerrado-biodiversidade-e-pluralidade.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARBOSA, A. S. *O piar da juriti pepena*: narrativa ecologica da ocupação do cerrado. Goiânia: PUC-GO, 2014.

BARBOSA, A. S. *O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água*. 2014. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2014/11/altair-sales-barbosa-o-cerrado-esta-extinto-e-isso-leva-ao-fim-dos-rios-e-dos-reservatorios-de-agua/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARBOSA, A. S. *Como as raízes do Cerrado levam água a torneiras de todas as regiões do Brasil*. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39391161>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARBOSA, A. S. *Viva a agricultura brasileira, mas ainda não aprendemos a lição*. 2020. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/viva-a-agricultura-brasileira-mas-ainda-nao-aprendemos-a-licao-264607>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BARBOSA, A. S. A Guerra da Água: *A apropriação da água pelo agronegócio no Cerrado*. 2020. Disponível em: https://youtu.be/BzA_Jrz_G44. Acesso em: 29 jul. 2020.

BARBOSA, I. M.; SALES, D. S.; ARREGI, M. U.; RIGOTTO, R. M. Câncer infantojuvenil: relação com os polos de irrigação agrícola no estado do Ceará, Brasil. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 24, n. 4, p. 1563-1570, 2019. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.06662017>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BARCELOS, E. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. *Revista Iberoamericana de Economia Ecológica*, v. 31, n. 1, 2019.

BARTRA, A. *Con los pies sobre la tierra*. Despojo y resistencia en los territorios. Primera edición, Universidad Autónoma de la Ciudad de México – UNAN, 2015.

BARTRA, A. *Crisis global y encrucijadas civilizatórias*. Fundación Heberto Castillo Martínez AC, 2014.

BERNARDES, J. A.; FREDERICO, S.; GRAS, C.; MALDONADO, G.; HERNANDEZ, V. (org.). *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil.*.. 1a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

BONFIM, J. S. Apropriação das águas, Matopiba e territorialização do agronegócio no Oeste da Bahia: as águas sem fronteiras de Correntina. 2019. 213 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

BONFIM, J. S.; VICENTE, J. S. Territorialização do agronegócio e apropriação das águas no Cerrado baiano. In: *Geografia das redes de mobilização social na América Latina* (SINGA). Curitiba, 01 de nov., 2017.

BRANDÃO, C.R. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. A.; LUZ, C. (Orgs.). *Cerrados, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais dos sertões Roseanos*. Montes Claros: Intermeios, p. 347-361, 2010.

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. de A.; PITTA, F. T. Land grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. *GEOgraphia*. v. 19, n. 40, maio/ago. 2017, Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico).

BOECHAT, C. A.; TOLEDO, C. de A.; PITTA, F. T. A fronteira agrícola no Brasil hoje e os limites do ajuste espacial: o capital fictício condicionando a produção do espaço no MATOPIBA. In: *6 International Conference of the Brics, Iniciative of Critical Agrarian Studies*, November, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Departamento de Informática. DATASUS. *Informações de Saúde (TABNET)*. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>. Acesso em: 04 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Projeções do agronegócio: Brasil 2016/17 a 2026/27*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/901255/projcoes-do-agronegocio---brasil---2010--2011-a-2020--2021> Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. *Lei n. 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil*. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília – DF.

BRASIL. *Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro*. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília – DF.

BRASIL. *Parecer n. LA 01, de 19 de agosto de 2010. Revisão do Parecer GQ-181 de 1998 e GQ- 22 de 1994*. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para assuntos jurídicos, Brasília – DF.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 4.059, de 13 de junho de 2012. Regulamenta o art. 190, da Constituição Federal, altera o art. 1º, da Lei n. 4.131, de 03 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências*. Câmara dos Deputados, Brasília – DF.

BRASIL. *Decreto 8.447, de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e criação de seu Comitê Gestor*. Presidência da República Casa Civil - Subchefia para assuntos Jurídicos, Brasília – DF.

BORRAS JR., S.M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Land Grabbing and Global Capitalist Accumulation: Key Features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 4, 2012.

CHAGAS, D. *Queremos nossos gerais livre de violência*. 2019. Disponível em: <https://redeCerrados.org.br/queremos-nosso-gerais-livre-de-violencias/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo: Brasil 2019*. 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019>. Acesso em: 11 abr. 2020

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capital de fim de século. *Economia e Sociedade: Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, Campinas, n. 5, 1995.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography, and drivers. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, 2012.

CLAPP, J. Distant Agricultural Landscapes. *Sustain Sci*, n. 10, p. 305-316, 2015.

CLEMENTS, E. A., FERNANDES, B. M. *Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique*. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista UNESP, Campus Presidente Prudente. http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

CONSTANTINO, Agostina. El imperialismo y el agro argentino. História reciente del capital extranjero en el complejo agroindustrial pampeano. Reseñas bibliográficas: Fernando Gabriel Romero. (Ediciones CICCUS, CIEA, UNILA, 2016). *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, n. 44. Disponível em: <http://www.ciea.com.ar/web/wp-content/uploads/2017/07/selection-5.pdf> . Acesso em: 11 ago. 2017.

CONSTANTINO, A. El capital extranjero y el acaparamiento de tierras: conflictos sociales y acumulación por desposesión en Argentina. *Revista de Estudios Sociales*, n. 55, jan.-mar. 2016.

CROCETTI, Z. S. A arquitetura da crise financeira. *Boletim GeoEcon*, n. 1, p. 18-39, 2016.

DELGADO, G. *Do capital financeiro à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EDELMAN, M. Messy hectares: questions about the epistemology land grabbing data. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 3, 2013.

EDELMAN, M. et al. *Global Land Grabs: History, Theory and Method*. Londres: Routledge, 2015.

EDELMAN, M.; OYA, C.; BORRAS, S. M. *Global Land Grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories*.

EGGER, D. S. et al. Ecocídio nos Cerrados: agronegócio, expropriação das águas e contaminação por agrotóxicos. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 57, Edição especial - Agronegócio em tempos de colapso planetário: abordagens críticas, p. 16-54, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/76212/4492>. Acesso em 03 mar. 2022.

FAO (2009): *El estado de los mercados de productos básicos agrícolas*, Roma, Itália.

FVG, *Fatores determinantes dos preços dos alimentos: o impacto dos biocombustíveis*. FGV-Projeto, 2008.

FERNANDES, B. M. (2011) Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária, in *Conflitos no Campo Brasil - 2010*, CPT Nacional, Goiânia, 2010.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil, *Confins* [Online], n. 17, 2013. DOI: 10.4000/confins.8153. Disponível em: <http://confins.revues.org/8153>.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. *Revista NERA*, v. 22, n. 47, p. 123-147, 2019. Dossiê Matopiba.

FREDERICO, S; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: Constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A.; FREDERICO, S.; GRAS, C.; MALDONADO, G.; HERNANDEZ, V. (org.). *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil.*. 1a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 12-32.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins*, n. 17, 2013. doi: <https://doi.org/10.4000/confins.8153>.

GREENPEACE. *Segure a linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo cerrado*. 2018. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/relatorio-segure-a-linha>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: *Extractivismo, política y sociedad* (vários autores). Quito: CAAP (Centro Andino de Acción Popular) e CLAES (Centro Latino Americano de Ecología Social), p. 187-225, [S.I.], 2009.

GRAIN (2008): *El negocio de matar de hambre*. Disponível em: www.grain.org/articles/?id40#. Acesso em: 02 dez. 2020.

GRAIN (2009): *Las corporaciones siguen especulando con el hambre*. Disponível em: www.grain.org/articles/?id40#. Acesso em: 02 dez. 2020.

GRAIN (2008). *SEIZED! The 2008 Land Grab for Food and Financial Security*, 2008. <http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financial-security>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GRAIN (2020). *Cercas digitais: cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul*. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>. Acesso em: 02 dez. 2020.

GOMES, C. M. P. *Um “novo mercado global de terras no Brasil”: land grabbing e “última fronteira agrícola”* – MATOPIBA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Contenção territorial: “campos” e novos muros. *Boletín de Estudios Geográficos*, v. 102, p. 25-45, 2014.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 7a. ed. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalvez. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, D. *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 8, n. 21, p. 68-89, 1993. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Bibliografia_Basica/Holston,_James._Legalizando_o_Ilegal_propriedade_e_Usurpacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 03 set. 2017.

IBASE. *Estudo Democracia e Governança Financeira*, 2011. Disponível em: https://ibase.br/userimages/dv_ibase_45_especial.pdf Acesso em: 03 set. 2017.

IPEA, 2019. *Carta de Conjuntura Econômica*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190715_cc_44_economia_mundial.pdf Acesso em: 03 set. 2017.

KHOURY, L. *Nota Técnica 01/2018*. Ministério Público do Estado da Bahia, NUSF–Núcleo de Defesa da Bacia do São Francisco, 2018. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/conteudo/n%C3%BAcleo-de-defesa-da-bacia-do-s%C3%A3o-francisco-nusf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LEITE, S. P. (org). *Expansão do “Agronegócio”, Estrangeirização de Terras e Ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro*. [Edital Universal/CNPq/2016]. Relatório Técnico-Científico Final. CPDA/UFRRJ. 2022.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. *Sociologia e Antropologia*, v. 4 (1), junho de 2014.

LEVIEN, M. "The land question: special economic zones and the political economy of dispossession in India." *The New Enclosures: Critical Perspectives on Corporate Land Deals*. Routledge, 2013. p. 327-364.

LIMA, T.; LEITE, A. C. C. Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? *Revista Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 5, n. 9, p. 121-151, ISSN 2316.8323. 2017. Disponível em: file:///C:/Users/HP/Downloads/5863-17544-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

LIMA, J. E. W. Situação e perspectivas sobre as águas do cerrado. *Ciência e cultura*, v. 63, n. 3, p. 27-29, 2011.

MACHADO, J. A. C. *A expansão da fronteira agrícola para o município de Correntina (BA): as (re)existências nas comunidades de Fecho de Pasto*. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MAZZETTO, S. C. E. Ordenamento territorial no Cerrados brasileiro. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 19, p. 89-109, jan./jun. 2009. Curitiba: Editora UFPR.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 82, p. 57-66, nov. 2008.

MMA - Ministério Do Meio Ambiente. *Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrados (PPCerrados)*. Brasília: MMA, 2009.

MITIDEIRO Jr., M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (orgs.). *Questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. P. *Agronegócio*. Dicionário de Educação do campo. Rio de Janeiro. São Paulo: EPSJV. Expressão Popular, 2012.

MOTA, L. A. Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 1 (1), p. 51-64, outono de 2013. ISSN 2317-5443, doi: 10.7867/2317-5443.2013V1N1P051-064.

McMICHAEL, P. Rethinking Land Grab Ontology. *Rural Sociology*, v. 79, n. 1, 2014.

McMICHAEL, P. *The Food Regime in the Land Grab: articulating “global ecology” and political economy*. Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing. Sussex, UK, 2011.

MOORE, J. W. El auge de la ecología-mundo capitalista (I): las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. *Revista Laberinto*, n. 38, 2013.

NASCIMENTO, R. C. do. *Capital financeiro e uso agrícola do território: A financeirização da terra nos cerrados brasileiros*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2019.

OLIVEIRA, A. U. de. 2012. A mundialização da agricultura brasileira. *XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá. <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> Acesso em: 20 jun. 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. *Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil*. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PAULA JR., E. T. de. O estrangeiro e a propriedade da terra no mapitoba, a última fronteira agrícola do cerrado. *Revista UFG*, n. 9, Ano XII, dez. 2010.

PEREIRA, L. I. A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? as narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior. *Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)*, v. 4, n. 19, p. 63-82, set-dez/2020.

PEREIRA L. I, PAULI, L. 2019. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. *Rev. NERA*, Presidente Prudente, v. 22, n. 47, p. 148-172. Dossiê - ISSN: 1806-6755, 2019.

PESSOA DIAS, A. et al. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. 816p. ISBN 978-65-5891-037-4 ISBN 978-65-990319-9-1.

PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L.; BOECHAT, C. A. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.

PIGNATI, W. A.; Lima, F.; Lara, S. S. et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.17742017>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. In: AGUIAR, D.; SANTOS, V. P. (orgs.). *Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico*. Rio de Janeiro: Prefixo Editorial, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “*Navegar é preciso; viver não é preciso*”: estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. 15, 167-213, 2000. Disponível em:<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/367/349>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CHAGAS, S. B. *Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina-BA*. Bom Jesus da Lapa: Gráfica e Editora Bom Jesus, 2019.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Série: Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil Central. *Fascículo 01: Povo Indígena Kanela do Araguaia*. Manaus, 2009.

RUBIO, B. A. V. *El dominio del hambre*: crisis de hegemonía y alimentos. México: Universidad Autónoma Chapingo-Colegio de Postgraduados: Universidad Autónoma de Zacatecas: Juan Pablos Editor, 2015.

RUBIO, B. A. V. Crisis Mundial y Soberanía Alimentaria en América Latina. *Revista de Economia Mundial*, v. 29, 2011, p. 59-85. ISSN: 1576-0162.

SALOMON, Marta Maria Röhe. *Quem disputa o Matopiba?* Interesses e sustentabilidade na fronteira agrícola. 2020. 154 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, M.; GLASS, V. *Atlas do agronegócio*: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018. ISBN 978-85-62669-25-5.

SAUER, S. Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária. *Retratos de Assentamentos*, v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/239>. Acesso em: 3 set. 2017.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258>. Acesso em: 03 jul. 2018.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SAUER, S. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 1, p. 72-88, 2010.

SASSEN, S. A Savage Sorting of Winners, and Losers: contemporary versions of primitive accumulation. *Globalizations*, v. 7, n. 1, 2010.

SASSEN, S. Expulsões. *Brutalidade e complexidade na economia global*. Trad. Angelica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. 336 p. ISBN 978-85-7753-351-0.

SVAMPA, M. “Consenso de los commodities” y linguagens de valorização em América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, n. 244, 2013. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Produção Agrícola Municipal (PAM). Informações sobre culturas temporárias e permanentes*, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 15 jun. 2020.

TEXEIRA, G. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Edição Especial, julho de 2013. ISSN-0102-118.

VEGAS, G. C.; PITTA, F. T. (orgs). *Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: comunidades e meio ambiente*. ActinAid, 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. 5a. ed. Editora Hucitec – ANPUR. São Paulo: 2002.

SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. *Rev. Território*, LAJET / UFRJ, ano V, n. 9, jul./dez. 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. *O espaço e o método*. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Espaço e sociedade*: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.